

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

BRUNA MENEZES GUEDES

**TRILHANDO CAMINHOS DE EMANCIPAÇÃO: O MOVIMENTO DE
MULHERES NEGRAS FACE AO AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO**

**VITÓRIA
2022**

BRUNA MENEZES GUEDES

TRILHANDO CAMINHOS DE EMANCIPAÇÃO: O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS FACE AO AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO

Dissertação de mestrado acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Elpidio Abreu

**VITÓRIA
2022**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

G924t Guedes, Bruna Menezes, 1995-
Trilhando caminhos de emancipação : o movimento de mulheres negras face ao avanço do neoconservadorismo / Bruna Menezes Guedes. - 2022.
145 f. : il.

Orientadora: Maria Helena Elpidio Abreu.
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Mulheres. 2. Negras. 3. Movimentos Sociais. I. Abreu, Maria Helena Elpidio. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

BRUNA MENEZES GUEDES

**TRILHANDO CAMINHOS DE EMANCIPAÇÃO: O MOVIMENTO DE MULHERES
NEGRAS FACE AO AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
do Programa de Pós-Graduação em Política
Social da Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Mestre em Política Social.*

Aprovada em 16 de fevereiro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Professora Doutora Maria Helena Elpidio Abreu
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo**

**Professora Doutora Cenira Andrade de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Professora Doutora Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARIA HELENA ELPIDIO ABREU - MATRÍCULA 2324157
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Política Social
Em 16/02/2022 às 16:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/361963?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CENIRA ANDRADE DE OLIVEIRA - SIAPE 1241305
Departamento de Serviço Social - DSS/CCJE
Em 16/02/2022 às 17:48

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/362069?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
GILSA HELENA BARCELLOS - SIAPE 2114500
Departamento de Serviço Social - DSS/CCJE
Em 17/02/2022 às 16:16

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/362754?tipoArquivo=O>

In Memoriam das mais de 619 mil vítimas
da Covid-19 no Brasil.

AGRADECIMENTOS

O agradecimento é a concretização dessa longa jornada que se iniciou em meados de 2018 com processo seletivo e se deparou com uma pandemia no meio do caminho em 2020. Nesse percurso, as prioridades se alteraram, os sentidos se ressignificaram e o medo e a ansiedade foram sentimentos constante durante esta construção, assim como o acolhimento, o cuidado, a amizade e o afeto daqueles mais próximos. Por isso, essa dissertação foi escrita por várias mãos que estiveram ao meu lado nessa jornada. É nós por nós e essa conquista é nossa. Meu eterno amor a vocês.

À minha mãe, Márcia, e ao meu pai, Luciano, tudo que eu faço é por vocês. Sou grata por me proporcionarem as condições necessárias que me trouxeram até aqui, por toda a compreensão em meio ao caos e ao estresse, pelo cuidado e pelo refúgio. Amo vocês.

À minha avó, Elisabeth, minha guerreira que segue firme e forte me acompanhando e me abençoando nessa jornada da vida. Obrigada pelos ensinamentos.

As melhores amigas que me acolhem nessa jornada da vida, Laís e Evelyn, essa vitória é nossa.

Ao Ivo, pelo companheirismo inestimável nessa jornada.

A moçada do NEVI, em especial, Fany Serafim, Di Reis, Jônatas Nery e Ana Paula Lyra. Que sigamos lutando e acreditando na possibilidade de um mundo diferente. Agradeço a vocês por manterem viva a esperança.

À professora Gilsa Helena, a quem tenho muito carinho e admiração. Tem sido um privilégio contar com você na minha formação política, acadêmica, profissional e pessoal. Sou grata pela acolhida.

À minha orientadora, professora Maria Helena Elpidio, afinal, embarcamos juntas nessa caminhada com todos os nuances e as incertezas de se construir uma pesquisa científica em meio ao fim do mundo.

À Ana Paula Cupertino e Bianca Barcelos, pois, graças a vocês foi possível ter leveza durante o período da escrita acadêmica. Firmamos uma irmandade e seguimos firmes e fortes. Que sigamos sempre prepositivas. Nosso *black power* tem poder.

À Amanda Silveira, minha amiga, camarada e parceira, é uma satisfação tê-la em minha vida. Dividimos histórias, alegrias, conquistas e os percalços da vida. Vamos seguir sempre com leveza e um sorriso no rosto.

Aos camaradas do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe (MNQRC), em especial Edson Bomfim e Camila pelas provocações e estímulos. Seguiremos tensionando por uma transformação radical.

Registro também um agradecimento especial a Universidade Federal do Espírito Santo, assim como ao Programa de Pós-Graduação em Política Social pela oportunidade de acesso e desenvolvimento da pesquisa em uma instituição de alto nível e com docentes extremamente qualificados que foram essenciais à minha formação intelectual.

Agradeço também a CAPES que me possibilitou realizar o período da pós-graduação enquanto bolsista.

Por fim, agradeço a todas e todos que trilharam essa jornada comigo, familiares e amigos que eventualmente não foram mencionados, mas que também foram imprescindíveis nessa aventura que foi o mestrado. O apoio de vocês foi o que possibilitou a conclusão desse ciclo. Agradeço pelo carinho, pela atenção e pela confiança.

É tudo por nós!

*Vocês dizem que não entendem
Que barulho é esse que vem das ruas
Que não sabem que voz é essa
que caminha com pedras nas mãos
em busca de justiça,
(...)*

*Essa voz que brada que atordoa seu sono
Vem dos calos das mãos, que vão cerrando os punhos
Até que a noite venha
E as canções de ninar vão se tornando hinos
Na boca suja dos revoltados.*

*(...)
Teu medo faz sentido;
Em tua direção
Vai as mães dos filhos mortos
O pai dos filhos tortos
Te devolverem todos os crimes
Causados pelo descaso da sua consciência.*

*Quem marcha em tua direção?
Somos nós,
os brasileiros
Que nunca dormiram
E os que estão acordando agora
Antes tarde do que nunca*

*E para aqueles que acharam que era nunca,
agora é tarde.*

Sergio Vaz

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal resgatar o processo de organização da Marcha das Mulheres Negras no Brasil e analisar as reivindicações propostas pela Marcha frente ao avanço do neoconservadorismo no Brasil, tendo em vista a contradição face aos limites e possibilidades das conquistas e retrocessos nas pautas governamentais que contemplem as demandas das mulheres negras. Para tal, abordamos o debate da racial no contexto do pensamento social brasileiro, juntamente com as implicações do patriarcado e entrelaçando no final a participação das mulheres negras na política com ênfase nos encontros nacionais de mulheres negras. Em seguida, abordamos a articulação entre as reivindicações dos movimentos sociais de mulheres negras frente aos governos atuais, resultando em um primeiro momento, em conquistas institucionais como, a constituição da SPM e da SEPPIR; apontamos também os entraves enfrentados pelas secretarias e, ao final, suscitamos o debate acerca do neoconservadorismo no Brasil. E, por fim, apresentamos a Articulação de Organizações de Mulheres Negras como movimento fundamental para a organização da Marcha das Mulheres Negras, assim como as ações desenvolvidas pelos movimentos de mulheres negras desde a sua organização formal, que se estende ao período pandêmico. Para tanto, adotamos a pesquisa bibliográfica e documental (com base em fontes digital e de acervo pessoal), procurando se apoiar no método materialista histórico dialético. Por último, concluímos que a Marcha consiste na concretização de um ato organizado dos movimentos de mulheres negras que seguem na luta e resistência diária em seus territórios, dessa forma, as mulheres negras estiveram e estão ininterruptamente em marcha.

Palavras-chave: Marcha das mulheres negras; movimento de mulheres negras; neoconservadorismo.

ABSTRACT

This research has as main objective to rescue the process of organization of the Black Women's March in Brazil and to analyze the proposed demands by the March against the advance of neoconservatism in Brazil, in view of the contradiction in the face of the limits and possibilities of achievements and setbacks in government agendas that address the claims of black women. To this end, we approach the racial debate in the context of Brazilian social thought, along with the implications of patriarchy and intertwining in the end the participation of black women in politics with an emphasis on national meetings of black women. Following, we approach the articulation between the vindication of social movements of black women in front of the current governments, resulting at a first moment, in institutional achievements such as the constitution of the SPM and SEPPIR, we also point out the obstacles faced by the secretariats and, at the end, we raised the debate about neoconservatism in Brazil. Finally, we present the Articulation of Black Women's Organizations as a fundamental movement for the organization of the Black Women's March, as well as the actions developed by black women's movements since their formal organization, which extends to the pandemic period. For that, we adopted bibliographic and documentary research (based on digital sources and personal collection), seeking to rely on the dialectical historical materialist method. Finally, we conclude that the March consists of the realization of an organized act of black women's movements that continue in the daily struggle and resistance in their territories, in this way, black women were and are uninterruptedly on the march.

Keywords: Black women's march; black women's movement; neoconservatism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos para análise	37
Quadro 2 - Organizações que compõem a AMNB	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - AMNB por região	96
Figura 2 - Comunicado de invasão do site AMNB	98
Figura 3 - Preparação nos estados: Amapá.....	100
Figura 4 - Preparação nos estados: Tocantins	101
Figura 5 - Preparação nos estados: Pará	101
Figura 6 - Marcha das Mulheres Negras 2015	103
Figura 7 - Marcha das Mulheres Negras 2015	104
Figura 8 - Marcha das Mulheres Negras 2015	104
Figura 9 - Marcha das Mulheres Negras 2015	105
Figura 10 - Marcha das Mulheres Negras 2015	105
Figura 11 - Encontro com a presidenta Dilma Rousseff	107
Figura 12 - IMENA: arrecadação de alimentos.....	114
Figura 13 - IMENA: ato por comida, vacina e auxílio emergencial	115
Figura 14 - CEDENPA: principais projetos em execução	116
Figura 15 - CEDENPA: campanha de arrecadação de alimentos	116
Figura 16 - Perfil do ILERA no Instagram.....	117
Figura 17 - Abayomi: atividade de prevenção ao novo coronavírus.....	118
Figura 18 - Abayomi: atividade pelo fim da violência contra as mulheres negras	118
Figura 19 - ODARA: programa de saúde das mulheres negras	119
Figura 20 - ODARA: programa de direitos humanos	120
Figura 21 - ODARA: programa de comunicação.....	121
Figura 22 - IMUNE: projetos	122
Figura 23 - CRIOLA: projetos	123

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Reuniões preparatórias para o I ENMN	138
ANEXO B – Decisões que antecederam o I ENMN.....	139
ANEXO C – Critérios de participação no I ENMN	140
ANEXO D – Reuniões preparatórias II ENMN.....	141
ANEXO E – Programação do II ENMN.....	142
ANEXO F – Avaliação do II ENMN.....	143

LISTA DE SIGLAS

ACMUN	Associação Cultural de Mulheres Negras
AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras
AMNVQC	Associação de Mulheres Venina do Quilombo do Curiaú
AMO	Associação Mulheres de Odun
APNS	Associação dos Agentes de Pastoral Negros
CADPIR	Cadastro Nacional de Órgãos e Conselhos de Promoção da Igualdade Racial
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CIPD	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONAPIR	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Negras Quilombolas
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FIPIR	Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
FNMN	Fórum Nacional de Mulheres Negras
ENMN	Encontro Nacional de Mulheres Negras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJSN	Instituto Jones Dos Santos Neves
IMENA	Instituto de Mulheres Negras do Amapá
INEGRA	Instituto da Mulher Negra do Ceará
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MNQRC – ES	Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe – Espírito Santo
MNU	Movimento Negro Unificado

MP	Medida Provisória
MUNMVI	Organização Não Governamental de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência
NEVI	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPGPS	Programa de Pós-Graduação em Política Social
PT	Partido dos Trabalhadores
SEPPIR	Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SP	São Paulo
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNEGRO	União de Negros e Negras pela Igualdade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 VOZES INSURGENTES.....	41
1.1 NOÇÕES SOBRE RAÇA E CLASSE: linhas introdutórias para um debate.....	43
1.2 DA CRIAÇÃO DO PATRIARCADO AO ESPETÁCULO DAS RAÇAS	55
1.3 OS ENCONTROS NACIONAIS DE MULHERES NEGRAS	70
2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA DAS MULHERES NEGRAS NOS ANOS 2000 E O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO PÓS-GOLPE DE 2016 .	82
2.1 A SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM) E A SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR).....	83
2.2 O AVANÇO INSTITUCIONAL DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL FRENTE ÀS POLÍTICAS PARA AS MULHERES E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.....	90
3 ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS NESTA QUADRA HISTÓRICA	94
3.1 MARCHA DAS MULHERES NEGRAS – CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM-VIVER	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
ANEXO.....	138

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo resgatar o processo de organização da Marcha das Mulheres Negras no Brasil e analisar as reivindicações propostas pela Marcha frente ao avanço do neoconservadorismo no Brasil, tendo em vista a contradição face aos limites e possibilidades das conquistas e retrocessos nas pautas governamentais que contemplem as demandas das mulheres negras. Assim, propomos uma investigação a partir da conformação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil (MMN) e da Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) ao longo das décadas recentes em concomitância aos ataques e retrocessos políticos no Brasil que culminaram no governo genocida do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro¹.

Visamos apresentar e analisar ao longo desta investigação as conquistas do movimento de mulheres negras que refletiram na institucionalidade da incorporação de políticas sociais e públicas concernentes às mulheres e a população negra no país nesta última quadra histórica. E posteriormente, seu desmonte com a tomada de uma agenda governamental com traços neoconservadores, neofascistas e contrário às demandas de ampliação da democracia e direitos sociais.

Vale registrar que os questionamentos a serem levantados nesta pesquisa emergiram, gradativamente, durante o período de graduação em Serviço Social iniciada no ano de 2013, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e, com a inserção no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI) desde o ano de 2015. Afinal, a academia proporcionou uma aproximação com uma pluralidade de pessoas decorrentes dos mais diversos locais, movimentos sociais e com as mais diversas histórias de vida das quais contribuíram e contribuem para a minha formação pessoal, política, acadêmica e profissional.

¹ “De um modo geral, o genocídio não significa necessariamente a destruição imediata de uma nação, exceto quando materializado por assassinatos em massa de todos os membros de uma nação. Significa a configuração de um plano coordenado de diferentes ações que visam à destruição dos fundamentos essenciais da vida de grupos nacionais, com o objetivo de aniquilar os grupos. Os objetivos de tal plano seriam a desintegração das instituições políticas e sociais, da cultura, da língua, dos sentimentos nacionais, da religião e da existência econômica de grupos nacionais, e a destruição da segurança pessoal, liberdade, saúde, dignidade, e até mesmo da vida dos indivíduos pertencentes a esses grupos. O genocídio é dirigido contra o grupo nacional como uma entidade, e as ações envolvidas são dirigidas contra indivíduos, não em sua capacidade individual, mas como membros do grupo nacional” (LEMKIN, 2005, APUD CURTY, MACHADO, 2021, p. 152). Para um dossiê sobre o governo Bolsonaro, indicamos *Margem a Esquerda*, nº 32, Revista da Boitempo, 1º semestre, Boitempo, 2019.

Dessa forma, a afinidade inicial com o movimento feminista resultou em uma série de questionamentos pessoais e sociais relevantes e necessários. Concomitante a isso, a inserção no Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe/ES (MNQRC/ES) ocasionou a aproximação com as discussões dos Movimentos Negro no Estado do Espírito Santo e a vivência junto a algumas de suas lideranças.

Ademais, essa primeira aproximação com o dito movimento feminista hegemônico² para além dos questionamentos relevantes e necessários, gerou um certo incomodo, pois, questões raciais pouco eram discutidas. Por isso, tal inquietação resultou no trabalho de conclusão de curso intitulado: “Aqui tem mulher firme arrebrandando as suas correntes: aspectos da trajetória do movimento de mulheres negras e os seus rebatimentos sobre o(s) movimento(s) feminista(s) no Brasil”, apresentado no ano de 2017 com o intuito de traçar uma reconstituição do movimento de mulheres negras brasileiras e os impactos no movimento feminista.

Hoje, após pesquisas e leituras, compreendo que as mulheres, as mulheres negras e a questão racial sempre estiverem presentes resistindo e tensionando o cotidiano social com relação as mais diversas expressões de exploração e opressão são explícitas.

Por isso, dando prosseguimento a trajetória iniciada durante a graduação, a atual pesquisa de dissertação de mestrado acadêmico a ser desenvolvida nos próximos capítulos, transcorre dentro de um contexto nacional e internacional de expansão e ascensão da extrema-direita colocando em xeque os avanços sociais conquistados ao longo dos anos pelos movimentos sociais, sociedade civil organizada e partidos políticos progressistas.

O aprofundamento dos ataques direcionados as políticas públicas e sociais em curso com o neoliberalismo desde a década de 1990, as formas de marginalização e silenciamento das minorias políticas, a retirada de direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores se agravam diante do negacionismo científico e das constantes manifestações de discurso de ódio com conteúdo racista, misógino, fundamentalista, LGBTfóbico e xenófobo, fomentados pelo conservadorismo e que se expressam abertamente nas falas e discursos do atual presidente da república Jair Bolsonaro, são concomitantes ao desenrolar deste estudo.

Além dos péssimos serviços prestados pelo chefe de Estado (desde sua posse em 1º de janeiro de 2019), em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a

² Ler mais em “Feminismo e Marxismo” de Andrea D’Atri e Diana Assunção. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

COVID-19 (causada pelo vírus da *SARS-CoV-2*) como uma pandemia³. Ou seja, quando um surto que afeta uma determinada região (no caso em questão, Wuhan, na China) se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. Segundo o consórcio de veículos de imprensa, conforme dados fornecidos pelas secretarias de saúde, em janeiro de 2022 o Brasil já havia registrado mais de 619 mil mortes em decorrência da Covid-19⁴. Em matéria veiculada no portal G1 é apontado que 1 a cada 425 brasileiros morreu em consequência da pandemia⁵. No Espírito Santo, onde estima-se uma população de pouco mais de 4 milhões 64 mil pessoas⁶ já foram registrados mais de 631 mil casos confirmados de Covid-19 e as mortes já ultrapassaram a marca de 13 mil⁷.

Nessa conjuntura e em decorrência dos depoimentos dados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, que se propõe a investigar a atuação do Executivo no enfrentamento da pandemia⁸ que tem resultado num genocídio sistemático da população brasileira pobre e preta, nos dias 29 de maio, 19 de junho e 3 de julho de 2021 as diversas entidades, organizações de movimentos sociais, partidos políticos, movimento estudantil e outros, convocaram todas e todos a ocuparem as ruas em prol da vida, vacina, comida, auxílio emergencial e pelo impeachment do atual presidente Jair Bolsonaro⁹.

É no contexto de “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre¹⁰” que o Instituto Pólis realizou um estudo sobre *Raça e Covid no município de São*

³ **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia.** Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>>. Acesso em 21 de out. 2020

⁴ **Brasil registra 27,5 mil novos casos de Covid-19 em 14h; média móvel vai a 12,3 mil por dia.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/01/05/brasil-registra-27-mil-casos-e-133-mortes-pela-covid-19-nas-ultimas-24h.ghtml>>. Acesso em 06 de jan. de 2022.

⁵ **500 mil mortos por Covid: de cada 425 brasileiros, um foi levado pela pandemia.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/06/20/500-mil-mortos-por-covid-de-cada-425-brasileiros-um-foi-levado-pela-pandemia.ghtml>>. Acesso em 12 de jul. 2021.

⁶ **Espírito Santo.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/>>. Acesso em 12 de jul. 2021

⁷ **Covid-19: ES registra mais de 13.340 mortes 631.878 casos confirmados.** Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/covid-19-es-registra-13340-mortes-631878-casos-confirmados-0122>>. Acesso em 06 de jan. 2022.

⁸ **CPI da Covid é criada pelo Senado.** Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>>. Acesso em 12 de jul. 2021.

⁹ **“Ao todo, 1556 pessoas e mais de 550 organizações assinaram pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Foram enviados 126 documentos ao presidente da Câmara dos Deputados, sendo 73 pedidos originais, 7 aditamentos e 46 pedidos duplicados. Até agora, apenas 6 pedidos foram arquivados ou desconsiderados. Os outros 119 aguardam análise”.** PÚBLICA, 2021. Disponível em: <<https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/>>. Acesso em 12 de jul. 2021.

¹⁰ Declaração do atual presidente Jair Messias Bolsonaro no dia 28 de abril de 2020 ao ser questionado sobre o recorde diário de óbitos pela COVID-19 no Brasil. **“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘Sou Messias, mas não faço milagre’**“. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>>. Acesso em 21 de out. 2020.

Paulo¹¹ e concluiu que a mortalidade é maior entre a população negra. Outra pesquisa, realizada por Gênero e Número e SOF Sempre Viva Organização Feminista, teve como objetivo levantar apontamentos sobre o trabalho e a vida das mulheres na pandemia¹² que constatou que 58% das mulheres desempregadas são negras. Transcorre nesse cenário, da maneira mais escancarada possível, o projeto de “*Eugenia, biopoder e políticas da morte em tempos de pandemia*”¹³”.

No que tange aos dados empíricos, o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* (2019) apresenta dados relevantes com análise focalizada na condição de cor ou raça em eixos que interferem na reprodução da vida da população brasileira, tais como: mercado de trabalho; distribuição de renda e condições de moradia; educação; violência; e, representação política. A pesquisa constata que, de acordo com os dados do IBGE (2019), em 2018, os negros¹⁴ correspondiam a 54,9% da força de trabalho empregada formalmente no Brasil. Em contrapartida, o percentual de negros em trabalhos informais em 2018 era de 47,3%, enquanto entre os brancos, o percentual de pessoas em ocupações informais era de 34,6%. No quesito rendimento médio mensal, em 2018, a discrepância foi de aproximadamente 73,9% de diferença entre as pessoas ocupadas brancas e negras (R\$ 2.796,00 e R\$ 1.608,00, respectivamente).

No que diz respeito a relação entre sexo e raça, destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres negras (elas recebem menos da metade do que os homens brancos, 44,4%).

O estudo também aponta que:

Indicadores relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças. Condições inadequadas de saneamento básico estão entre as causas subjacentes e evitáveis de

¹¹ **Raça e covid no município de São Paulo**. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>>. Acesso em 27 de ago. 2020.

¹² **Relatório “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”**. Disponível em: <<http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>>. Acesso em 1 de ago. 2020.

¹³ WEGNER, SOUZA, CARVALHO. **Eugenia, biopoder e políticas da morte em tempos de pandemia**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/08/10/eugenia-biopoder-e-politicas-da-morte-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em 11 de ago. 2020.

¹⁴ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística conceitua negros como a soma de pretos e pardos. “**O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**”. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf>. Acesso em 11 de ago. 2020.

mortalidade infantil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019, p. 5).

Os indicadores acima atestam para uma realidade de vulnerabilidade social básica no que tange as necessidades e aos cuidados primários com relação ao saneamento básico e acesso as condições mínimas e elementares de sobrevivência e manutenção da vida antes mesmo da Covid-19 se alastrar no território brasileiro. Evidencia-se, pois, com base nos dados, que a população negra aparece como a mais vulnerável e suscetível de ser acometida por doenças, pois, “as condições sociais representam ‘causas fundamentais’ da saúde e da doença, [...], ao determinarem o acesso a importantes recursos que podem ser usados para evitar riscos ou minimizar as consequências das doenças” (FIGUEIREDO SANTOS, 2020, p. 2).

Já o Atlas da Violência 2021, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) (2021), apresenta dados sobre as vítimas de homicídios no Brasil, atentando para o fato de que 77% das pessoas assassinadas no país em 2019 eram negras, equivalente a 29,2 a cada 100 mil habitantes. Em contrapartida, em comparação com os não brancos, a taxa de homicídios equivale a 11,2 por cada 100 mil habitantes. Ou seja, com base nos dados levantados, negros tem 2,6 vezes mais chances de serem assassinados (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Com relação aos dados referentes aos homicídios de mulheres negras e não negras, a Atlas da Violência evidencia que em 2019, das 3.373 mulheres assassinadas no Brasil vítimas de violência letal, ou seja, feminicídio, 66% eram negras. Atentamos, também, para o fato de que conforme os dados apresentados no Atlas da Violência, o percentual de homicídios de mulheres negras em 2009 era 48,5% superior ao de não negras, contudo, em 2019, observa-se que esse índice passa a ser de 65,8%. Tendo em vista o período analisado, de 2009 a 2019, nota-se também que enquanto o homicídio de mulheres não negras sofreu uma redução de 26,9%, o total de mulheres negras vítimas de homicídio aumentou 2% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

Baseado nos dados levantados, corroboramos com Carneiro (2017, p. 19) ao enfatizar que

Raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais.

Considerando a complexidade dos estudos e pesquisas sobre violência e devido a seriedade com o qual o tema deve ser tratado, indicamos a leitura do E-book *Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números* (2017)¹⁵, para que seja feita uma leitura mais aprofundada sobre o tema, tendo em vista que, devido aos limites traçados nesta investigação não será possível adentrar ao tema e aborda-lo com a devida propriedade esperada para a discussão.

Todavia, estes dados empíricos apresentados expressam uma realidade desigual que atinge, majoritariamente, as mulheres negras. Logo, o desvelamento da “questão social”¹⁶ e de suas manifestações implica a compreensão do *modus operandi* do racismo e do machismo. Todavia, o que pretendemos aqui não é particularizar as características dos sujeitos, de maneira que vise individualizá-lo, e, sim, compreendê-lo na dimensão da totalidade da classe trabalhadora. Portanto, há que se apreendê-lo inserido em “uma unidade dialética entre as subestruturas básicas de poder da sociedade capitalista [...], na qual essas categorias estão organicamente integradas” (CISNE, 2014, p. 31). Nogueira e Passos (2020) ao escrevem sobre *A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário da epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti* reforçam que “no cenário da epidemia do COVID-19, são as mulheres negras aquelas que estão sofrendo mais intensamente seus grandes impactos, seja na contaminação e mortalidade, seja na regressão dos direitos” (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p. 2).

Por isso, ao fazer frente à exploração e opressão no sistema patriarcal-racista-capitalista, uma práxis revolucionária deve ter como o horizonte a construção de uma sociedade radicalmente diferente da sociedade atual e das instituições da ordem burguesa, pois, é perante a contradição da relação capital x trabalho que se manifestam as expressões da questão social.

Logo,

Temos de nos livrar do pensamento identitário estreito se quisermos encorajar as pessoas progressistas a abraçar tais lutas como se fossem delas próprias. Com relação

¹⁵ De Suelaine Carneiro, a publicação é de realização do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>>. Acesso em 09 de jan. de 2022. Indicamos também o livro *Violência Racial: uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil* (2009) de Rodney Jericó da Silva e Suelaine Carneiro. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/violencia-racial-uma-leitura-sobre-os-dados-de-homicidios-no-brasil/#axzz3E3cS6hGj>>.

¹⁶ Conforme Carvalho e Yamamoto (1983), “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO; IYAMAMOTO, 1983, p. 77).

às lutas feministas, os homens terão de fazer muito do trabalho importante. [...] falar sobre o feminismo não como algo que adere aos corpos, não como algo enraizado em corpos marcados pelo gênero, mas como uma abordagem – como **uma forma de interpretação conceitual, como uma metodologia, como um guia para estratégias de luta**. Isso significa que o feminismo não pertence a ninguém em particular. O feminismo não é um fenômeno unitário [...] (DAVIS, 2018, p. 40, grifos nossos).

A passagem acima nos instiga a pensar sobre reivindicações sociais para além de uma política identitária de representatividade em comerciais e novelas, afinal, a política identitária está intrinsecamente associada a uma demanda individual por reconhecimento e que, faticamente, resulta no enfraquecimento da auto-organização coletiva e dos engajamentos na luta coletiva contrária a estrutura social (HAIDER, 2019). Afinal de contas, o que nos interessa não é uma mera representação vazia de significados de uma suposta classe média negra ou de mulheres CEO de empresas que exploram a mão de obra em condições análogas à escravidão, pois, “reivindicar a inclusão na estrutura da sociedade como ela é significa se privar da possibilidade de mudança estrutural. [...] isso significa que a condição da política [identitária] é a renaturalização do capitalismo” (HAIDER, 2019, p. 48). Afinal, “o nosso movimento não é um movimento epidérmico; o nosso movimento é um movimento político” (GONZALEZ, 1985, p. 225).

O que nos interessa é dialogar sobre mudanças sistêmicas uma vez que partimos da compreensão de que a raiz do sistema capitalista, a exploração, e a opressão¹⁷ são as engrenagens indissociáveis a serem superadas para se pensar num horizonte da emancipação humana. Assim, para além das questões no âmbito da aparência imediata, apesar de reconhecer os efetivos ganhos propiciados pelas políticas públicas e sociais na realidade material concreta, é importante ressaltar, que tais estratégias apresentam determinados limites na ordem social burguesa e, muitas vezes, podem ser apropriadas como forma de legitimação do capital, resultando no que Marx (2010) denominou como sendo “emancipação política”, e, mesmo considerando-a importante e de grande progresso, exprime limitações dentro da organização do

¹⁷ “O ponto de vista do marxismo revolucionário, [...] considera que a sociedade é dividida em classes sociais onde uma pequena classe, a burguesia, expropria o trabalho de uma classe muito maior, a classe trabalhadora, através da mais-valia, através de deter os meios de produção. Ou seja, a raiz da sociedade é a exploração capitalista. E a opressão é um conceito distinto da exploração, é um conceito que dá conta de pensar que existem grupos socialmente subordinados na sociedade pelo gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, uma série de elementos que configuram um conjunto como grupo social e por conta disso são subordinados em nossa sociedade. A relação entre esses dois conceitos é uma questão muito importante para o marxismo porque a combinação entre opressão e exploração é o que potencializa e renova as formas de exploração e de dominação capitalista [...]. Isso não tira o elemento de que a raiz da sociedade é a divisão entre as classes, mas traz uma proporção muito grande do quanto essa combinação tem um efeito imediato na vida, por exemplo, das mulheres trabalhadoras, que são exploradas pelos patrões, mas também sofrem a opressão de gênero por serem mulheres. Justamente por essa engrenagem pela qual a opressão consegue aprofundar no sistema capitalista que o marxismo revolucionário considera que é impossível terminar com as opressões sem terminar com essa sociedade de classes” (ASSUNÇÃO; D’ATRI, 2017, p 13).

capital. Ou seja, apesar de imprescindível, a emancipação política não se constitui como a emancipação real, ou seja, emancipação humana, onde possamos extinguir toda forma de exploração e opressão.

Diante disso, a emancipação política é passível de ser alcançada na sociedade burguesa porque, dentre os variados elementos, as contradições que se manifestam na esfera pública e que demandam respostas do Estado “devem” ser atendidas. Ou seja, “[as políticas sociais] são resultado de relações contraditórias determinadas pela luta de classes, pelo papel do Estado e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas” (BOSCHETTI, 2016, p. 25).

Desse modo, é atribuído ao Estado a aparência de um agente externo e neutro, acima dos interesses individuais em prol do bem coletivo. Entretanto, com base na leitura crítica marxista, identificamos que o fetichismo manifestado e expresso nas relações de produção se estende para fora dela e pode ser percebido na relação com o Estado. Afinal, é na esfera da circulação de mercadorias que se pressupõe a igualdade de todos os sujeitos, assim, tanto o direito quanto o Estado e a ideologia são fundamentais para regulamentar e naturalizar tal concepção.

Pois, a esfera das trocas de mercadoria, ao apresentar cada indivíduo como proprietário em patamar de liberdade e igualdade uns com os outros, sejam eles donos dos meios de produção ou “trabalhadores livres”, firma um contrato embasado na forma jurídica que expressa que “a circulação é um processo de sujeitos” (EDELMAN, 1976, p.130). Isso porque os valores de propriedade, igualdade e liberdade da ideologia burguesa são os mesmos que irão fundamentar as bases do direito e, por conseguinte, assegurar e legitimar a exploração – que ocorre na produção – na esfera de circulação da troca de mercadorias. Por consequência, são assim estabelecidos os direitos do homem [e da mulher?] como membro da sociedade burguesa; direitos de um indivíduo egoísta separado de seus semelhantes e da comunidade; logo, a natureza do direito é privada, pois, visa o direito do indivíduo limitado no outro. Aqui, temos a ruptura do sujeito histórico como membro da comunidade política enquanto cidadão, sujeito coletivo.

A universalidade da equiparação dos sujeitos como iguais na sociedade de classes, além de imprescindível a ordem do capital, é legitimada através do Estado fazendo com que o indivíduo reconheça a si próprio e aos seus semelhantes a partir desse agente externo. Logo,

A genericidade abstrata tornada possível apenas através do Estado composto por seres desiguais, seres que se tornam desiguais por meio das relações materiais e espirituais, é a expressão mais que adequada das relações de mercado. Na verdade, neste, como em outros aspectos, o Estado é a expressão política do mercado da mesma maneira

que os interesses do Estado costumam ser os interesses do capital (IASI, 2007, p. 54-55).

Nota-se, de acordo com a passagem acima, como que conquistas políticas por intermédio do Estado podem significar a cooptação e adequação em prol da reprodução dos interesses do capital. Pois, “o caráter genérico do ser humano na mediação do Estado, na sociedade atual, é a expressão da universalidade do capital” (IASI, 2007, p. 56). Mais adiante, completa o autor que, “essa universalidade esconde o fato de a igualdade exigir que alguns assumam o papel de acumuladores de valor e mais-valia, enquanto outros se transformam na mercadoria”.

Importante frisar que não se trata de uma simples alteração da forma Estado e, sim, a superação das mediações: mercadoria, capital e Estado. Para que só então se possa produzir relações sociais baseadas em outra forma de produção, onde os seres humanos se reconheçam diretamente entre si sem à mediação de agentes externos, fetichizados e estranho a eles.

Todavia, uma vez que “a emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui” (MARX, 2010, p. 41). Entretanto, mais à frente, o autor atenta que, “Toda emancipação é redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro lado, a *cidadão*, a pessoa moral” (MARX, 2010, p. 54, grifos do autor). Ou seja, “[...] o homem como membro da sociedade burguesa, [...], como indivíduo recolhido ao seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade” (MARX, 2010. p. 50).

Contrariamente à ideia do indivíduo recolhido no seu interesse privado, para o autor:

A emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem [e a mulher] individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força *política* (MARX, 2010, p. 54, grifos do autor).

Com isso, corroboramos com Boschetti (2016, p. 58-59) ao enfatizar que

A emancipação política constitui uma importante mediação nas lutas contra o capital, [...]. [Todavia] A luta e conquista pelos direitos de cidadania, contudo, não podem e não devem significar contentamento com a emancipação política [...]. Fazer dessas lutas e dessas conquistas uma base material de tensionamento contra o capital, contudo, é imprescindível no processo histórico pela emancipação da humanidade de todas as formas de exploração e opressão.

Logo, o grau de impacto da luta na realidade social dependerá da conjuntura, do nível de organização, da capacidade de mobilização dos sujeitos implicados e sobretudo do caráter e da estratégia do movimento. Como afirma Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, “os homens [e as mulheres] fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25).

Sendo assim, nos propomos a investigar nesta pesquisa as estratégias e reivindicações propostas pela Marcha das Mulheres Negras tendo em vista a contradição face aos limites e possibilidades das conquistas alcançadas institucionalmente em um período demarcado pelo fortalecimento do neoconservadorismo no Brasil e, para tal, resgataremos no decorrer desta pesquisa o desenvolvimento histórico do conceito de raça e do patriarcado articulando-os a base material do capitalismo para compreender como se desenvolveram as relações sociais e raciais no Brasil e analisar os significados das medidas governamentais relacionadas às mulheres concomitante ao avançar do neoconservadorismo e as implicações às mulheres negras.

Dessa forma, com vistas a qualificar a relevância acadêmica e científica desta investigação, em novembro de 2021 foi realizada uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (catalogodeteses.capes.gov.br) utilizando a palavra-chave “marcha das mulheres negras”, na grande área de conhecimento das ciências humanas e sociais aplicadas, centrando na área de conhecimento da ciência política; fundamentos do serviço social; história do Brasil; história regional do Brasil; história latino-americana; políticas públicas; e, serviço social e serviço social aplicado. Do ano de 2015 – 2021, somando teses e dissertações, obteve-se um total de 704 resultados; 521 dissertações e 183 teses. Após a análise de todos os títulos e resumos, não identificamos produções correspondentes com o tema aqui proposto, no entanto, foi possível observar trabalhos com enfoque na participação e representação de mulheres nas conferências de políticas para as mulheres (FERREIRA, 2016) e no âmbito político partidário (COSTACURTA, 2015; SOUZA, 2017; AVILA, 2018). Sobre mulheres negras encontramos (PEREIRA, 2016; GRAÇAS, 2018), por fim, uma produção relacionada a atuação do movimento negro e a Lei nº 10.639/2003¹⁸ (SILVA, 2019). No entanto, nenhum dos trabalhos supracitados apresenta considerações acerca da Marcha das Mulheres Negras.

¹⁸ Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>>. Acesso em 15 de nov. de 2021.

Também foi realizada uma busca no portal SciELO Brasil – Scientific Electronic Library Online (<https://www.scielo.br/>) com a utilização da mesma palavra-chave e foi obtido um resultado correspondente. A produção de Figueiredo (2018) tem como objetivo abordar contribuições políticas e sociais do Movimento de Mulheres Negras e, para tal, a autora discorre brevemente sobre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras até a presença das organizações negras femininas no 13º Fórum Social Mundial realizado em 2018, com isso, a autora aborda brevemente sobre a realização da Marcha das Mulheres Negras que ocorreu em 18 de novembro de 2015, contudo, devido as delimitações do formato da produção, Figueiredo não desenvolve muito sobre o processo de organização da Marcha, porém, discorre importantes contribuições para se pensar a trajetória das organizações de mulheres negras e a os impactos e relevâncias sociais e políticas para a sociedade brasileira.

Dando prosseguimento ao levantamento de dados, buscamos no Dialnet (<https://dialnet.unirioja.es/>) produções acerca da marcha das mulheres negras enquanto palavra-chave e 03 (três) documentos foram encontrados. Ao avaliar os títulos e resumos dos trabalhos disponíveis, apenas um se relacionavam diretamente com o tema. Assis (2021) tece notas introdutórias sobre o debate do “Bem Viver” enquanto uma proposta já em curso estabelecendo uma conexão entre a Marcha das Mulheres Negras e a Marcha das Mulheres Indígenas realizada em 2019.

Na busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (<https://bdtd.ibict.br/>) encontramos 51 resultados para a busca “marcha das mulheres negras”. Deste total, após avaliação de todos os títulos e resumos, foram identificados 03 (três) produções que se relacionam com o tema abordado (ACOSTA, 2018; MARTINS, 2018; e, LIRA, 2019), as teses de Acosta (2018) e Martins (2018), abordaram marchas que ocorrem no ano de 2015, são elas: a Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas e, a Marcha das Mulheres Negras. Em sua tese de doutoramento, Martins (2018) também aborda a Greve Internacional das Mulheres 8M que ocorreu em 2017.

Acosta (2018) aborda mais precisamente o processo discursivo relacionado ao significado da identidade, ou seja, analisa a partir das identidades das protagonistas de cada marcha em questão, o processo de solidariedade entre as perspectivas sonhadas por mulheres reunidas. Martins (2018), por outro lado, busca compreender as diferentes expressividades das ações políticas feministas e de mulheres a partir do conceito de “corporificação” e “visões de mundo”. Por fim, Lira (2019) discorre em sua dissertação de mestrado acadêmico sobre a relação entre o Movimento de Mulheres Negras e o Serviço Social, ressaltando o comprometimento ético-

político da profissão e a dimensão teórico-metodológica com a defasagem de produções da categoria com relação a elaboração de pesquisas e a apropriação das pautas das mulheres negras pela profissão.

O levantamento de dados foi realizado nos portais acima citados levando em consideração a relevância e a credibilidade científica e acadêmica dos mesmos, assim, podemos perceber que apesar de se estar discutindo fervorosamente em redes sociais, meios de comunicação e outros, as produções no âmbito científico e acadêmico sobre o movimento de mulheres negras ainda são incipientes.

Por fim, além do levantamento de dados nas bases citadas, examinamos também os trabalhos (teses e dissertações defendidas) do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS - UFES), isso porque enquanto discente do programa e egressa do curso de Serviço Social da mesma universidade, conclui ser relevante apurar as pesquisas defendidas no PPGPS, visto que o programa além de ser uma iniciativa do Departamento de Serviço Social tem como diretriz na linha de pesquisa 2 “Políticas Sociais, Subjetividade e Movimentos Sociais” a relação entre movimentos sociais e políticas sociais; assim, eis o resultado encontrado: 17 teses e 146 dissertação, totalizando 163 trabalhos. Destes, uma tese faz menção ao movimento feminista (PEREIRA, 2019) e 09 (nove) dissertações dialogam ora sobre mulheres, questões de gênero e análise crítico-feminista (RIBEIRO, 2008a; TENÓRIO, 2017; AMARAL, 2018; RICIO, 2020), ora sobre assuntos que discorrem sobre a questão racial (COUTINHO, 2018; LEMOS, 2018; CRUZ, 2019; AZEVEDO, 2019; NERY, 2019, SILVA, 2020). Com isso, evidenciamos a pouca produção científica a respeito do movimento de mulheres negras enquanto objeto central de estudo e investigação.

Ressaltamos a importância de se estudar este objeto, tendo como marco inicial os desdobramentos dos encaminhamentos propostos pela Marcha das Mulheres Negras 2015: contra o racismo e a violência e pelo bem-viver, pois:

Na condição de protagonistas, oferecemos ao Estado e à Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros (ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS, 2016, p. 163).

Compreendemos tal afirmação como a demarcação de um posicionamento autônomo e importante frente à forma institucionalizada a qual o racismo, o sexismo, a pobreza e as demais formas de opressão, discriminação e desigualdades são tratadas pelo poder público.

Assim, o documento prossegue reiterando que,

Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Marchamos por justiça, equidade, solidariedade e bem-estar que são valores inegociáveis, diante da pluralidade de vozes que coabitam o planeta e reivindicam o Bem Viver (ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS, 2016, p. 163).

O documento formulado e entregue ao final da marcha para a então presidenta Dilma Rousseff em 2015 dispõe de dez eixos norteadores, sendo eles: direito à vida e à liberdade; promoção da igualdade social; direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades; direito à terra, território e moradia/direito à cidade; justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida; direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social); direito à educação; direito à justiça; direito à cultura, informação e à comunicação e; segurança pública.

A despeito das críticas e reflexões que cabem sobre esta abordagem, o documento analítico e declaração tem por base, uma filosofia do Bem-Viver, que apresenta a seguinte concepção

Nossa concepção de Bem Viver é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. Exige, pois, transformações radicais no modelo de sociedade que temos, em sua estrutura e valores. É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos (saberes e fazeres que correspondem ao padrão tecnológico das sociedades, onde tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas). Ao refletirmos sobre o modelo de desenvolvimento que queremos, refutamos o desenvolvimentismo que aprofunda desigualdades, promovendo o consumo e o endividamento, ao mesmo tempo em que elimina direitos e nega acesso à cidadania (ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS, 2015, p. 17-18).

Ao se opor abertamente contra o “capitalismo racista patriarcal excludente”, os eixos norteadores assim como a busca por uma nova utopia, compreendemos o movimento enquanto um movimento antissistêmico, pois,

Os movimentos antissistêmicos serão então aqueles que, além de lutar contra todas as expressões do mundo capitalista, lutem também contra todas as estruturas e realidades vinculadas a esse sistema classista da sociedade, e ainda, combatam, também frontalmente, todas as manifestações deste sistema escasso e pré-histórico de toda a humanidade (ROJAS, 2013, p.18).

Em 2016, fatidicamente, a presidenta eleita Dilma Rousseff sofre um golpe de Estado num cenário político e econômico catastrófico e do avançar do neoconservadorismo nas ondas de ódio que inundaram o Brasil culminando na eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. Seguindo essa linha de pensamento, o professor Marcelo Badaró (2019), evidencia que a crise

que se alastra desde 2008 é um ponto chave crucial para entender a ampliação das bases que favorecem o resultado eleitoral de 2018. Pois,

Desde 2008, a economia capitalista em escala global passou por um processo de profunda depressão, da qual se recuperou apenas parcialmente em algumas partes do planeta. [O] Brasil sofreu um impacto imediato da crise, com a queda brusca da taxa de crescimento econômico no ano 2009, mas pareceu recuperar-se rapidamente, em grande parte devido ao fluxo comercial com a China, que se tornou o principal sócio comercial brasileiro no século XXI. Estímulos ao mercado interno via crescimento real do salário mínimo, políticas sociais focalizadas, endividamento das famílias e subsídios para determinados setores do capital também foram importantes. Tais fatores compensatórios perderam força gradativamente e a partir de 2014 os indicadores econômicos começaram a apresentar uma tendência de queda, indicando que os impactos da crise econômica seriam sentidos de forma mais profunda no período seguinte. A crise representou fortes choques nas bases de apoio do governo, exercidos então, no nível federal, pelo Partido dos Trabalhadores (BADARÓ, 2019, p. 3-4, tradução nossa).

Assim, em contraponto ao crescente clima de repúdio e desdém aos governos petistas na presidência da república, as bases em favorecimento do capital viram as mobilizações neoconservadoras como uma estratégia de ascensão política imprescindível para alcançar o poder e retroceder nos avanços e conquistas políticas existentes em prol de um Estado mais restritivo no que tange a políticas públicas e sociais visando sumariamente a acumulação de capital. Por isso, Barroco (2015) enfatiza que

Para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970, o conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O **neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.** A moral desempenha uma função de destaque no ideário conservador, sendo concebida como base fundante da sociabilidade e da política (BARROCO, 2015, p. 624-625, grifos nossos).

Ou seja, conforme a passagem da autora, o neoconservadorismo está intrinsecamente conectado a ideologia da ordem capitalista e da atuação do Estado, alavancando o individualismo e a moral conservadora e tendo como objetivo a retração dos direitos sociais em prol menos restrições ao mercado. Logo, não podemos deixar de notar a interferência dessa ideologia no campo das disputas sociais onde o Estado em interpretações positivistas e estruturalistas é lido, muitas vezes, enquanto o agente neutro e mediador das relações, pois,

Sob a marca do cinismo liberal, negros, brancos e outras etnias são iguais perante a lei. No entanto, é carregando o ideário social de uma supremacia branca, heteronormativa e burguesa que o *ethos* social do privilégio acentua o irracionalismo fascista e ultraliberal, que legitima o mercado como centro universal da mediação das relações sociais, desconsiderando a violência e violação sistemática do Estado em relação à necessidade em manter um amplo e marcado exército social de reserva, que

outorga que a carne mais barata continua sendo a carne negra (ELPIDIO, 2020, p. 843).

Em suma, o que elencamos enquanto objetivo geral é levantar e analisar as propostas fundamentadas pela Marcha das Mulheres Negras tendo como base o posicionamento autônomo expresso nos documentos divulgados em contraponto à crescente institucionalização dos debates. Para tal, como objetivos específicos, buscaremos apresentar o processo de formação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil (MMN) até a conformação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) culminando na criação da Marcha abordando o processo de silenciamento/apagamento das vozes insurgentes: a utilização do racismo, patriarcado e sexismo como armas do capitalismo; analisando o avanço do neoconservadorismo no Brasil e os significados das medidas governamentais relacionadas às mulheres, em especial, as implicações destas para às mulheres negras considerando as normativas federais que dizem respeito às políticas para mulheres; e, por fim, analisar as estratégias, as propostas e ações da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras frente aos 02 anos do governo de Jair Messias Bolsonaro e a pandemia da COVID-19 considerando o seu direcionamento político e papel articulador com as demais lutas sociais.

Atentando-se a delimitação de nosso objeto de estudo apresentado, nos propomos a nos apoiar no método materialista histórico dialético de análise que consiste em compreender a realidade e a inserção dos sujeitos coletivos num determinado período de desenvolvimento das forças produtivas e da formação social compreendendo a gama de complexidade das relações estruturais da sociedade e sua dialética particular e singular que se coloca no movimento do real, propiciando, de acordo com Netto (2011, p. 22, grifos do autor):

[...] o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. [...] capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Tomando como pressupostos os preceitos de Marx sobre o método dialético, o autor apresenta o real como a concretização das relações sendo o concreto o ponto inicial e final da metodologia. Em suas palavras ele demonstra que:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam a reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2011, p. 54).

Partindo de uma investigação inicial pelo real e pelo concreto, que, nas palavras de Marx, seria o pressuposto efetivo, é essencial começar pelo aspecto aparential do sujeito do ato social, ou seja, as mulheres negras. Em suma, a metodologia parte da realidade observada, seguida pelo estudo bibliográfico com revisão literária sobre o objeto citado acima, ou seja, a metodologia para o presente tema consiste primeiramente na observação adjunta da pesquisa de caráter bibliográfico que serão tratados *a priori*, de forma histórica, para então serem confrontadas com a realidade para a formulação de uma hipótese. Ao se fazer um levantamento bibliográfico de cunho dialético, tem-se uma alternativa que se deve a uma dupla realidade a ser observada.

As mulheres negras não são um conceito pronto e gerador do ato de produção do sistema se homogeneizando com a população em geral, e sim, fruto de um desenvolvimento histórico proveniente das relações de posse de caráter opressivo em relação à categoria apontada. Analisando e considerando as categorias que compõem a inserção feminina no mundo do trabalho, identificam-se organizações e relações de todas as formas de sociedade de maneira residual, esses resíduos se adequam ao sistema como restos não superados desenvolvendo indícios de determinações arcaicas. Seria impossível reconhecer as diferenças de classe, assim como a peculiaridade de opressão sofrida pela mulher negra, sem o entendimento da propriedade privada. Os resíduos, portanto, permitem a compreensão simultânea da organização e das relações da população como objeto e ao mesmo tempo sujeito.

O método dialético afirma que o desenvolvimento histórico se baseia sobretudo no fato de que a última forma alcançada (capitalismo) considera as formas precedentes como etapas até si mesma, e as concebe sempre unilateralmente (MARX, 2011).

Ademais, Prates (2012, p. 119) atenta para o fato de que:

A unidade indissociável entre teoria e prática é outro aspecto que caracteriza este método. Segundo Marx (1993), é na prática que o homem deve mostrar a verdade e o poder do seu pensamento, razão pela qual a prática é considerada, para a dialética marxiana, critério de verdade. No entanto, não pode ser qualquer prática, e sim uma prática orientada pela teoria, com clareza de finalidade, ou seja, uma práxis.

Contudo, corroboramos com Clóvis Moura de que

Sabemos que não serão apenas estudos, livros e pesquisas sem uma práxis política que irão produzir essa modificação desalienadora no pensamento do brasileiro preconceituoso e racista. Mas, de qualquer forma, esses trabalhos ajudarão a que se forme uma prática social capaz de romper a segregação invisível mas operante em que vive a população negra no Brasil (MOURA, 1988, p. 13).

Assim, tomando como pressupostos os preceitos de Marx sobre o método crítico dialético expostos, esta investigação se constitui uma pesquisa de caráter qualitativo que, de acordo com

Godoy (1995), visa possibilitar o estudo de fenômenos que envolvem os seres humanos e suas emaranhadas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes, fenômenos estes que são melhores compreendidos no contexto em que ocorre e do qual é parte, sendo assim, devendo ser analisado de forma integrada; ainda sobre a pesquisa qualitativa, ela

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

O objetivo da pesquisa será a análise dos objetivos propostos a partir de uma pesquisa bibliográfica com ênfase em livros, artigos, teses e dissertações feminista, antirracista e antissistêmica, pois,

Utilizar-se de um desenho metodológico circular ou de aproximações sucessivas no encaminhamento da pesquisa bibliográfica, permite, através da flexibilidade na apreensão dos dados, maior alcance no trato dialético desses dados, pois o objeto de estudo pode ser constantemente revisto, garantindo o aprimoramento na definição dos procedimentos metodológicos, como também a exposição mais eficiente do percurso de pesquisa realizado (LIMA: MIOTO, 2007, p. 44).

E com o aporte da pesquisa documental que buscaremos utilizar materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reorganizados/reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, são eles: "relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, etc." (FONSECA, 2002, p. 32). Com isso, buscamos analisar num primeiro momento, por meio de relatórios, cartas, boletins, leis, decretos, materiais que forneceram dados e posicionamentos políticos segundo o contexto histórico de formulação para apresentar o processo de fortalecimento do Movimento de Mulheres Negras no Brasil.

O boletim informativo do primeiro encontro em conjunto com o relatório final do segundo encontro nacional de mulheres negras brasileiras, nos permitiu num primeiro momento identificar o planejamento, as ideias, estratégias e ações da organização e das questões levantadas e aprovadas nos encontros. Com isso, foi possível identificar as constatações pertinentes as mulheres negras dado o contexto histórico da época intercalando com as formulações governamentais referentes aos tensionamentos abordados, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher devido as denúncias relatadas acerca dos processos de esterilização forçada de mulheres negras e, conseqüentemente, a Declaração de Itapeperica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras que equivale a um documento de denúncia do Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras e de preparação para a 3ª Conferência Mundial de População e Desenvolvimento.

Seguindo na utilização de material empírico no prosseguimento da investigação aqui proposta, identificamos como pertinentes os documentos produzidos pela Marcha das Mulheres Negras, disponível no site da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras que é coordenado pelo Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA); Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso; N'ZINGA – Coletivo de Mulheres Negras; Odara – Instituto da Mulher Negra; e, Rede de Mulheres Negras do Paraná (PR). O documento analítico e declaração da marcha contra o racismo, a violência e pelo bem vive; o E-book da Marcha das Mulheres Negras; assim como o manifesto de cinco anos da Marcha das Mulheres Negras serão analisados com vistas a buscar elementos que nos aproxime do nosso objeto de estudo, ou seja, as estratégias propostas pela marcha frente as contradições expressas nos limites e possibilidades dos avanços institucionais. Além deste acervo, nos apoiamos em informações coletadas nas páginas das redes sociais e nos sites oficiais de algumas das organizações que integram a AMNB foram aqui apresentadas de maneira sucinta¹⁹ para elucidar que as articulações locais assim com as ações de formação política e intervenção prática.

Para melhor sistematização dos arquivos na etapa da pesquisa documental, o quadro 1 apresenta os materiais levantados e que serão analisados nesta investigação.

Quadro 1 - Documentos para análise

Documento analisado	Ano	Fonte	Questões do documento
Marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver: documento analítico e declaração	2015	Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)	Aponta fundamentos para uma prática política voltada a construção e consolidação de um novo pacto civilizatório.
Marcha das mulheres negras	2015	Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) – E-book	História e memória do processo de construção, mobilização, divulgação e realização da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver.
Manifesto de cinco anos da Marcha das Mulheres Negras: pela ocupação, tomada de posse, destruição das estruturas racistas e sexistas pelo Bem Viver	2020	Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)	Atenta aos cinco anos da realização da primeira marcha e indaga sobre o atual governo do presidente Jair Messias Bolsonaro face aos impactos da pandemia da covid-19.

Elaboração: autora (2022).

Salientamos que a pesquisa documental viabilizou a aproximação com a realidade descrita a partir das narrativas e registros dos movimentos que estão construindo a história, visto que,

¹⁹ Compreendemos que as atividades, ações e projetos executadas pelos movimentos sociais são múltiplas e diversas. Todavia, devido aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa, não será possível discorrer sobre todas os projetos citados, mas enalteçemos e reconhecemos a importância desses e de tantos outros projetos que transformam vidas.

mediante à conjuntura pandêmica e prazos acadêmicos não foi possível o contato direto com sujeitos. Ressaltamos também que toda a documentação referenciada no quadro 1 está disponível gratuitamente e é de acesso público.

Todavia, ressaltamos os limites desta investigação no que tange ao acesso dos documentos públicos disponíveis nos sites governamentais, pois, nos deparamos com uma possível perda de arquivos, visto que são poucas as informações contidas no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que atualmente é o responsável por reunir as informações das ações e dos programas da SPM e da SEPPIR.

No decorrer deste estudo, também, evidenciamos as dificuldades encontradas para se aplicar uma metodologia de pesquisa direta com sujeitos e/ou grupos que pudessem contribuir, enriquecer e agregar percepções diversas acerca da perspectiva defendida pela Marcha das Mulheres Negras sobre os limites e possibilidades presentes na estrutura institucional. Pois, apesar da tentativa de uma abordagem virtual ter sido levada em consideração como uma possibilidade a ser adotada, os entraves relativos as questões éticas e as delimitações de prazo institucional tornaram tal abordagem inviável. Dessa forma, optamos por salientar uma sistematização com base no resgate e registro histórico-analítico na qual conseguimos identificar com base na leitura crítica uma preposição anticapitalista e autônoma da marcha a partir de seus registros.

Destacamos que o intuito principal desta dissertação é contribuir com o avanço das pesquisas científicas e acadêmicas sobre o tema numa temporalidade específica, além de fornecer ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, ao Serviço Social e aos Movimentos Sociais de Mulheres Negras uma pesquisa fundamentada e de impacto corrente que possa fornecer instrumentalização de luta em prol de um horizonte emancipatório.

Por isso, concebemos a pesquisa no processo de formação acadêmica enquanto a indagação da realidade que se apresenta ao pesquisador, contribuindo em grande magnitude no seu processo de construção do conhecimento, pois,

[...] embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas (MINAYO, 2002, p. 17-18).

No entanto, corroboramos com a assertiva de Clóvis Moura (1988, p. 17-18) no livro *Sociologia do Negro Brasileiro* em que relata já no primeiro capítulo acerca dos reflexos racista e dos limites científicos acadêmicos da sociedade brasileira nos estudos sobre o negro brasileiro,

chamando atenção para pretenciosa imparcialidade científica que nada mais é do que o reforço da ideologia racista e o enquadramento dessa ciência “quase toda ela estruturada através de modelos teóricos e postulados metodológicos vindos de fora, [e] abstém-se de estabelecer uma práxis capaz de determinar parâmetros conclusivos e normas de ação para a solução do problema racial brasileiro nos seus diversos níveis e implicações”.

Dando prosseguimento, a professora, militante do movimento negro, filósofa, antropóloga e feminista Lélia Gonzalez (1983) nos brinda com uma das muitas de suas contribuições no artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, onde destaca que o lugar e como esse lugar que a mulher negra ocupa no discurso do mito da democracia racial determinará as nossas apreensões sobre racismo e sexismo. A autora prossegue afirmando que “para nós o racismo se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1983, p. 76, grifos da autora).

É com aporte epistemológico a partir da psicanálise e da abordagem da linguagem que Gonzalez (1983, p. 77-78) nos diz que:

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação, [...]. O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (grifos da autora).

Com isso, visamos demarcar ao longo de toda esta investigação o nosso posicionamento político, partindo, principalmente, da escolha do nosso objeto de pesquisa, tendo em vista, que o mesmo não se apresente de maneira impessoal. Nos propomos a romper com as investigações de cunho economicistas e até mesmo fatalistas, ou seja, que vislumbre somente a classe como fundamental no capitalismo relegando o sexo e a raça enquanto questões secundárias. Mas também não nos dispomos a apresentar uma futurologia que dê conta de prever os caminhos a serem seguidos. Visamos tratar com as devidas responsabilidades e embasamento teórico os assuntos dos quais indicamos, munidos do aporte teórico indicado com vistas a realizar uma pesquisa de rigor teórico que dê conta de examinar a realidade indicada. Por isso, nos propomos a resgatar, reafirmar, disputar os espaços políticos e a produção de conhecimento enquanto vital para se fazer o enfrentamento em época de “bolsonarismo” no Brasil²⁰.

²⁰ CATALANI, F. **Aspectos Ideológicos do Bolsonarismo**. 31 de out. 2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/31/aspectos-ideologicos-do-bolsonarismo/>>. Acesso em: 23 de set. 2020.

Com isso, retomando ao objetivo principal de analisar as reivindicações propostas pela Marcha das Mulheres Negras frente ao avanço do neoconservadorismo no Brasil tendo em vista a contradição face aos limites e possibilidades das conquistas alcançadas institucionalmente, a dissertação foi organizada da seguinte maneira: no capítulo 1, apresentamos as vozes insurgentes, com subtópicos que introduzem o debate da racial no contexto do pensamento social brasileiro, em seguida é apresentado as implicações do patriarcado, entrelaçando no final a participação das mulheres negras na política demarcando a nossa percepção acerca da classe social; No capítulo 2, abordamos a articulação entre as reivindicações dos movimentos sociais frente ao Estado, resultando na constituição da SPM e da SEPPIR, apontamos também os entraves enfrentados pelas secretarias e, ao final, suscitamos o debate acerca do neoconservadorismo no Brasil; No capítulo 3, apresentamos a Articulação de Organizações de Mulheres Negras e, em seguida, apresentamos a Marcha das Mulheres Negras assim como as ações que seguem sendo desenvolvidas pelos movimentos de mulheres negras; e, por fim, apresentamos as considerações finais acerca da investigação realizada partindo da compreensão que o tema e as questões tratadas não se esgotam nesta pesquisa, muito pelo contrário, são prepositivos a novas e mais pesquisas sobre o assunto abordado.

1 VOZES INSURGENTES

*Para além de atrozes noites de terror
Me levanto
Rumo a uma aurora deslumbrante
Me levanto
Trazendo as oferendas de meus ancestrais
Portando o sonho e a esperança do escravo
Ainda me levanto
Me levanto
(Maya Angelou)*

Para adentrarmos no assunto delimitado conforme os objetivos da pesquisa aqui proposta, gostaríamos de introduzir o resgate organizado por Bianca Santana no livro *Vozes Insurgentes de Mulheres Negras: do século XVIII à primeira década do século XXI* (2019) onde são resgatados diversos textos escritos por mulheres negras tais como: a carta de Esperança Garcia, mulher negra africana, escravizada no século XVII que escreveu ao então governador do Piauí em 1770; o prólogo do romance *Úrsula* (1859) de Maria Firmino dos Reis, mulher negra maranhense, considerada a primeira romancista brasileira; uma crônica publicada em 1934 da então primeira mulher negra parlamentar eleita deputada estadual em Santa Catarina, Antonieta de Barros; a entrevista de Laudelina de Campos Mello em 1990, empregada doméstica que em 1936 criou a primeira associação de empregadas domésticas do país; o pronunciamento no Senado Federal em 1955 de Benedita da Silva; e tantas outras produções de mulheres negras como Eunice Cunha; Maria de Lurdes Valle Nascimento; Carolina Maria de Jesus; Neusa Maria Pereira; Leci Brandão; Dona Ivone Lara; Lélia Gonzalez; Mãe Stella de Oxóssi; Jovelina Pérola Negra; Beatriz Nascimento; Luiza Bairros; Elisa Lucinda; Nilma Bentes; Sueli Carneiro; Cida Bento; Jurema Werneck; Matilde Ribeiro; Cidinha da Silva; e Conceição Evaristo.

“Nossos passos vêm de longe”, conforme lembra, lindamente, Jurema Werneck (2010). E, o que propormos é demarcar e resgatar as mulheres negras enquanto pensadoras, articuladoras, politicamente ativas, sujeitas na história e não um tentáculo agregado a algo “maior” ou com intenções de dividir/segmentar discussões partindo para um viés puramente economicista. Buscamos romper com o epistemicídio característico de um processo de aniquilamento, de “desqualificação do conhecimento dos povos subjugados” conforme enfatiza a filósofa Sueli Carneiro (2005, p. 97).

Assim, com o intuito de apresentar a organização das mulheres negras em movimentos sociais organizados, realizaremos neste capítulo um resgate histórico de suas participações e estratégias no cenário político brasileiro, pois, ressaltamos a importância social e política de tais registros históricos. Contudo, de antemão informamos aos leitores acerca das dificuldades de se apresentar um contínuo dos registros, uma vez que as publicações e registros desta natureza,

são escassos e dispersos, além do silenciamento já reconhecido neste campo. Assim, identificamos desde a pesquisa iniciada na graduação algumas “quebras” temporais no esforço de resgatar a memória dos movimentos de mulheres negras no Brasil, entretanto, reafirmamos a resistência diária dessas mulheres que compõem o fronte marginalizado e precarizado do mercado trabalho no Brasil, conforme dados apresentados na introdução deste trabalho

De toda forma, nossa intenção não é apresentar um detalhamento puramente descritivo dos acontecimentos, queremos apresentar tais eventos levando em consideração as implicações políticas e enfatizando a importância que desses marcos, afinal, erguer a voz e contar a própria história têm muito mais valor político e social, do que expor a linearidade dos acontecimentos. Ressaltamos também que os espaços de construção coletiva são locais de pluralidade partidária, política e teórica assim, os tensionamentos, as divergências e as rupturas são corriqueiros e fazem parte indissociável dos processos de organização e luta política.

Isto posto, elencamos para este capítulo inicial uma apresentação expositiva que se caracteriza como uma das interpretações da compreensão acerca dos estigmas difundidos com relação a utilização do conceito de raça no Brasil para justificar a escravização dos povos africanos e indígenas e que serviu para perpetuar a ideologia de inferioridade racista com relação aos negros. E como esta, tem em suas linhas gerais uma articulação entre raça, classe e gênero que nos limites desta dissertação, não foram plenamente explorados. Por isso, apresentamos as noções introdutórias ao debate do racismo como elemento estruturante das relações sociais e seu potencial funcional para o modelo de exploração, opressão e expropriação da classe trabalhadora.

Em seguida, discutimos o patriarcado como um articulador imprescindível para compreender como se difundiram as bases de uma ideologia que pressupõe a subordinação das mulheres e sua funcionalidade ao sistema capitalista. Evidenciando ao final, como a articulação sexo, raça e classe se expressam na particularidade da sociedade brasileira.

Por último, destacaremos neste capítulo, a conformação do 1º e do 2º Encontro Nacional de Mulheres Negras que ocorreram, respectivamente, em 1988 e 1991, tendo em vista apresentar as questões norteadoras destes encontros, que foram fundamentais no cenário político brasileiro devido aos motivos que culminaram na sua organização. Assim como as repercussões em decorrência destes encontros.

Tais discussões presentes na elaboração deste 1º capítulo são fundamentais para que possamos alcançar os objetivos estabelecidos desta pesquisa, a saber, a conformação e as propostas fundamentadas pela Marcha das Mulheres Negras em contraponto ao crescente reducionismo

das pautas de raça, sexualidade e gênero descoladas do conjunto dos interesses da classe trabalhadora, e conseqüentemente, a sucessiva institucionalização dos debates e seus revezes na dinâmica governamental que retrocede nestes últimos anos.

Por isso, que atrelado as fundamentações teóricas acerca da raça e do patriarcado, expomos também neste capítulo as mulheres na política brasileira, visto que, com ênfase nos encontros nacionais, conseguimos evidenciar nos documentos destes encontros denúncias contra o racismo e o sexismo nos movimentos sociais. Além disso, os encontros nacionais são um marco na história deste país, pois, refletem a insurgência necessária para se pensar além dos marcos institucionais pautando transformações radicais na estrutura da sociedade como um todo.

Sendo assim, tais discussões presentes no capítulo são imprescindíveis para que possamos adentar no objetivo geral deste estudo, pois, o caminho percorrido anteriormente a organização da marcha, assim como os apontamentos que faremos no capítulo 2 com relação aos marcos institucionais, são fundamentais para analisarmos, posteriormente as estratégias do movimento de mulheres negras frente ao avanço do neoconservadorismo.

1.1 NOÇÕES SOBRE RAÇA E CLASSE: linhas introdutórias para um debate

Toda pesquisa comprometida que se propõe a debater questões de cunho da sociedade brasileira tem como obrigação e rigor ético e teórico salientar acerca do pensamento social brasileiro no que tange à questão racial, tendo em vista que, as implicações da ideologia concernente à questão da raça permanecem vivas do ponto de vista da sua dimensão concreta. Embora, ainda hoje no imaginário social permaneçam silenciadas, deturpadas, secundarizadas ou negligenciadas dentro e fora da academia, resultando em conseqüências, muitas vezes, letais para a população negra no Brasil tendo em vista como a propagação da ideia de democracia racial é amplamente difundida.

Por isso, apresentaremos neste subtópico, de maneira sucinta, nossa compreensão em conformidade com algumas autoras e autores que há muito percorreram o caminho de estudar sobre a questão racial no Brasil e como se moldou o pensamento social brasileiro, fortemente influenciado pelas teorias raciais racistas, predominantemente difundidas na idade moderna. Também apontaremos a articulação desta concepção de raça, com o entendimento de sua dialética com a dimensão da classe social.

Tal elaboração se faz necessária, pois, concebemos que devemos recorrer e buscar pontar nos equívocos da história, os movimentos e as bases materiais que possibilitaram propagar no

imaginário do senso comum a concepção de inferioridade racial, visto que, apesar de ser inegável o passado escravagista do Brasil, este se difundiu no âmbito da aparência dos processos sob uma ótica dominante eurocêntrica e coerente com os interesses do processo de desenvolvimento econômico da era capitalista, sobre o manto de uma falsa a igualdade formal entre os sujeitos perante aos acontecimentos que demarcavam à época.

A chamada era de “acumulação primitiva de capital” se respaldou não só com a expropriação de terras e territórios e na subjugação do trabalhador, como também, na máxima exploração do “Novo Mundo”. Não só dá invasão e extração de riqueza deste, bem como, da escravização dos povos africanos, afinal, os mais de 300 anos do comércio internacional de tráfico negreiro também significou uma massiva fonte de renda (Marx, 2017).

Em síntese,

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, no começo da conquista e saqueio das índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2017, p. 821).

Logo, uma indagação se faz pertinente sobre a situação, pois, afinal, quais seriam as justificativas, mesmo que paradoxal e contraditórias, que sugeririam e apoiaram a suposta ideia de superioridade branca e como esta, assegurou a dominação europeia sobre o continente africano. E, como tal compreensão foi incorporada à interpretação sobre a realidade brasileira durante o Brasil Colônia, resvalando no período do Brasil Império e chegando à República.

De antemão, Marx (2017, p. 821) nos fornece a pista inicial desta questão atentado para o fato de que o sistema colonial se baseou “em parte, na violência mais brutal”, concluindo, enfaticamente, mais adiante que “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica”.

Ora, o uso da força num primeiro momento é estabelecido enquanto o alicerce da dominação que possibilitou o sequestro, o tráfico e a escravização dos povos da africanos, diluindo, consequentemente, os laços afetivos, emocionais e culturais que estes possuíam com o seu território e demarcando uma ideia de superioridade racial branca, para obter o aval do uso irrestrito da força. No entanto, é imprescindível destacar que todos estes acontecimentos foram marcados por embates, resistências e lutas contrárias ao imperativo da força e da violência do qual o sistema colonial lançou mão durante o período de dominação. Entretanto, a utilização nua e crua da força e da violência por si só, não é capaz de assegurar a perpetuação de um sistema por longínquos anos, por isso, Munanga insiste que

[...] além da força como meio para manter esse violento equilíbrio, **recorreu-se oportunamente aos estereótipos e preconceitos através de uma produção discursiva**. Aí, toda e qualquer diferença entre colonizador e colonizado foi interpretada em termos de superioridade e inferioridade. Tratava-se de um discurso monopolista, da razão, da virtude, da verdade, do ser, etc (MUNANGA, 2015, n. p, grifos nossos).

De tal maneira, corroboramos com a defesa apresentada pelo autor, de que não só o emprego da força como também a produção de um discurso foi indispensável na criação do estabelecimento de uma idealização de superioridade racial branca em detrimento dos povos originários e africanos, no caso das colônias.

Diante disso, nos debruçaremos a apresentar brevemente, como se deu a incorporação e a reprodução de um discurso estereotipado que fundamentou as bases do pensamento social brasileiro e serviu para a manutenção da ideia de superioridade racial de um grupo sobre o outro.

Ademais, asseguramos que não pretendemos defender uma narrativa de história linear, fixa e evolutiva, muito pelo contrário, compreendemos a história como parte do movimento dos seus sujeitos históricos, em movimentos de luta, resistências, acomodações e rebeldias, pleno de historicidade e complexidades, interagindo simultaneamente o que possibilita uma realidade controversa e contraditória. Afinal, o mesmo modo de produção que durante seu alvorecer, teve como prerrogativa indispensável no continente europeu a defesa da “livre” associação do trabalhador para vender a sua força de trabalho a quem desejasse, outorgava o uso indiscriminado da força e do trabalho forçado e escravizado nas colônias (ALMEIDA, 2018; MOURA, 2020).

Partindo de uma abordagem histórica sobre as relações raciais, a investigação realizada pela professora Lilia Schwarcz, que resultou no livro *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930* (1993), teve como objetivo refletir sobre as teorias raciais no Brasil²¹ no período de 1870 a 1930 buscando compreender “[...] como o argumento racial foi política e historicamente construído [...], assim como o conceito *raça*, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social (SCHWARCZ, 1993, p. 23-24, grifos da autora).

Importante salientar que, conforme observação feita por Schwarcz, o período demarcado da análise, levou em consideração a já aparente derrocada do sistema escravista colonial juntamente com a consolidação de espaços como os museus etnográficos, institutos históricos

²¹ Salientamos que existem diversas interpretações que buscam compreender sobre as teorias raciais na sociedade brasileira e que as mesmas apresentam algumas divergências entre si, porém, há o consenso de se considerar a *raça* enquanto um marcador importante das desigualdades raciais (SANTOS, 2014).

e geográficos, e, as faculdades de direito e medicina – fortemente marcado por ideias positivistas e evolucionistas – considerando o relevante papel científico do qual tais estabelecimentos gozavam de prestígio no final do século XIX e início do século XX.

Contudo, antes de introduzir o debate propriamente dito sobre o cenário brasileiro, se faz necessária, uma reflexão sobre os princípios que embasaram tais perspectivas que se dedicavam a pensar sobre a origem da espécie humana e que resultaram, posteriormente, nas teorias raciais que foram incorporadas e adaptadas ao cenário nacional.

Sendo assim, num primeiro momento, com base em Schwarcz (1993), resgatamos o debate inicial propiciado pelo Iluminismo, referenciado também como o Século da Luzes, tendo em vista que este movimento constituiu um marco importante na história da humanidade, pois, buscava romper com as explicações de cunho puramente religioso, almejando uma racionalidade baseada no avanço e no progresso da ciência e da razão enquanto meio de se compreender e responder as questões elementares da vida e sobre a origem de tudo.

Este período do chamado Século das Luzes é uma época marcada por grandes navegações europeias e pelo contato com culturas, crenças, religiosidades e etc. distintas daquelas as quais estavam habituados em seu território de origem, logo, os intelectuais do Iluminismo, identificaram, arbitrariamente, o “outro” como o “diferente” e buscaram justificar o porquê da diferença entre “eles” e os “outros”. Dentre as explicações, havia uma que defendia a existência uma de um centro de criação de toda a espécie humana, logo, compreendia a evolução como uma característica a ser atingida por todos, uma “perfectibilidade” passível de ser alcançada, com isso, os chamados “povos selvagens/primitivos” se encontravam em estágio inferior da evolução (SCHWARCZ, 1993).

Jean-Jacques Rousseau, proeminente defensor de uma literatura humanista e que corroborava com a perspectiva de um centro de criação uma da humanidade, conforme ressalva feita por Schwarcz (1993, p. 58-59), aponta que o “conceito-chave na teoria humanista de Rousseau, a ‘perfectibilidade’ resumia – conjuntamente com a ‘liberdade’ de resistir aos ditames da natureza ou acordar neles – uma especificidade propriamente humana”, ou seja, uma perspectiva marcada pela a habilidade de todos os homens se adaptarem. Entretanto, mais à frente a autora é enfática ao demarcar que “‘a perfectibilidade’ não supunha, porém, o acesso obrigatório ao ‘estado de civilização’ e à virtude” (SCHWARCZ, 1993, p. 59).

Com isso, podemos observar que o discurso da “perfectibilidade” e a provável capacidade de evolução daqueles apontados pelo discurso dominante na ciência enquanto os “diferentes”, os “outros”, os “primitivos”, esbarra no pretexto de que apesar de ser passível e do centro gerador

da humanidade ser único, alguns estariam relegados a permanecer no estado puro de natureza devido aos vícios postulados próprios da espécie humana e isso demarcaria a desigualdade entre os homens.

Na contramão desse entendimento final, Rousseau se afastava de tais conclusões, pois, “refletia sobre um progresso às avessas. Em contraposição à filosofia humanista, procurava na identificação, ou na ‘compaixão’, a melhor maneira para entender esse homem que tanto se distinguia da experiência ocidental” (SCHWARCZ, 1993, p. 60).

Ou seja, para Rousseau, o estado de natureza não é em si um marcador de inferioridade,

E sim um trampolim para a análise da própria sociedade ocidental, um instrumento adequado para se pensar o próprio “estado de civilização”. [...] concluía Rousseau sobre a origem da desigualdade entre os homens [que] “se há uma bondade original da natureza humana: a evolução social corrompeu-a” (SCHWARCZ, 1993, p. 60).

O autor, entretanto, postula uma concepção distinta daquelas mais populares sobre a discussão, afinal, vertentes mais negativas, principalmente, com relação ao Novo Mundo, apregoavam “à inata maldade do selvagem” (SCHWARCZ, 1993, p. 61). Segundo a autora, Buffon e De Pauw são os intelectuais da época que se destacaram como grandes influências dessa concepção mais pejorativa. Assim, rompendo com os postulados rousseauiano, o primeiro defende a infantilidade do continente e descreve-o a partir da carência, enquanto De Pauw “acreditava que os americanos não eram apenas ‘imatuross’ como também ‘decaídos’” (SCHWARCZ, 1993, p. 62).

Em suma, podemos sintetizar, a partir do que foi apresentado, tendo como base as principais discussões de pensadores do século XVIII e XIX que serviram de base para fundamentar a pesquisa realizada pela professora Lilia Schwarcz, uma dicotomia concernente as principais elaborações que buscaram refletir acerca das diferenças entre os homens. Devemos agora, direcionar, dentre a concepção idílica e a de cunho mais negativa, qual triunfou em detrimento da outra e forjou a compreensão acerca das desigualdades dos homens.

Passado o Século das Luzes e com o advento da Revolução Francesa e a incorporação dos princípios burgueses de “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” é que um novo discurso começa a ser difundido, dessa vez, abandonando uma perspectiva humanista e se aprofundando cada vez mais numa linha das determinações biológicas, ou seja, onde as “diferenças” postulariam a inferioridade de certos grupos devido as suas condições puramente biológicas. Nery (2017, p. 69), sintetiza afirmando que “as determinações biológicas eram imperativas a tal ponto que os indivíduos não teriam autonomia sobre suas ações, eles eram reféns da sua própria natureza, da sua raça”.

É nesse período que podemos observar a conformação de uma reflexão que passa a se utilizar da raça como um marcador para hierarquização, ou seja, como uma expressão social e política devido a características biológicas. Assim, observa-se a manifestação de duas vertentes que se dedicavam a pensar sobre a origem da humanidade, os monogenistas e os poligenistas, que aglutinavam considerações importantes acerca de se pensar sobre as diferenças entre os homens. Nesse sentido,

[...] a visão *monogenista*, [...], congregou a maior parte dos pensadores que, conforme às escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era una. O homem, segundo essa visão, teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos apenas um produto “da maior degeneração ou perfeição do Éden. [...] Pensava-se na humanidade como um gradiente – que iria do mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração) –, sem pressupor, num primeiro momento, uma noção única de evolução (SCHWARCZ, 1993, p. 64).

Por outro lado, a concepção poligenista partia do pressuposto da “[...] crença na existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas” (SCHWARCZ, 1993, p. 64), assim, a versão poligenista, complementa autora, permitiria “o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais” (SCHWARCZ, 1993, p. 65).

Contudo, o que dará direcionamento aos monogenistas e aos poligenistas é a publicação de *A Origem das Espécies* de Charles Darwin em 1859 que devido a esboços deturpados dos conceitos utilizados pelo autor, no que tange a questões referente as ciências biológicas, se formou uma geração social-darwinista,

[...] utilizando as propostas e os conceitos básicos da obra [A origem das espécies] para a análise do comportamento das sociedades humanas. Conceitos como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade” passavam a ser aplicados aos mais variados ramos do conhecimento (SCHWARCZ, 1993, p. 73).

Na prática, significou que o modelo de análise focado nas questões de cunho biológico influenciou de maneira significativa nas análises de cunho social e político. Logo,

No que se refere à esfera política, o darwinismo significou uma base de sustentação de cunho bastante conservador. São conhecidos os vínculos que unem esse tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de “seleção natural” como justificativa para a explicação do domínio ocidental, “mais forte e adaptado” (SCHWARCZ, 1993, p. 74).

Ou seja, o método de conceber as leis da natureza passaram a ser incorporados as ciências sociais e utilizado enquanto justificativa do uso da força sobre o dito “mais fraco” em prol da “evolução”. Tais conceitos, foram duramente deturpados ao serem incorporados e aplicados a uma realidade completamente adversa daquele estudada por Darwin.

A partir de tais considerações, observa-se a ascensão de pensamentos divergentes relacionados ao “cruzamento” das espécies, ou seja, a miscigenação. Entre eles, teóricos como Gobineau e Le Bon, que acreditavam que as “populações herdavam sempre as características mais negativas das raças em cruzamento” (SCHWARCZ, 1993, p. 74), fortalecendo a ideia em ascensão de que “as raças humanas, enquanto ‘espécies diversas’, deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado” (SCHWARCZ, 1993, p.74).

Por outro lado, os evolucionistas culturais, como Morgan, Tylor ou Frazer, partiam da hipótese da civilização e do progresso enquanto modelos universais passíveis de serem alcançados com o desenvolvimento sucessivo das organizações econômicas e sociais. Assim, “Tratava-se de entender toda e qualquer diferença como um contingente, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo” (SCHWARCZ, 1993, p. 76).

Já o darwinismo social entendia que

[...] as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” – e portanto não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (SCHWARCZ, 1993, p. 78)

Assim, cabe ressaltar que as diferenças provenientes do processo de miscigenação, conforme atenta Schwarcz (1993), são entendidas pela corrente do darwinismo social como irreparáveis, logo, somente as sociedades de “tipos puros” estariam aptas ao progresso. Pois, “[...] para os darwinistas sociais, a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela ‘diferença’, e em raças cujo potencial seria ontologicamente diverso” (SCHWARCZ, 1993, p. 81).

Desse modo, as teorias raciais em voga são apresentadas pela autora com o intuito de situar o leitor frente as questões que estão sendo debatidas durante o século XIX pelos intelectuais e cientistas no exterior, pois, ao introduzir o debate no âmbito nacional se faz necessário compreender o momento e o contexto em discussão.

Santos (2014, p. 172) reforça a compreensão de que

[...] o biologismo, a antropologia evolucionista com seus variados estágios evolutivos, como a selvageria, a barbárie e a civilização, influenciarão o debate sobre a questão racial no Brasil, por meio do contato dos cientistas brasileiros com esses campos científicos europeus. Esses campos serão utilizados para naturalizar as desigualdades construídas nas relações sociais, associando a ideia de raça aos conceitos de progresso e civilização num viés eurocêntrico e etnocêntrico.

Sendo assim, importa ressaltar também que o período demarcado por Schwarcz (1993) condiz com o estágio embrionário da recente Independência do Brasil proclamada por Dom Pedro I

em setembro de 1822, logo, o país buscava se consolidar internacionalmente enquanto independente da metrópole portuguesa. Diante disso, a criação de estabelecimentos como os museus e os institutos foram de primordial importância para que se fizesse valer neste país a fomentação de um pensamento científico próprio, independente e nacional.

Por isso, Giralda Seyferth (1996, p. 42-13), demarca que

A idéia de raça construída sobre hierarquias denotando desigualdade dominou o pensamento social em muitos lugares, inclusive no Brasil. [E] Foi respaldada, em parte, pela ciência, principalmente pela Antropologia Física empenhada em classificar a humanidade em tipos naturais, arbitrando certas características fenotípicas por suas frequências em diferentes grupos humanos; mas, igualmente, por alguns estudiosos do campo das ciências sociais e humanas, que usaram e abusaram da metáfora darwinista da "sobrevivência dos mais aptos" e que inventaram a Eugenia para sugerir políticas públicas que, entre outras coisas, implicavam limpeza étnica.

Portanto, tais estabelecimentos, marcados, predominantemente, pela elite branca brasileira, assim como boa parte do pensamento racial brasileiro, são influenciados pelas doutrinas do pensamento racista que buscava demarcar a inferioridade dos negros africanos aqui escravizados assim como dos povos originários.

Importante salientar que o contexto histórico do surgimento dessas instituições coincide com as mobilizações do movimento abolicionista e os sinais de esgotamento do regime escravagista, visto, como “uma estrutura arcaica que não era mais compatível com o desenvolvimento econômico e social do país” (NERY, FALEIROS, 2019). Assim, as implicações das teorias raciais no contexto brasileiro influenciaram a compreensão das relações raciais no Brasil assim como, pensar sobre a organização societária pós-escravidão (SEYFERTH, 1989; SANTOS, 2014; NERY, FALEIROS, 2019).

Nesse sentido, é ratificado que

Mais interessante, portanto, do que apenas nomear o impacto desse tipo de teoria é refletir sobre a originalidade de sua difusão. Falar da adoção de teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e que esqueceu o que não se ajustava. No Brasil, o evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em “evolução humana”, porém diferenciando as raças; negar a civilização aos negros e mestiços, sem citar os efeitos da miscigenação já avançada. Expulsar ‘a parte gangrenada’ e garantir que o futuro da nação era “branco e ocidental” (SCHWARCZ, 1993, p. 316-317).

Muitos foram os malabarismos teóricos dos ditos intelectuais brasileiros que visavam equilibrar a defesa de uma suposta superioridade racial pura em uma sociedade veementemente marcada pela miscigenação, resultado em grande parcela do estupro de mulheres indígenas e negras.

Assim, com base em Nery (2017, p. 81), demarcamos que

Foi ao final do século XIX, e início dos XX, que surgem alguns relevantes pensadores sociais brasileiros, conjugando várias teorias racistas à forma peculiar brasileira. Para citar talvez os mais relevantes é possível apontar Sílvio Vasconcelos da Silveira

Ramos Romero (1851-1914), conhecido com Sílvio Romero e João Batista de Lacerda, este último, conhecido por ter representado o Brasil no Congresso Universal das Raças, de 1911, em Londres.

Salvaguardadas algumas das diferenças entre os pensadores apontados acima, o que nos interessa concluir acerca da discussão é que tanto para Sílvio Romero quanto para João Batista, a superioridade da raça branca era um fato incontestável e nela residia a salvação da nação através da política maciça de imigração de europeus com intuito de clarear a raça, uma vez que o gene mais forte (nesse caso, o branco) prevaleceria em detrimento do mais fraco (o negro), resultando, conseqüentemente, no clareamento da nação²² (SEYFERTH, 1995; NERY, 2017).

Ou seja,

Implicitamente, o que se está a dizer é que as raças inferiores serão inexoravelmente extintas, pois quanto mais se cruzar brancos com negros, maior será a velocidade de depuração, embora o resultado não fosse de sangue puros, mas os caracteres fenotípicos seriam brancos. Dentro dessa mesma lógica é possível apontar para uma política de aceleração via imigração, assim, na prática, mais rapidamente os negros e as outras raças inferiores desapareceriam (NERY, 2017, p. 82).

Santos (2014, p. 175) destaca que esse processo de imigração tinha como objetivo “branquear a população brasileira e negligenciar a ausência de políticas públicas e o reconhecimento social do Estado sobre a construção política da cidadania dos afro-brasileiros”. Assim, a massiva imigração europeia se deu na “(...) época em que os ideólogos do branqueamento elaboravam suas teses sobre a superioridade da raça branca chamando a atenção, acima de tudo, para os perigos que ameaçavam o Brasil de não se tornar uma país civilizado por conta de seus negros, índios e mestiços” (GONZALEZ, 1995, p. 169).

A ideologia de branqueamento contou com o forte aparato do Estado que foi conivente com a marginalização do negro ao incentivar a vinda do trabalhador estrangeiro (MOURA, 1988; NASCIMENTO, 2016; GONZALEZ, 2020). Pois,

Essa elite de poder que se auto-identifica como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida quase aproxima do negro (MOURA, 1988, p. 62).

²² É primordial a compreensão de que esse processo implicou numa configuração muito peculiar da sociedade brasileira, pois, a presunção da lógica de que a miscigenação resultaria na predominância da suposta superioridade da raça branca resultou em novos arranjos raciais. As discussões acerca da concepção da mestiçagem são diversas e amplas, contudo, tendo em vista o propósito desta investigação, nos cabe demarcar que a miscigenação três “raças” – portuguesa, africana, indígena – foi tema de discussão de diversos intelectuais. “Autores como Nina Rodrigues (1938, 1977), João Batista Lacerda (1911), Sílvio Romero (2001) e Oliveira Vianna (1956), dentre outros, problematizaram qual caminho científico e político o Brasil iria traçar referente à sua configuração societária” (SANTOS, 2014, p. 173).

Sobre a produção acerca da mestiçagem, consultar Munanga (1999), Skidmore (1976); Figueiredo (2007); Santos (2014); Nery, Faleiros (2019).

Dando prosseguimento, Abdias explica que a “solução deste grande problema – a ameaça da ‘mancha negra’” (NASCIMENTO, 2016, p. 83) foi o estupro de mulheres negras e indígenas com a finalidade de embranquecer a sociedade brasileira e fazer da miscigenação um símbolo da democracia racial no Brasil. Assim,

(...) estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. Porém, a despeito de qualquer vantagem de status social como ponte étnica destinada à salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercados pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca (NASCIMENTO, 2016, p. 83-84).

Corroboramos com Abdias Nascimento (2016) acerca da tese do genocídio institucionalizado e sistemático do negro brasileiro onde o autor faz apontamento pertinentes para desmistificar os *mitos de conveniência*²³ da sociedade brasileira sob signo das relações raciais harmoniosas, pois, a democracia racial, assim como a ideologia do branqueamento, desempenha um importante papel a fim de dissimular a realidade do negro no Brasil, afinal

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural do país (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

Na prática, a política do branqueamento significou a crença da superioridade da raça branca e a esperança de salvação da nação de uma raça inferior. Nesse sentido, o intelectual, psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008, p. 34), nos dá pistas das quais podemos, com os devidos cuidados, inferir sobre os possíveis efeitos dessa ideologia do branqueamento na psique negra, pois, afirma ele que, “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará de sua selva. Quanto mais ele rejeita sua negridão, seu mato, mais branco será”. Tal afirmativa, nos remete ao exercício de compreender que, muitas vezes, o negro na tentativa de ser integrado como humano na sociedade, irá tentar se inserir nessa cultura, aprendendo a sua linguagem, com o objetivo de ser aceito.

Logo, "a popularidade do ideal de branqueamento jamais foi acidental. Havia um engenhoso compromisso entre as teorias racistas e o futuro do Brasil. E os argumentos científicos foram fundamentais na justificativa da defesa da supremacia racial branca” (GONÇALVES, 2018a, p. 516).

O sociólogo Clóvis Moura enfatiza que o racismo é

²³ Abdias Nascimento (2016), no livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, apresenta os mitos de conveniência como uma saída estratégica para mitigar a consciência de culpa do opressor.

[...] uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento (MOURA, 1994, p. 1).

Nesse ínterim é importante destacar as transformações sociais pelas quais passavam o Brasil, não só devido a libertação dos agora ex-escravizados, como também, a abertura do país a um capitalismo dependente em formação, após muita exploração em benefício da metrópole portuguesa. Afinal, configurava-se conjuntamente aos postulados de inferioridade racial aos negros uma designação, no mínimo, curiosa com relação a absorção da mão de obra ex-escravizada ao mercado de trabalho livre agora em ascensão.

Muitos sociólogos, historiadores e intelectuais se dedicaram a estudar sobre essa nova conformação social que se apresentou ao negro no Brasil, resultando em extensivos trabalhos que buscaram compreender a marginalização a qual foi imputada aos ex-escravizados, salvaguardadas as diferenças entre os autores, temos uma rica produção que contempla: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (FERNANDES; 1980); *Raças e Classes Sociais no Brasil* (IANNI, 1982); *Dialética Radical do Brasil Negro* (MOURA, 2020); *O Negro, de Bom Escravo a Mau Cidadão?* (MOURA, 2021); *O Genocídio do Negro Brasileiro* (NASCIMENTO, 2016); e outros escritos.

Assim, o precisamos demarcar neste tópico, para além dos imperativos que influenciaram na consolidação do pensamento racial e social brasileiro, é a nossa compreensão acerca do modo de produção capitalista e a conformação das classes sociais a partir dele, pois, ao se considerar as particularidades da formação social brasileira, "[...] a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro" (GONÇALVES, 2018a, p. 515).

O que sustenta tal afirmação por parte da autora é a compreensão da história do território brasileiro embasada, principalmente, na condição dos povos africanos que aqui foram escravizados e obrigados ao trabalho forçado juntamente com as manifestações ideológicas das teorias raciais presentes durante a derrocada do sistema colonial, passando pela república e pela abolição, refletindo, enfaticamente, nas considerações que impulsionaram e conduziram o processo maciço de imigração de europeus brancos visando "embranquecer" e "salvar" esta nação da degeneração da miscigenação que, inevitavelmente, conduziria o país a eterna selvageria.

Por isso, corroboramos com a assertiva de que “a introdução das bases jurídico-políticas para implantar o capitalismo no país esbarrou num processo que vinha ganhando corpo não somente

junto à classe dominante, mas se espalhava por todos os poros da sociedade brasileira: a depreciação de ex-escravizados(as)” (GONÇALVES, 2018a, p. 516). Ou seja, designando a eles os lugares mais insalubres com relação aos acessos básicos minimamente necessários para realização da vida frente as condições de produção que se estabelecia como dominante.

Assim, o que pretendemos, mesmo que de maneira sucinta, porém, fundamentada, foi demonstrar a apreensão e a propagação de uma interpretação própria por parte dos intelectuais e cientistas brasileiros sobre as teorias raciais e os impactos ideológicos, sociais e políticos de tais implicações para a população de escravizadas(os) libertos e a perpetuação destes estereótipos reforçados pela política do branqueamento, presentes até hoje no imaginário do senso comum.

Portanto, o que buscamos demarcar neste início foi a associação das teorias raciais em conformação com as particularidades e singularidades do pensamento social brasileiro em meio a abertura do país as bases do capitalismo dependente em ascensão e como essa alteração no modo de produzir significou condições desiguais aos escravizadas(os) libertos, pois, continuaram a ser enquadrados no imaginário social enquanto subalternos, oriundos de uma raça inferior, conforme outorgava as teorias racialistas.

Tal explicação se faz necessária, pois, de acordo com o caminho metodológico escolhido para orientar esta pesquisa de dissertação de mestrado acadêmico, entendemos que devemos retornar ao passado, não com uma visão idílica, para que possamos compreender as vicissitudes que saltam aos nossos olhos embasadas pelos dados empíricos apresentados na introdução, que expõem a realidade vulnerável a qual a população, majoritariamente negra, está exposta mesmo depois de mais de 100 anos da chamada “abolição”

A raça portanto, serve como argumento ideológico para o processo de exploração, expropriação e opressão capitalista, definindo no interior das relações de produção e reprodução da vida social os elementos materiais e imateriais para a manutenção do sistema que ao gerar riqueza, produz das desigualdades e contradições próprias de uma engrenagem que se fundamenta em uma divisão social, racial, territorial e como veremos a seguir, sexual do trabalho como elementos fundantes²⁴ nas relações sociais nestes séculos de gênese, desenvolvimento e amadurecimento do capitalismo.

²⁴ Vale observar que ao apresentar cada um destes elementos no texto, não se pretende hierarquizar o debate, e sim, oferecer as pistas para a compreensão de forma dialética, resguardando as particularidades de cada um dos elementos que constituem o debate classe, raça, gênero/sexualidade.

Dessa forma, na próxima seção, buscamos discorrer sobre os movimentos históricos que propiciaram a constituição do patriarcado, por se tratar de um dos tentáculos que une dialeticamente: classe, raça, gênero e sexualidade, a fim de refletir sobre as consequências dessa organização nos dias de hoje.

1.2 DA CRIAÇÃO DO PATRIARCADO AO ESPETÁCULO DAS RAÇAS²⁵

Anteriormente, abordamos a influência que as teorias raciais tiveram ao delinear o pensamento social brasileiro com relação a percepção que os pseudos intelectuais da emergente nação capitalista dependente possuíam acerca da realidade, da massa exorbitante de escravas(os) libertos e a promoção da política do branqueamento enquanto anseio de salvar a pátria da degeneração dos negros. Assim, a “miscigenação” era apontada como exequível, visto que, a superioridade dos genes da raça branca prevaleceria em detrimento da suposta inferioridade negra. Atrelado a isso, atentamos para as transformações materiais que ocorriam com o advento do capitalismo e o emprego da mão de obra “livre” em oposição ao regime escravista que pairou por mais de 300 anos no Brasil.

Verifica-se que nesta leitura que o racismo aparece como um elemento central para compreender que no Brasil a cor da pele é um marcador significativo e que associado à classe social expressa condições de desigualdade e violência, em sua maioria, para população negra e pobre.

Desse modo, após a apresentação das questões supracitadas no item anterior, assumimos o compromisso que discorrer sobre a constituição do desenvolvimento histórico e político do patriarcado. Afinal, tais considerações intervêm diretamente na vivência de ser uma mulher, especial, sendo ela, negra.

Sendo assim, a discussão a ser empregada neste item versa refletir sobre as mulheres na sociedade capitalista. Afinal,

Assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história. Uma vez que as mulheres são metade e às vezes mais da metade da humanidade, elas sempre compartilharam o mundo e o trabalho tal qual os homens. As mulheres são e foram peças centrais, e não marginais, para a criação da sociedade e a construção da civilização (LERNER, 2019, p. 28).

²⁵ Título do capítulo em alusão ao livro “A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens” (2019) de Gerda Lerner e “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930” (1993) de Lilia Moritz Schwarz.

Deste modo, a professora historiadora Gerda Lerner indaga sobre os processos históricos que proporcionaram e desenvolveram a opressão das mulheres pelos homens. De antemão, no que se refere a cronologia e a metodologia utilizada, a autora elucida que o consenso cronológico existe para o primeiro milênio a.C. e que os eventos do segundo e terceiro milênios a.C. tem como base as referências de datação por carbono e a divisão cronológica baseada em longa, média e curta.

Uma ressalva importante para situar a pesquisa realizada por Lerner é o cuidado para não universalizar e uniformizar as conclusões apresentadas pela autora, visto que a mesma atenta para o fato de que as descobertas arqueológicas da Mesopotâmia antiga podem oferecer uma imagem deturpada do passado devido a abundância de descobertas em uma área ao mesmo tempo que outra apresenta escassez de artefatos arqueológicos. Ou seja, mesmo que artefatos nos forneçam informações valiosas é preciso compreender os limites de suas descobertas, visto que, dificilmente, conheceremos o passado em absoluto.

Ademais, outra constatação é apontada por Lerner (2019, p. 90) que reconhece que “é mais fácil encontrar evidências de mulheres de classes altas do que de mulheres de classes mais baixas”, todavia, salienta que “a intenção não é escrever uma história das mulheres no Antigo Oriente Próximo, mas sim traçar a evolução dos conceitos de gênero” (LERNER, 2019, p. 90).

Tendo em vista o escopo da investigação realizada com base em sólidas descobertas arqueológicas e o rigor metodológico apresentado, as reflexões que a autora nos indaga ao indicar que, nas suas palavras, “o período do ‘estabelecimento do patriarcado’ não foi um ‘evento’, mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C. Aconteceu, [...] em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas” (LERNER, 2019, p. 32-33).

Com isso, mesmo corroborando com suas precauções no que diz respeito a uma não universalização e linearização dos acontecimentos, a obra de Lerner (2019, p. 35) busca traçar, com os devidos cuidados metodológicos, “por meio de evidências históricas, o desenvolvimento dos principais conceitos, símbolos e metáforas pelos quais as relações patriarcais entre gêneros foram incorporadas à civilização ocidental”, das quais faremos uso para basear nosso posicionamento frente ao estabelecimento do patriarcado.

A filósofa Silvia Federici no livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017) elabora uma investigação a partir da análise da “‘transição’ do feudalismo para o capitalismo a partir do ponto de vista das mulheres, do corpo e da acumulação primitiva” (FEDERICI, 2017, p. 25). Assim, a autora enfatiza na sua obra que

A questão histórica mais importante que este livro aborda é como explicar a execução de centenas de milhares de “bruxas” no começo da Era Moderna e por que o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres. [...] convém demonstrar que a perseguição às bruxas (assim como o tráfico de escravos e os cercamentos) constituiu um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno, tanto na Europa como no Novo Mundo (FEDERICI, 2017, p. 30).

Nota-se que as autoras referenciadas apresentam objetivos e pontos de partida distintos para o desenvolvimento de suas pesquisas, mas apesar de trilharem caminhos diferenciados, suas reflexões são imprescindíveis para se pensar como as mulheres se relacionam com o modo de produção capitalista. Todavia, seguiremos neste momento, principalmente, com a exposição referenciada em Gerda Lerner, pois, o que pretendemos apresentar condiz mais com o resgate histórico presente na pesquisa da historiadora que se propôs a investigar as bases mobilizadas anteriormente ao estabelecimento do capitalismo como sistema operante e dominante.

Aqui, um adendo merece ser feito, pois, é preciso estar alerta para não cair em anacronismos, visto que, tirar conclusões de um determinado período do tempo e na história e transpor para outro cenário completamente adverso não corrobora com a metodologia escolhida.

Assim, resgatando a bibliografia referenciada nos estudos sobre a questão das relações entre sexo, buscamos identificar como a construção do patriarcado enquanto um sistema que infere a submissão feminina se manteve vivo transpassando as mais diversas conformações sociais, sempre se adaptando e readaptando conforme a necessidade, e, por fim, sendo instrumentalizando e útil ao capitalismo.

Diante disso, a argumentação da autora é desencadeada a partir dos questionamentos de “como homens e mulheres, na criação da sociedade e na construção do que chamamos de civilização ocidental, chegaram à situação atual?”, assim, afirma que

[...] precisamos abandonar explicações de causa única. Devemos presumir que, se e quando eventos ocorrem de forma simultânea, eles não têm necessariamente relação causal. Devemos presumir a possibilidade de que mudanças tão complexas quanto uma alteração básica nas estruturas de parentesco ocorre como resultado de uma variedade de forças em interação. [...] A posição das mulheres na sociedade também deve ser observada sempre em comparação com a posição dos homens do mesmo grupo social e da mesma época (LERNER, 2019, p. 67).

Sabemos que ao longo da história contemporânea diversas teorias explicativas surgiram com vistas a compreender a subjugação das mulheres e a sua perpetuação no capitalismo, assim, tempos as explicações tradicionalistas que justificam a dominação masculina sobre as mulheres com fundamento em fatores biológicos de assimetria sexual e forte ligação religiosa, associando o masculino a habilidades superiores que exigem força física e o suposto predomínio do *homem-caçador* e as mulheres a *maternidade natural*, ao cuidado e a vulnerabilidade designados pela

criação de Deus. Logo, reforçando estereótipos naturais e eternos a homens e mulheres com fundamento em suas características biológicas e reprodutivas.

Uma teoria popular e diversas vezes referendada como uma das possíveis justificativas para uma suposta superioridade masculina tem como base a primazia da exaltação do *homem-caçador*, entretanto,

[...] a explicação do homem-caçador foi refutada por evidências antropológicas em relação a sociedades de caçadores-coletores. Na maioria dessas sociedades, a caça de grandes animais é uma atividade auxiliar, enquanto o fornecimento dos principais alimentos vem de atividades de coleta e caça de pequenos animais, que mulheres e crianças executavam (LERNER, 2019, p. 44).

Nesse sentido, o trabalho de pesquisadoras feministas antropólogas buscou desmistificar a figura do homem-caçador que serviu à perpetuação da falácia em prol a superioridade masculina, assim,

Quando antropólogas feministas revisaram os dados ou fizeram o próprio trabalho de campo, descobriram que a dominação masculina estava longe de ser universal. Encontraram sociedades nas quais a assimetria sexual não tinha conotação de dominação ou submissão. Em vez disso, as tarefas realizadas por ambos os sexos eram indispensáveis para a sobrevivência do grupo, e o *status* de ambos os sexos era considerado igual na maioria dos aspectos. Nessas sociedades, os sexos eram considerados “complementares”; seus papéis e *status* eram diferentes, mas nivelados (LERNER, 2019, p. 44).

Ou seja, a prioridade era na sobrevivência e subsistência do grupo como um todo, reconhecendo as diferenças biológicas de homens e mulheres enquanto complementares à conservação do grupo como um todo, desmistificando assim a ideia de exaltação masculina superior com base na propagação do mito do homem-caçador.

Outro aporte teórico parte do pressuposto “científico” influenciado pela ideia darwinista, assim, “defensores científicos do patriarcado justificavam a definição de mulheres pelo papel materno e pela exclusão de oportunidades econômicas e educacionais como algo necessário para a sobrevivência da espécie” (LERNER, 2019, p. 45). Ora, isso significa dizer que a sistemática marginalização das mulheres era devido a seus aspectos biológicos que a tornavam incapazes e inadequadas, logo, inferiores.

Assim, Lerner (2019, p. 47) sustenta que

[...] os tradicionalistas esperam que as mulheres tenham os mesmos papéis e ocupações que eram funcionais e essenciais à espécie no Período Neolítico. Aceitam as mudanças culturais pelas quais os homens se libertaram da necessidade biológica. A substituição do trabalho físico pelo trabalho de máquinas é considerada progresso; apenas as mulheres, sob o ponto de vista deles, estão condenadas a servir à espécie por meio de sua biologia. Afirmar que, de todas as atividades humanas, apenas os cuidados fornecidos por mulheres são imutáveis e eternos é, de fato, destinar metade da raça humana a uma existência inferior, à natureza em detrimento da cultura.

E mais à frente reforça que,

Atributos sexuais são fatos biológicos, mas gênero é produto de um processo histórico. O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade (LERNER, 2019, p. 47-48).

Tais considerações fundamentam-se, principalmente, nos fundamentos biológicos e são justificadas ora pelo aparato religioso, ou seja, enquanto uma designação eterna do sagrado, ora sendo reforçada pela sobrevivência da espécie, considerando as mulheres inadequadas devido a sua constituição biológica e função materna.

De certa forma, foram as teorias²⁶ de cunho econômico-marxista e as maternalistas²⁷ que romperam com a ideia de universalidade da submissão feminina propondo outras premissas de análise. Ao dialogar com as prerrogativas de Engels, Lerner (2019) sinaliza as contribuições do autor para as discussões acerca da submissão feminina ao longo da história e aponta que o seu grande mérito foi o de “chamar atenção para o impacto de forças sociais e culturais na estruturação e definição das relações entre os sexos”, assim, “[...] ao conectar as relações entre os sexos às mudanças nas relações sociais, ele rompeu com o determinismo biológico” (LERNER, 2019, p. 50). Assim, dentre os limites e possibilidades da pesquisa realizada por Engels, a percepção de que as relações sociais constroem e impactam na construção das relações entre os sexos rompe com a barreira do determinismo biológico a abre caminho à novas perspectivas e elaborações.

Nesse sentido, o marco inicial da discussão proposta pela autora parte dos primórdios da evolução da humanidade frisando que as mudanças que ocorrem no que tange as transformações físicas, do aperfeiçoamento das habilidades cognitivas e a infância prolongada e vulnerável da criança humana (que exige maior cuidado e atenção para que se chegue à idade adulta) foram cruciais “[...] para o avanço do desenvolvimento humano” (LERNER, 2019, p. 68), assim, “[...] dos hominídeos eretos aos seres humanos plenamente desenvolvidos da Era Neandertal ou Idade da Pedra (100 mil a.C.), o papel das mulheres foi fundamental” (LERNER, 2019, p. 68-69).

[...] em condições primitivas, antes da criação das instituições da sociedade civilizada, o poder real da mãe sobre o bebê deve ter sido aterrador. Apenas os braços e o cuidado da mãe abrigavam o bebê do frio; apenas o leite materno podia fornecer a nutrição

²⁶ Devido as limitações da pesquisa aqui proposta, não nos debruçaremos sobre as diversas teorias que buscam explicar e/ou entender a forma como se desenvolveu a submissão feminina. Contudo, faremos uma breve exposição da teoria maternalista para fins de conhecimento e indicamos a leitura completa da obra “A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens” de Gerda Lerner para maiores esclarecimentos.

²⁷ “A teoria maternalista é alicerçada na aceitação das diferenças biológicas entre os sexos como fato. A maioria das feministas-maternalistas também considera inevitável a divisão sexual do trabalho alicerçada sobre essas diferenças biológicas, embora alguns pensadores recentes tenham revisado essa posição. Maternalistas divergem categoricamente dos tradicionalistas por, com base nisso, argumentarem pela igualdade e até pela superioridade das mulheres” (LERNER, 2019, p. 53).

necessária para sua sobrevivência. A indiferença ou negligência da mãe significava morte certa. A mãe que dava a vida tinha, de fato, poder sobre a vida e a morte (LERNER, 2019, p. 70).

Ou seja, ao considerarmos os primórdios da história humana, observamos que a manutenção da sobrevivência do grupo exigiu e dependeu da capacidade reprodutiva das mulheres para a continuidade da espécie e demandou cuidados primários essenciais para a conservação e manutenção da vida durante a infância.

Por isso, a autora presumi que

[...] era absolutamente necessário para a sobrevivência do grupo que a maioria das mulheres núbeis dedicasse a vida adulta a engravidar, ter filhos e amamentar. Era esperado que homens e mulheres aceitassem tal necessidade e construíssem crenças, tradições e valores dentro de suas culturas que sustentassem essas práticas essenciais (LERNER, 2019, p. 70).

Salientamos que gravidez, filhos e amamentação não são presunções de que mulheres são fisicamente inferiores ou incapazes de participarem ou realizarem tarefas de caça ou ainda de que os homens sejam superiores por apresentarem características biológicas diferentes. Ademais, ressaltamos que estamos enfatizando as características biológicas por estarmos tratando de um longo período de desenvolvimento básico dos seres humanos nos primórdios da história e seus possíveis desfechos ao longo da história. Estamos cientes que algumas das discussões contemporâneas que frisam unicamente o caráter biológico dos sexos são excludentes e estas não condizem com a nossa perspectiva de análise.

Em suma, Lerner (2019, p. 71, grifos nossos) aponta que

[...] a primeira divisão sexual do trabalho, pela qual homens caçavam grandes animais e mulheres e crianças caçavam pequenos animais e coletavam alimentos, parece ter se originado das diferenças biológicas entre os sexos. Não se trata de diferenças de força ou resistência, mas unicamente reprodutivas – em especial, a capacidade de amamentar bebês. Posto isso, quero enfatizar que minha aceitação de **uma “explicação biológica” só é aplicável aos primeiros estágios do desenvolvimento humano e não significa que a divisão sexual do trabalho ocorrida depois, com base na maternidade, seja “natural”. Pelo contrário, [...] a dominância masculina é um fenômeno histórico porque surgiu de um fato biologicamente determinado e tornou-se uma estrutura criada e reforçada em termos culturais ao longo do tempo.**

Ora, temos ciência de que a pretensão não é sugerir uma constância linear em todas as sociedades primitivas tendo em vista de que os grupos encontravam diversas formas de se estruturarem, todavia, é inegável que a continuidade do grupo dependia, literalmente, do potencial reprodutivo das mulheres, pois, “[...] as tribos que colocavam em risco a vida de mulheres núbeis em caçadas ou guerras, assim aumentos a probabilidade de que se machucassem em acidentes, não tendiam a sobreviver tão bem quanto tribos em que essas mulheres trabalhavam de outra maneira” (LERNER, 2019, p. 70).

Com isso, a autora nos apresenta um impasse com relação as formas de organização dos grupos ao dizer que

Perante situações novas e ambientes instáveis, é provável que tribos e grupos nos quais as mulheres não exerciam bem o papel de mães nem zelavam pela saúde e sobrevivência das mulheres núbéis não tenham conseguido sobreviver. Ou, por outro lado, grupos que aceitavam e institucionalizavam uma divisão sexual do trabalho que fosse funcional tinham mais chances de sobreviver (LERNER, 2019, p. 72).

Nos é apresentado que em prol da sobrevivência e continuidade do grupo, se exigiu, e aqui só podemos supor que não tenha sido de maneira violenta e, sim, de comum acordo, que as mulheres ocupassem posições que em sua maioria preservassem a sua vida, sendo funcional a maternidade e a criação das crianças, consistindo em um “pacto” satisfatório de sobrevivência mútua entre mulheres e homens. Lembrando que estamos falando de um processo que se desenvolveu no decorrer de milênios e assume diferentes características e particularidades em todas as sociedades.

Em síntese, Lerner (2019) desenvolve a hipótese de que potenciais conflitos tribais durante períodos de escassez possam ter ocasionado uma possível ascensão dos homens resultado de feitos militares acarretando em uma propensão de autoritária sobre as mulheres e homens da mesma tribo. A partir disso, é apresentado que

O desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico fomentou “troca de mulheres” intertribal não apenas como um meio de evitar os incessantes conflitos travados pelas alianças de consolidação do casamento, mas também porque **sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos**. Ao contrário das necessidades econômicas das sociedades de caçadores-coletores, agricultores poderiam usar o trabalho de crianças para aumentar a produção e acumular excedentes. “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens (LERNER, 2019, p. 261-262, grifos nossos).

Com isso, Lerner (2019, p. 262) enfatiza que

As próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias. Depois, elas foram dominadas ou compradas para a escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores. Em toda sociedade conhecida, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos. Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estanhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades.

Toda a arguição é construída ao longo dos onze capítulos que procuram apresentar de maneira mais elaborada sobre: 1) a apropriação do potencial reprodutivo das mulheres pelos homens e como isso ocorre anteriormente a formação da propriedade privada, e a transformação desse potencial reprodutivo em mercadoria; 2) a transposição da organização familiar patriarcal refletida nos estados arcaicos; 3) a institucionalização da dominância sobre os demais,

inicialmente dos homens sob as mulheres do mesmo grupo, com base nas experiências de escravização das mulheres dos grupos conquistados; 4) o controle da sexualidade das mulheres institucionalizadas através de antigos códigos pelo Estado; 5) a mediação das mulheres por intermédio da sua vinculação sexual com um homem; 6) o respeito à divindade metafísica atrelada ao poder feminino de “dar à luz” (deusas e sacerdotisas); 7) ascensão do Deus-Rei/Deus-Pai em detrimento da Deusa; 8) o monoteísmo hebraico e o estabelecimento do deus masculino e a “aliança” de deus para com o homem, subordinando a mulher a uma posição inferior e apartada do sagrado; 9) a desvalorização simbólica das mulheres ao longo da história da humanidade com ênfase na relacionada com à divindade enquanto uma das metáforas imprescindíveis da civilização ocidental, consolidando em conformidade com outros aparatos, os “alicerces dos sistemas de símbolos da civilização ocidental; que a subordinação das mulheres passa a ser vista como ‘natural’, tornando-se em decorrência disso, invisível” (LERNER, 2019, p. 35).

A investigação desenvolvida por Lerner apresenta riquíssimas contribuições para que possamos compreender como se deu a construção social e simbólica do gênero e as suas atribuições, assim, como autora, concebemos com devida cautela quanto aos achados referentes às imagens e alguns escritos por compreendermos que em sua maioria refletem a realidade de mulheres e homens mais abastados com relação à maioria da população, entretanto, reconhecemos que esse mesmo pequeno e seleto grupo exerce uma influência social considerável através de aparatos legais tornando possível a adequação do meio social em concordância com as ideais dessa classe dominante.

Por fim, ressaltamos que o patriarcado é uma construção histórica, onde “os papéis e o comportamento considerados apropriados aos sexos eram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais. Também, e de forma mais significativa, eram manifestados em metáforas primordiais, as quais se tornaram parte da construção social e do sistema explicativo” (LERNER, 2019, p. 261).

Esse processo se deu ao longo de um extenso desenvolvimento das relações entre as mulheres e os homens, fundamentado na apropriação da capacidade reprodutiva das mulheres antes mesmo da criação da civilização ocidental. A “troca de mulheres” já no segundo milênio a.C. tinha como objetivo “fornecer auxílio econômico para suas famílias” (LERNER, 2019, p. 262) seja por meio do casamento (era costume que a família da noiva recebesse um dote em troca da filha), da prostituição ou concubinato, enquanto “objeto” de troca para o pagamento de dívidas (por parte do marido ou do pai), sempre levando em consideração o potencial reprodutivo da

mulher. Neste ponto, Lerner (2019, p. 263) é enfática ao afirmar que “[...] não são as mulheres que são reificadas e comercializadas, mas sua sexualidade e capacidade reprodutiva”.

Assim, “a opressão e a exploração econômicas baseiam-se tanto na transformação da sexualidade feminina em mercadoria quanto na apropriação pelos homens da força de trabalho das mulheres e de seu poder reprodutivo como aquisição econômica direta de recursos e pessoas” (LERNER, 2019, p. 265).

Em suma,

Patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que as mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos. [...] **o patriarcado descreve o sistema institucionalizado de dominância masculina** (LERNER, 2019, p. 290, grifos nossos).

Por isso, observamos sua persistência ao longo do desenvolvimento humano, pois,

A família patriarcal é impressionantemente resiliente e varia em épocas e locais distintos. O patriarcado oriental abrangia a poligamia e a prisão de mulheres nos haréns. O patriarcado na Antiguidade clássica e em seu desenvolvimento europeu baseava-se na monogamia, porém, em todas as suas formas, um duplo padrão sexual – que colocava a mulher em desvantagem – era parte do sistema. Nos estados industriais modernos, tais como os Estados Unidos, as relações de propriedade dentro da família desenvolvem-se ao longo de linhas mais igualitárias do que aquelas em que o pai detém poder absoluto. Ainda assim, as relações de poder econômico e sexual dentro da família não se alteram necessariamente. Em alguns casos, as relações entre os sexos são mais igualitárias, enquanto as relações econômicas permanecem patriarcais; em outros casos, inverte-se o padrão. Entretanto, em todos os casos, tais mudanças dentro da família não alteram a dominação masculina básica no domínio público, nas instituições e no governo (LERNER, 2019, p. 266).

Concluimos, então, que as condições, os símbolos e as demais intervenções que contribuíram para a construção social da subordinação das mulheres são forjadas ao longo do período histórico da humanidade e assumi diversificadas roupagens e manifestações nas civilizações humanas. Isso significa dizer que o patriarcado se institucionaliza no decorrer de milhares de anos, sendo, anterior ao modo de produção capitalista, assim, ressaltamos que com advento da propriedade privada e do avançar do capitalismo, o patriarcado se molda as necessidades do novo sistema econômico de produção sendo útil e funcional à sua expansão se apropriando e explorando a capacidade reprodutivas das mulheres assim como relegando à elas, com base na ideologia do patriarcado, os lugares mais baixos na divisão sexual do trabalho resultando, conseqüentemente, nos mais baixos salários em comparação com os homens.

A socióloga Heleieth Saffioti (1987, p. 60) corrobora com a assertiva de que o patriarcado, assim com o racismo, expressa um antigo sistema de dominação e afirma que

não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que "inventou" o patriarcado e o racismo. Para não recuar demasiadamente na história, estes já existiam na Grécia e na Roma antigas [...]. [E] Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração²⁸.

Ao discorrer sobre o tema do patriarcado no livro *O poder do Macho* (1987, p. 60), Saffioti apresenta o “nó simbiótico” num esforço teórico-metodológico e político de se compreender a complexidade com a qual a simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo se expressam na realidade concreta, enfatizando que “eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo”.

Dessa forma, a autora supracitada enriquece a discussão ao articular o patriarcado-racismo-capitalismo em sua complexidade sem hierarquizar um dos sistemas de dominação-exploração, pelo contrário, interpreta-os enquanto como um sistema único. Assim, endossa o conceito de nó, onde

No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade [...] historicamente construída (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Concebemos que o campo da discussão teórica acerca do conceito de patriarcado é amplo, plural e divergente, além disso, a complexidade da discussão, infelizmente, não cabe dentro dos parâmetros desta investigação²⁹, contudo, ressaltamos as contribuições advindas de autoras como: Pateman (1993) que discorre sobre o contrato sexual, sendo o público e o privado esferas distintas, contudo, inseparáveis para a apreensão da totalidade; Kergoat (2010) e Cisne (2014) que trabalham com a noção de *rappports sociaux de sexe*, que provém, em sua maioria, das discussões do feminismo materialista francês compreendendo uma dicotomia entre relações

²⁸ A autora compreende o processo de dominação-exploração ou exploração-domação como duas faces indissociáveis do mesmo processo, por isso, enfatiza que “não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, **não existe um processo de dominação separado de outro de exploração**. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação- exploração ou exploração-domação. Alternam-se os termos, para evitar a má interpretação da precedência de um processo e, por via de consequência, da sucessão do outro. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo” (SAFFIOTI, 2004, p. 130, grifos nossos).

²⁹ Devido aos limites investigativos não adentraremos nas minúcias das questões divergentes entre as perspectivas, assim como, não há tempo hábil para discorrer sobre as noções de interseccionalidade x consubstancialidade e coextensividade das relações, contudo, demarcamos a existência dos debates em Saffioti (2004); Crenshaw (2002, 2004); Collins (2021); Hirata (2014). Assim como, circunscrevemos nossa análise investigativa numa perspectiva que compreenda criticamente a manifestação do patriarcado e do racismo como indissociáveis e essenciais para a compreensão da totalidade social.

interpessoais *versus* relações estruturais; e, Joan Scott (1991) que discute gênero enquanto categoria analítica e elemento constitutivo das relações de poder.

Por conseguinte, a compreensão do patriarcado enquanto constituinte de um sistema de dominação-exploração como um fenômeno onde se “implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136), resulta também, na compreensão de que as meras alterações no campo individual, restrito e privado no que diz respeito a poder aquisitivo e até mesmo liberdade sexual e outras conquistas, apesar de se constituírem enquanto êxito pessoal, não ultrapassam a barreira do particular, ou seja, não alteram o sistema de símbolos nem rompe com a dominação masculina a nível coletivo. É preciso extinguir o arsenal simbólico presente no imaginário social e ao mesmo tempo buscar produzir novas formas de se relacionar sem o imperativo da subordinação x subordinado(a).

Contudo, não podemos atrelar a destruição do patriarcado à uma possível obsolescência futura do capitalismo, afinal, como vimos anteriormente, este é um sistema que atravessou as mais diversas formas de organização social e de produção de riqueza e que pode, sim, se manter e se readaptar a uma nova forma societária. No entanto, é em virtude de ser uma construção social que podemos afirmar categoricamente que o patriarcado pode e deve ser destruído. Uma vez que a história vem sendo contada em termos “oficiais” por apenas metade da população mundial,

Ao fazer com que o termo “homem” incluísse “mulher”, atribuindo-lhe representação de toda a humanidade, [...]. Tomando a metade pelo todo, não apenas deixaram escapar a essência do que quer que estivesse descrevendo, mas distorceram-na de tal maneira, que não conseguiram vê-la do modo correto. [...]. Enquanto os homens acreditarem que suas experiências, seu ponto de vista e suas ideias representam toda a experiência humana e todo o pensamento humano, serão não só incapazes de definir o que é abstrato de modo correto, como também incapazes de descrever a realidade de maneira adequada (LERNER, 2019, p. 270).

Nos desenvolvemos em meio a sociedade a as ideias patriarcais, nossos parâmetros assim como nosso pensar e agir estão muitas vezes ligados no automático da reprodução patriarcal, por isso, a transformação radical requer a construção de novas possibilidades, novos símbolos e a supressão de todas as formas de opressão e exploração. Entendendo capitalismo, o racismo e o patriarcado enquanto sistemas mútuos que alimentam a subordinação de uma classe pela outra.

Dessa maneira, até aqui buscamos desenvolver a ideia geral da criação e institucionalização do patriarcado, de maneira ampla e difundida com reverberação nos valores, costumes, culturas, códigos e na moral da conformação da civilização ocidental. Ou seja, antes da invasão da coroa portuguesa as terras brasileiras em 1500, os fundamentos do patriarcado vinculados a construção social do gênero já eram difundidos e internalizados. Ocorre que em paralelo a isso, a formação social brasileira também é atravessada pela manifestação da raça, sendo este um

marcador imprescindível para as discussões que se propõem a investigar as mulheres negras na sociedade brasileira.

Nesse caso, convém indagar assim como fez Lélia Gonzalez (1979) sobre a situação da mulher negra enquanto escrava e os desdobramentos a partir daí numa sociedade racista-patriarcal-capitalista.

Num primeiro momento, a autora apresenta um panorama geral onde argumenta que sobre a história propositalmente não contada das revoltas e rebeliões dos negros escravizados no território nacional em resistência as condições subumanas das quais estavam sendo forçadamente submetidos e resgata que a resistência negra se deu em várias frentes, sejam elas em termos de movimentos urbanos armados como na Revolta dos Malês e, também,

[dos] movimentos de libertação nacional, ocorridos tanto no período colonial quanto no império. Referimo-nos à chamada Revolta dos Alfaiates, à Confederação do Equador, à Sabinada, à Balaiada, à Revolução Praieira etc. Mas o fato é que, apesar de sua importante contribuição, o negro jamais recebeu os benefícios obtidos pelos demais setores (“brancos”) da sociedade brasileira (GONZALEZ, 1979, p. 52).

Entretanto, Gonzalez (1979) se baseia nas preposições defendidas por Freitas (1973) em compreender que existiram duas categorias de escravos, eram eles: os produtivos e os não produtivos. Nesse caso, os primeiros seriam aqueles que estavam ligados diretamente aos trabalhos forçados de sustentação econômica do regime, ou seja, dispostos nos engenhos, os segundos, aqueles voltados em sua grande maioria a prestação de trabalho forçado de cunho serviçal.

É nessa linha, mas dessa vez discordando de Freitas (1973), que Lélia reconhece que tanto os produtivos quanto os não produtivos criaram, a sua devida maneira, formas de resistência ao regime de escravização e desumanização dos povos negros, visto que, a defesa de Freitas reside no fato de que as revoltas armadas eram majoritariamente dos escravos que estavam diretamente ligados ao serviço braçal em contrapartida dos não produtivos, pois, para “ele muitos deles teriam acabado por internalizar a ideologia ou os valores do senhor branco” (GONZALEZ, 1979).

Assim, além de reconhecer as distintas formas de resistência empregada por negras e negros com base na divisão dos postos de trabalho forçado, Gonzalez ressalta que apesar do quantitativo de mulheres escravizadas ser menor em relação aos homens, isso não significou que elas estavam restritas única e exclusivamente aos trabalhos não produtivos, muito pelo contrário, pois,

[...] o sistema não suavizou o trabalho dessa mulher. Vamos encontrá-la também nas duas categorias de Freitas: a trabalhadora do eito e a mucama. E o que percebemos é

que, em ambas as situações, coube-lhe a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativo (GONZALEZ, 1979, p. 52-53).

Em paralelo, no livro *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis (2016), a autora norte-americana também comenta sobre os aspectos da escravização de mulheres negras nos Estados Unidos da América, observamos que mesmo levando em consideração as diferenças com relação aos modelos de escravização implementados nos dois lugares, é possível constatar algumas semelhanças. Em uma passagem, a autora revela que

A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo (DAVIS, 2016, p.19).

Ou seja, as duas passagens acima explicitam que não havia diferença entre homens e mulheres na hora de explorar ao máximo o trabalho forçado em benefício dos senhorios. Contudo, tanto Gonzalez (1979) quanto Davis (2016) desvendam uma realidade brutal infligida em particular as mulheres negras. Nessa perspectiva, enfatiza que

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora (GONZALEZ, 1979, p. 53).

Davis (2016, p. 19) é ainda mais incisiva e aponta que

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas

Identificamos com base nas duas passagens uma exploração muito particular no que diz respeito a sexualidade das mulheres escravizadas, afinal, além das condições desumanas do trabalho braçal ou serviçal forçado, nota-se também a circunstância degradante de violência sexual a qual estavam submetidas ao bel prazer de seus senhorios. Refletimos a partir desta constatação, como a articulação entre raça e patriarcado se inter cruzam e expressam uma vivência perpassada por uma brutalidade baseada na concepção de submissão feminina correlacionada a uma suposta ideia de inferioridade racial de pessoas negras, enxergadas pelo viés das teorias raciais como “não-humanas”, “amaldiçoadas”. Sendo outorgando, de tal forma, direito de posse aos senhorios para que fizessem o que bem entendesse, afinal, essas mulheres não eram vistas como portadoras de humanidade.

Nesse sentido, Davis explica como a capacidade reprodutiva das mulheres era apropriada tendo em vista a viabilidade de se obter lucro com a venda de seus filhos evidenciando que a popularização da ideia romântica da maternidade era reservada as mulheres, assim,

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe [...] (DAVIS, 2016, p. 19).

Podemos observar, com base nas referidas autoras, que a mulher negra quando escravizada estava submetida a apropriação da sua reprodução enquanto mãe para fins comerciais, assim como sua força de trabalho era exigida nas mesmas proporções que a dos homens, ou seja, não havendo distinção devido ao fato de serem mulheres e, ao mesmo tempo, sexualizadas e violentadas para satisfação dos senhores.

Gonzalez (1979) vai mais além ao identificar que ainda que estivessem subjugadas a condições extremas de violência e crueldade, as mulheres negras na incumbência enquanto mucama foram capazes de através da responsabilidade do cuidado que tinham com relação aos filhos dos senhores, transpassar a eles valores, mitos, cultura e etc. do continente africano, dando origem a popular figura da “mãe preta”.

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quibungo, a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular [Zumbi, por exemplo] (GONZALEZ, 1979, p. 53).

Assim, tendo em visto o arsenal teórico lacanianiano da autora, a mesma reconhece que

Existem variações quanto às formas de resistência. E uma delas é a chamada “resistência passiva”. A nosso ver, a mãe preta [...], com suas histórias, criaram uma espécie de “romance familiar” que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo, [...]. Conscientemente ou não, passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Mais precisamente, coube à mãe preta, enquanto sujeito suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o “pretuguês”, como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira (GONZALEZ, 1979, p. 54).

Corroboramos com Gonzalez, pois, constatamos que todas as formas de resistência apresentam o seu grau de importância e impacto, sejam elas “passivas” ou não. Contudo, discordamos do emprego da terminologia “passiva”, afinal, conforme foi discorrido anteriormente, em meio aos abusos sexuais, exploração da força de e apropriação da capacidade reprodutiva das mulheres escravizadas, essas mulheres rechaçaram qualquer possibilidade de desapego as suas raízes com

o território africano. Impactando diretamente na conformação cultural, religiosa e festiva do território brasileiro.

De toda forma, foi possível apreender que a escravidão objetificou a mulher negra em três polos: o primeiro como um bem de produção; o segundo, como um instrumento de reprodução biológica; e o terceiro, como objeto sexual.

Em geral, as mulheres eram uma força de trabalho completa – a menos que tivessem sido expressamente designadas para as funções de “reprodutoras” ou “amas de leite”, casos em que às vezes sua força de trabalho era classificada como incompleta. Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo. [...] As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadoras e trabalhadores normalmente recebiam se deixassem de cumprir a cota diária ou se protestassem com “insolência” contra o tratamento recebido (DAVIS, 2016, p. 21-22).

Decorrido o regime escravocrata, contudo, os indícios desta seguem adaptados à realidade da sociedade capitalista, afinal, antes o trabalho forçado na “casa grande” hoje é o trabalho de empregada doméstica/diarista em casa de família³⁰; a sexualização perpetuada na “mulata exportação”³¹; a reprodução biológica se transformou hoje no genocídio sistemático respaldado no racismo dos filhos, dos netos, dos companheiros, dos irmãos negros dessas mulheres³².

Assim, visamos apresentar ao longo deste tópico não só sobre a criação e o estabelecimento do patriarcado enquanto dominação masculina como também desenvolver sobre a mulher negra para além da ótica patriarcal expondo as implicações do racismo.

Por conseguinte, abordaremos no próximo item as questões mais relacionadas a conformação dos encontros nacionais tendo em vista a relevância social, histórica e política propiciados pelos mesmos, com o intuito de no capítulo seguinte analisar os documentos dispostos no Quadro – 1, haja vista que as manifestações das lutas sociais ao pressionarem o Estado por uma resposta, estes propõem a formulação de planos e políticas com o intuito de cessar os ânimos. No entanto, devemos ter como métrica e como sinal de cautela as advertências pronunciadas por Marx (2010) com relação aos limites e possibilidades de uma emancipação política frente ao sistema.

³⁰ **Mulheres pretas são as mais responsáveis por afazeres domésticos, segundo IBGE.** Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mulheres-pretas-sao-as-mais-responsaveis-por-afazeres-domesticos-segundo-ibge/>>. Acesso em 11 de jan. de 2022.

³¹ **Mulata Exportação**, poesia de Elisa Lucinda. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/de-elisa-lucinda-mulata-exportacao/>>. Acesso em 11 de jan. de 2022.

³² **Mortos na chacina do Jacarezinho sobem para 28. Ao menos 13 não eram investigados na operação.** Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-07/maioria-dos-mortos-na-chacina-do-jacarezinho-nao-era-suspeita-em-investigacao-que-motivou-a-acao-policial.html>>. Acesso em 11 de jan. de 2022.

1.3 OS ENCONTROS NACIONAIS DE MULHERES NEGRAS

*Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
 (...)
 Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra
 (...)
 Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está no retrato*

*Brasil, o teu nome é Dandara
 E a tua cara é de cariri
 Não veio do céu
 Nem das mãos de Isabel
 A liberdade é um dragão no mar de Aracati*

*Salve os caboclos de julho
 Quem foi de aço nos anos de chumbo
 Brasil, chegou a vez
 De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês*

(Samba-Enredo 2019 – Histórias Para Ninar Gente Grande
 G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira – RJ)

Esta etapa da investigação tem como objetivo resgatar a memória dos encontros nacionais de mulheres negras que ocorreram, respectivamente, nos anos 1988 e 1991, e que buscaram demarcar não só o centenário da abolição, como também, pautar uma reflexão acerca da insurgência de se pautar o nó patriarcado-racismo-capitalismo, tendo, mulheres negras enquanto protagonistas políticas da organização.

Este resgate se faz necessário, pois, compreendemos que estes encontros expuseram que as pautas efervescentes da década de 1970 dos movimentos feministas e dos movimentos negros não contemplavam em toda a sua complexidade de análise as questões de ser uma mulher negra na sociedade brasileira. Dessa forma, é preciso dar voz aos sujeitos dos processos, por isso, compreendemos que tal resgate é imprescindível, afinal, assim como os encontros nacionais a marcha também foi um grito de vozes insurgentes que buscou denunciar as condições desiguais das mulheres negras.

Destacamos os encontros como um importante acontecimento social e político no cenário brasileiro do final da década de 1980 e início da década de 1990, contudo, iniciamos esta exposição com uma homenagem às mulheres negras que não serão mencionadas abaixo, à exceção de Lélia Gonzalez, mas que deixaram um legado importantíssimo para o seu povo e se suas histórias foram inspiradoras para as mulheres negras feministas dos séculos XX e XXI,

são elas: **Maria Filipa**, destacou-se em 1823, na luta contra o domínio português, quando comandou dezenas de homens e mulheres, negros e índios, na queima de 42 embarcações de guerra que estavam aportadas na Praia do Convento, prontas para atacar Salvador. **Maria da Conceição Nazaré**, Mãe Menininha do Gantois – nascida em 1894. Foi uma das grandes defensoras da preservação dos cultos Afro-brasileiros na época da escravidão. **Luiza Mahin** – não há informações sobre o ano de seu nascimento, a literatura informa que ela nasceu no início do século XIX. Trazida à Bahia pelo tráfico de escravos, desempenhou importante papel na Revolta dos malês, última grande revolta de escravos ocorrida em Salvador (1835). **Lélia Gonzalez** – Mineira de nascimento (1935), filha de um ferroviário negro e mãe de origem indígena empregada doméstica e penúltima de dezoito irmãos migra em 1942 para o Rio de Janeiro. Engajou-se na luta contra o racismo e sexismo na década de 70, no Rio de Janeiro, ainda um período de forte repressão dos governos militares. Nossa homenagem a tantas outras mulheres negras que se constituíram mártires da luta antirracista neste país³³.

Dando prosseguimento, reconhecemos de antemão que os movimentos sociais, no contexto das sociedades capitalistas, são resultantes de contradições sociais produzidas e reificadas ao longo do seu desenvolvimento, e que os processos de organização social que surgem são expressões de resistência, na grande maioria das vezes, dos que estão em condição de desvantagem – sentem-se oprimidos e explorados – por isso, buscam, por meio de lutas sociais, alterar a realidade social seja de forma mais imediata e/ou transitória seja de forma permanente. Entrelaçando experiências que se recriam “cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam” (GOHN, 2011, p. 336).

Em vista de tal constatação e a pressuposição de transformar a realidade, o sociólogo Florestan Fernandes, no livro *Significado do Protesto Negro*, que reúne um compilado de ensaios deste autor que busca relacionar as mazelas da sociedade brasileira com o racismo e o capitalismo, sendo categórico ao afirmar que

A sociedade que precisa ser transformada é uma sociedade de classes, que absorveu funções racistas e discriminatórias que já poderiam ter sido eliminadas historicamente. O negro precisa organizar o seu protesto nessa escala, para combinar todo o potencial racial do protesto negro ao conteúdo de classe que ele precisa adquirir para que se torne revolucionário numa amplitude universal, irmanando e unindo todos os que são vitimados pela hegemonia de privilégios arcaicos ou modernos, de origem colonial ou recente (FERNANDES, 1989, p. 49).

Corroboramos com o autor e partimos do pressuposto que a sociedade capitalista em sua conformação de classes sociais, a partir do que foi explicado nos tópicos anteriores,

³³ Dados extraídos do site do Geledés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/exposicao-homenageia-mulheres-que-marcaram-historia-do-brasil/>>. Acesso em 20 de jan. de 2022.

instrumentaliza tanto o racismo como o patriarcado enquanto formas de dividir e segmentar as manifestações políticas. Dessa forma, o autor é assertivo em toda a sua contribuição e, principalmente, ao enfatizar a articulação entre raça e classe como um ato revolucionário, concebendo, por conseguinte, que a particularidade da formação social brasileira exige, não só do negro, como de todas e todos que se visam a superação dessa forma social, a articulação dos conceitos que expressam uma realidade de desigualdade econômica para a população negra, assim como o marcador racial infere nas manifestações racistas.

A partir disso, compreendemos que as mulheres negras tem suas experiências de vida pautadas por relações de poder que assumem diversas formas de manifestação e enfrentam diferentes expressões de opressão que não se resumem ao sexo e que apresentam um grau maior de complexidade ao articular determinantes históricos, como o racismo, que reflete nas relações de poder de um grupo sobre outro. Por isso, a luta das mulheres não se baseia apenas na capacidade de superação das desigualdades geradas pela hegemonia masculina, o patriarcado, mas exige também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como o racismo, que estabelece a inferioridade social dos negros em relação à população em geral.

Partindo desse pressuposto, no ver de Carneiro (2003), a luta das mulheres negras contra a opressão de sexo e raça tem traçado novos caminhos tanto para o(s) Movimento(s) Feminista(s) quanto para o(s) Movimento(s) Negro(s), que tem passado por diversas reflexões. Dessa forma, para a autora,

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2011, n. p).

Assim, o processo de consolidação de uma perspectiva feminista negra adquire maior legitimidade política no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga - SP, no ano de 1985; tendo como desdobramento, a entrada de vez na cena pública brasileira a organização do Movimento de Mulheres Negras (MMN) (RODRIGUES; PRADO, 2010). Pois,

Em contraste à face branca/mestiça e de classe média do feminismo nos seus primeiros tempos, o movimento de mulheres dos anos 1980 floresceu com uma composição predominantemente de mulheres pobres, trabalhadoras, e/ou negras e indígenas. As dificuldades em construir pontes entre diferentes expressões do movimento de mulheres e feministas – marcadas pelas imensas desigualdades estruturais e diferenças políticas – vieram claramente à tona no Terceiro Encontro em Bertioga, Brasil (1985), quando um grupo de mulheres de uma favela do Rio de Janeiro chegou em um ônibus, pedindo para poder participar, apesar de não ter condições de pagar a taxa de inscrição.

Mesmo com um número significativo de mulheres negras e pobres já participando [...] (ALVAREZ *et al.*, 2003, p, 548).

Conforme exposto pela autora, o movimento feminista, a partir dos anos 1980, passa a contar com um número maior de mulheres negras, boa parte delas advinda da classe trabalhadora, diferentemente de boa parte das mulheres que compuseram o movimento por longos anos.

Podemos observar como que esses primeiros momentos de aproximação, são marcados por alguns embates e, até mesmo, certa resistência de mulheres brancas ao não assimilar, num primeiro momento, as condições desiguais entre negras e brancas. Alvarez (*et al.*, 2003) diz que no encontro realizado em Bertioga, a organização buscou garantir a presença de mulheres negras, garantindo-lhes bolsas para que pudessem participar do encontro; todavia, as militantes emergentes da organização do MMN, apontaram que as questões de raça e classe eram tratadas como questões de segunda ordem, além do fato de que, muitas mulheres negras e pobres não fizeram parte da construção da agenda de discussão do encontro. Sendo assim, "o Encontro de Bertioga trouxe o dilema da inclusão a primeiro plano, os novos desafios postos pela expansão do movimento de mulheres pobres, trabalhadoras e não-brancas" (ALVAREZ *et al.*, 2003, p, 548).

Posteriormente ao Encontro de Bertioga, em 1985, acontece em 1987, o IX Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns - PE, no qual que as mulheres negras se fizeram presentes, contudo, não se viram contempladas, haja vista que os debates não se apropriaram da dimensão sobre raça durante as discussões; atentando-se, somente, acerca das discussões de sexo, negligenciando uma discussão que fosse capaz articular e compreender as relações de sexo, raça e classe no, semelhante ao que ocorreu Bertioga. Gonçalves (2018b) enfatiza que o que ocorreu em Garanhuns foi um "divisor de águas" e que

O intenso debate que se travou ali na cidade pernambucana conduziu as mulheres negras a decidiram pela realização, no ano seguinte, de um Encontro Nacional de Mulheres Negras, com a finalidade de congrega mulheres negras de todo o território brasileiro e refletir sobre os motivos que as levavam a receberem um tratamento diferenciado na sociedade brasileira (GONÇALVES, 2018b, p. 16).

As mulheres negras, então, se articulam e realizam nos dias 1 e 2 de dezembro de 1988, em Valença - RJ, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN) que, segundo Ribeiro (1995), se tratava da busca de um referencial teórico próprio para as mulheres negras, apoiando-se na militância dupla no Movimento Negro e no Movimento Feminista, todavia, sem estar sujeito a pauta de nenhum dos dois movimentos.

Essa conexão entre as mulheres negras para a realização do I ENMN é fortalecida devido ao fato de que, além de muitas já estarem apoiadas em outros campos de militância, já haviam

detectado a necessidade de serem contempladas dentro de sua pluralidade, como mulher negra, sem perder de vista a dimensão da classe social (SANTOS, 2015).

É com base, no boletim informativo do I encontro, no relatório final do II encontro e na tese de doutoramento de Santos (2015) que extraímos informações pertinentes sobre a organização, planejamento, ideias e propostas que fomentaram e estiveram presentes nestes encontros. Tais documentos, como o boletim informativo, outrora, estava disponível no site eletrônico do MNU-PE, na documentação sobre a história dos movimentos negros, pois, foi localizado em pesquisa realizada pela autora no ano de 2017. Contudo, em nova pesquisa realizada, o mesmo não foi localizado.

Todavia, o documento se encontra salvo no arquivo pessoal, assim como, o relatório final do II encontro que foi disponibilizado pela Prof.^a Dr.^a Ana Cristina C. Santos no ano de 2017 em contato prévio realizado por e-mail, solicitando o material utilizado por ela em sua tese de doutorado.

Isto posto, conforme Santos (2015), para pensar, organizar e consolidar o I ENMN foram realizadas três reuniões nacionais preparatórias com o objetivo de construir o caráter do Encontro. As reuniões ocorreram em Salvador – BA, em janeiro de 1988; São Paulo – SP, em março; e em Brasília – DF, no final de abril e início de maio (ver anexo A).

Dessas reuniões foram deliberadas a criação de duas comissões: comissão organizadora e comissão executiva. Da primeira, fizeram parte a pluralidade de mulheres dos mais diversos Estados e movimentos sociais; da segunda, somente, as mulheres que residiam no estado do Rio de Janeiro³⁴. Nas reuniões preparatórias, também, foram definidas questões acerca dos objetivos do I ENMN; sobre a participação por meio de delegadas; a busca de financiamento; critérios de participação; a metodologia; as temáticas a serem discutidas; e, propostas de datas, conforme o boletim informativo do encontro (ver anexo B e C) (BOLETIM INFORMATIVO DO I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, 1988, nº 1)

Os objetivos do I ENMN, conforme o I Boletim Informativo, de 1988, consistiam em:

- 1º.) Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro;
- 2º.) Fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes;
- 3º.) Encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro de diversidade social, cultural e política das mulheres presentes ao Encontro;
- 4º.) Estabelecer grupos de trabalho para registro e posterior retorno às participantes;

³⁴ A quesito de interesse, comunicamos que o Estado do Espírito Santo esteve presente nas duas últimas reuniões.

5º.) Elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento.

Observamos que o encontro foi criticado por esferas dos movimentos negro e feminista que acusavam as mulheres negras de gerarem uma divisão nos movimentos sociais. Entretanto, concluímos que o encontro se tratava da busca de um posicionamento próprio de mulheres negras sem estarem subordinadas nas pautas dos movimentos negro e feminista, e, sim, na dupla militância. Assim, identificamos a seguinte passagem:

Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um "racha" nos movimentos sociais como alguns elementos nos acusam. Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou da mulher branca. O sentido da expressão "criar nossos próprios referenciais" é que queremos estar lado a lado com as(os) companheiras(os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e necessidades, enfim queremos uma posição de igualdade nessa luta (BOLETIM INFORMATIVO DO I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS. 1988, ANO I - Nº 1 [2]).

Santos (2015) ressalta que o I ENMN representou um ganho político, pois evidenciou o poder organizativo dessas mulheres negras e, criou um espaço onde formaram-se novas alianças. Sendo assim, “foi um momento promissor para essas mulheres pensarem em se constituírem enquanto organização, a exemplo do GELEDÉS, fundado em 1988” (SANTOS, 2015, p. 116).

Nota-se, de acordo com o que foi exposto com base nos boletins informativos que o I ENMN se constituiu como um espaço de articulação política das mulheres negras, a fim propor e organizar estratégias de enfrentamento as questões voltadas as mulheres negras. Gonçalves (2018b, p. 19) endossa que “de forma autônoma e consciente da tarefa política que estavam assumindo, as mulheres negras pautaram questões abrangentes, que faziam a intersecção entre gênero, raça e classe”.

Vale dizer ainda que o ano de 1988 foi o ano do centenário da abolição da escravatura, e, também, o ano da aprovação da nova Constituição Brasileira que contemplou cerca de 80% das propostas do movimento de mulheres expressadas na "Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte" (CARNEIRO, 2003).

O II Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorre em Salvador - BA, do dia 01 a 04 de novembro, reunindo 430 mulheres de 17 estados, tendo como tema central "Mulher Negra, Organização, Estratégias e Perspectivas", de acordo com as informações contidas no Relatório Final do II ENMN (1991)³⁵, compreendendo que

³⁵ O Relatório Final do II Encontro Nacional de Mulheres Negras (1991) não está disponibilizado na internet. Obtivemos acesso ao documento por meio da Prof.^a Dr.^a Ana Cristina C. Santos da UFAL que escaneou o relatório e tem salvo em seu arquivo pessoal graças a militante Neuza das Dores (RJ) que foi entrevistada por ela para sua pesquisa de doutorado. Registramos aqui os nossos agradecimentos a essas mulheres.

[...] a nossa sociedade é plural, racista e machista. Todas nós somos fruto desta estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas pela nossa formação. A organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso não constituímos um grupo unitário tanto a nível de concepção política, quanto de metodologia de trabalho.

Entendendo que as questões ressaltadas acerca da pluralidade da sociedade perpassam a vida cotidiana das mulheres negras, compreendemos que a organização do MMN não está à parte das interferências e práticas destas construções. Silva (2003), destaca que o encontro assinalava a necessidade de uma militância mais ativa além, de uma pauta similar ao primeiro encontro, realizado no Rio de Janeiro, em 1988. Contudo,

O II Encontro foi realizado em condições bastante desfavoráveis, reflexo da crise da qual passava o Movimento de Mulheres Negras: a desproporcionalidade das participantes em relação aos Estados, as lutas internas, a falta de diretrizes estabelecidas dentro de uma prática democrática mais definida, a escassez de recursos mínimos para as entidades, enfim, uma série de fatores (SILVA, 2003, p. 6).

Apesar das intercorrências, a programação pensada para o Encontro apresentava um rico potencial de discussão, trazendo temáticas como: histórico e avaliação do Movimento de Mulheres Negras; mulher negra e poder pode; mulher negras: procriação, extermínio de crianças e adolescentes negros; por que mulher negra?; avaliação do processo de construção; e, por fim, plenária final e encerramento.

A preparação para o II ENMN decorreu de um total de nove reuniões preparatórias, iniciadas em fevereiro de 1990, no Rio de Janeiro, com a finalidade de realizar uma avaliação referente ao processo organizativo do MMN nos Estados e uma avaliação final do I ENMN, como definição, esta reunião desencadeou numa segunda reunião preparatória para o II ENMN, em abril do mesmo ano, em São Paulo.

Nas reuniões preparatórias, que se encerraram em 1º de setembro de 1991, dois meses antes da realização do Encontro, houve a formação da comissão organizadora, a criação do slogan, a elaboração e discussão do Estatuto, discussões sobre questões relacionadas ao financiamento, local e data para a realização do encontro, questões relacionadas a divulgação e publicidade e demais considerações (ver anexos D e E).

Observamos no anexo D que as propostas de discussão buscavam abarcar as mulheres negras em vários espaços de discussão, como saúde e educação. Além disso, proposições sobre as condições de vida da população negra, assim como, a denúncia do genocídio fez parte das reuniões preparatórias e da promoção de campanhas. Notamos, que todas as regiões estiveram representadas em ao menos uma das reuniões preparatórias e que o estado do Rio de Janeiro foi o que esteve presente, partindo do mesmo incômodo, Santos (2015, p. 131) elucida que “os relatórios revelam que a ausência de algumas representações nas reuniões era consequência da

falta de recursos para as viagens, que ocasionou a mesma impossibilidade de deslocamento para algumas participações das organizadoras na preparação do primeiro encontro”.

O Relatório Final apresenta a "Avaliação do Encontro" (ver anexo F), sintetizada em aspectos positivos, pontos negativos, sugestões e encaminhamentos. Nesta avaliação³⁶, um ponto que chama bastante atenção gira em torno da nota de repúdio do coletivo de Santa Catarina, assim como, a proposta do coletivo do Rio de Janeiro, de que os encontros futuros não fossem fechados somente à participação de mulheres negras e que a participação de homens e mulheres não negras fosse pautada e discutida com seriedade em plenária. Nesse sentido, fazemos um adendo com relação a este tópico, afinal, devemos considerar que os efeitos da propagação da ideologia do branqueamento e como o *tornar-se negro*³⁷ perpassa por um processo de reconhecimento político.

Com relação a participação, podemos concluir que o encontro possibilitou um espaço plural e democrático de pensamento, estratégias e ações, e, tais espaços são compostos por ideias e opiniões divergentes, expressando uma riqueza na pluralidade de ideias e divergências que são presentes em todos os espaços coletivos. Santos (2015, p. 146) corrobora que “o II ENMN ratificou que as mulheres negras organizadas estavam preocupadas com as questões que envolviam as relações raciais nos contextos político, histórico, econômico, social, ideológico e cultural”.

Com o intuito de viabilizar as questões a serem resolvidas ao final do II ENMN e promover maior mobilização de um maior número de entidades e mulheres negras a se engajarem no movimento, é realizada a Reunião de Brasília, em abril de 1993, com a finalidade de encaminhar a realização do III ENMN (SILVA, 2003). A avaliação final da reunião:

[...] apontou para a importância dos I e II ENMN, que, devido a visibilidade alcançada, estimularam outras formas de organização das mulheres negras. Além disso, colocaram em uma esfera mais ampla, pública, a problemática da mulher negra. Ao deixar a reunião, as participantes carregavam o sentimento de que “apesar destes estímulos, disseminados por todo o país, nos mais diferentes setores da sociedade, não conseguimos aglutinar esta força emergente e crescente em articulações políticas estáveis, tanto nos Estados quando em âmbito nacional (SILVA, 2003, n. p).

Vale lembrar que os avanços e retrocessos podem ser mensurados de diversas formas, a maneira encontrada aqui, foi por meio do processo de organização autônoma das mulheres negras com seus instrumentos e mecanismos articuladores na direção da consolidação institucional de

³⁶ Ao total, organizações de apenas sete estados fizeram a avaliação, são eles: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Santa Catarina, Maranhão, Bahia.

³⁷ Ler sobre em “*Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*” de Neusa Santos Souza (2021).

direitos e políticas públicas. Ainda sabendo de seus limites e atravessamentos ideológicos contraditórios de um Estado ultraliberal de um capitalismo em crise.

Portanto, não se trata de uma única verdade sobre as inúmeras estratégias e instrumentos de lutas e resistências traçados pelas mulheres negras que em seu cotidiano driblam “a fome, a bala e a covid” (como denunciava a campanha da Coalizão Negra Por Direitos, em maio de 2021³⁸). Mas, sim, das nuances institucionais preconizadas pelo Estado democrático de direitos (em suas máximas contradições) que se vêm nitidamente ameaçadas frente aos retrocessos políticos e crise econômica nesta quadra histórica. O que atinge, violenta e repõe a questão racial e de gênero como centro das urgentes transformações da sociedade hodierna.

No Brasil, a crescente participação de mulheres negras no cenário nacional dos movimentos sociais organizados ampliou a existência de grupos de mulheres que enfrentaram o controle masculino no interior das organizações negras, demarcando presença no interior dos movimentos feministas e na articulação do movimento de mulheres em geral, realizando encontros estaduais e nacionais. E, para estimular a participação das mulheres negras no processo anterior a conferência internacional, o GELEDÉS³⁹ organiza o Seminário Nacional Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, em Itapeccerica da Serra, São Paulo, do dia 20 a 22 de agosto de 1993.

Estiveram presentes, no seminário, as mulheres das mais diversas organizações do movimento de mulheres negras do Brasil, totalizando 46 participantes de 16 estados distintos e pertencentes a 45 organizações do movimento de mulheres negras, movimento negro, movimento feminista, universidades, centros de pesquisa e rede pública de saúde, com a finalidade de discutir a realidade da mulher negra e contribuir com o processo de preparação das mulheres brasileiras para a CIPD , em 1994, no Cairo, partindo da premissa "de que as políticas populacionais - quer sejam explícitas ou não - vêm colocando como meta o controle dos nascimentos das populações não brancas e pobres" (GELEDÉS, 1993, p.1).

A declaração (1993) formulada pelas mulheres negras presentes no seminário denuncia a esterilização em massa de mulheres negras no país e, constatam a redução do percentual da

³⁸ **Nem bala, nem fome, nem covid. O povo negro quer viver!.** Disponível em: <<https://www.brasildefatong.com.br/2021/05/21/nem-bala-nem-fome-nem-covid-o-povo-negro-quer-viver>>. Acesso em 27 de jan. de 2022.

³⁹ Instituto da Mulher Negra, fundado em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. [...] as áreas prioritárias da ação política e social de Geledés são a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas (GELEDÉS, 2021). Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>>. Acesso em 01 de mai. 2021.

população negra no período em comparação a década anterior. Atentam ainda para o papel importante do Estado na formulação de políticas de controle da população, seja por meio da formulação e/ou implementação de políticas ou pela ausência de políticas públicas que "inibam a ação de organizações controlistas".

A queda da fecundidade foi realizada num quadro de total desrespeito aos direitos reprodutivos das mulheres, induzidas à esterilização cirúrgica sem que outras opções contraceptivas estivessem disponíveis. A esterilização vem sendo erroneamente colocada como um método anti-conceptivo seguro e sem efeitos colaterais, o que deve ser desmistificado. Devem também ser denunciados os organismos internacionais e as instituições nacionais que promovem esta prática (GELEDÉS, 1993, p. 2).

Outra constatação feita diz respeito ao aumento do número de casos de AIDS entre as mulheres negras, tendo como agravante da situação as errôneas informações difundidas para as mulheres, como por exemplo, a noção de grupo de risco⁴⁰, isentando a maioria das mulheres. Além da transmissão sexual, a contaminação dava-se também por meio do compartilhamento de materiais contaminados para o uso de drogas endovenosas.

O Seminário Nacional Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, resultou na Declaração de Itapetecica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras (1993)⁴¹, onde no que se refere, principalmente, a questão da saúde reprodutiva das mulheres negras no Brasil, a decisão da não-reprodução ou da reprodução cabe ao âmbito do mundo privado, estando o Estado responsável por assegurar e garantir os direitos reprodutivos. Ademais, a declaração produzida também denuncia as práticas de extermínio das populações não-brancas, reivindicando ao Estado a apuração dos acontecimentos e as medidas cabíveis aos responsáveis, tendo como horizonte a construção de um modelo civilizatório baseado nos valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica (GELEDÉS, 1993).

O ano de 1993 é marcado pelos diversos eventos voltados para as questões das mulheres negras, pois, em novembro ocorre o "I Seminário Nacional de Mulheres Negras" em Atibaia-SP, visando a "a construção de um espaço coletivo, democrático, amplo e unitário, de avaliação e reflexão" (SILVA, 2003, n. p), com cerca de 48 mulheres participantes de 9 Estados da Federação. Silva (2003) declara que, novamente, as mulheres negras são levadas a pensar o III ENMN.

⁴⁰ A noção "grupo de risco" não existe mais. Contudo, no começo da epidemia, os homens homossexuais, os usuários de drogas injetáveis e os hemofílicos, apresentavam maiores índices da doença, por isso, foram considerados grupo de risco.

⁴¹ Gostaríamos de esclarecer de que apesar de ter sido produzida pelo Geledés, a Declaração de Itapetecica da Serra das Mulheres Negras (1993) não se encontra disponível na internet, obtemos tal documento a partir do contato estabelecido com o Geledés por meio de telefone e e-mails e registramos aqui nossos agradecimentos.

Continuamente atentas às conquistas e às formas de organização no âmbito nacional e internacional, as mulheres negras realizam em setembro de 1994 o II Seminário Nacional de Mulheres Negras, em Salvador – BA como forma de se auto-organizarem para a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Beijing, 1995.

Também registramos no Brasil a luta pelas cotas raciais para a universidade pública. A grande marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1995, em Brasília, em alusão aos 300 anos da morte da sua morte, constituiu um marco na luta negra no Brasil e as mulheres participaram ativamente do processo de organização e mobilização da marcha. A Marcha teve como uma de suas bandeiras principais as cotas.

No ano 2000, também as mulheres estiveram a luta pela inclusão da “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos escolares, resultando na mudança da LDB em 2003, por meio da Lei nº 10.639. Também em 2003 é criada a Secretaria de Política Para Mulheres e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Notamos a participação das mulheres negras na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em Durban/África do Sul; no Seminário Nacional de Saúde da População Negra (2004); no I Seminário Nacional de Negras e Negros LGBT (2012); no I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas (2014); na Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver (2015); e, no Encontro Nacional de Mulheres Negras, 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Mundo (2018) para celebrar os 30 anos do primeiro encontro que aconteceu em Valença/RJ.

Reforçamos, conforme informado no início deste capítulo, as dificuldades na coleta e sistematização das manifestações e movimentos organizados das mulheres negras acarretando, conseqüentemente, em uma quebra temporal e de informações sobre o desenrolar dos atos em questão devido à dispersão dos registros e, até mesmo, em alguns casos, ausência dos mesmos.

Todavia, a proposta condutora ao longo deste capítulo 1 consistiu em demarcar como sexo, raça e classe perfazem uma dinâmica cruel no cotidiano de mulheres negras. Para tal, iniciamos a discussão resgatando a conformação das teorias raciais na Europa e como elas foram interpretadas no cenário brasileiro pelos intelectuais da elite tendo em vista que o país passava por um período onde buscava se afirmar tanto nacionalmente como internacionalmente enquanto independente, assim, fundamentar um pensamento científico constituía parte importante desse processo.

Dando prosseguimento, ressaltamos, ainda no primeiro momento, a articulação entre as teorias racialistas que se propagaram no pensamento social brasileiro e as implicações da política do branqueamento a população negra, juntamente, com o entendimento da formação da classe social no Brasil.

Mais adiante, resgatamos historicamente como se deu a criação do patriarcado ao longo de milênios com base nas pesquisas da historiadora Gerda Lerner, concluindo que por se tratar de uma construção social é factível a sua supressão. Assim, observamos que a criação e a perpetuação de uma ideia de subordinação feminina atrelada a especificidade da formação brasileira onde o racismo infere condições desumanizantes a população negra.

Nesse sentido, a organização e realização dos encontros nacionais de mulheres negras representa como as complexidades articuladas de sexo, raça e classe se traduzem na vida material concreta. Afinal, a realização dos encontros demarca a não contemplação tanto por parte dos movimentos negros quanto dos movimentos feministas da complexidade de ser uma mulher negra na sociedade brasileira. Contudo, tais considerações não visam segmentar a frente de luta, pelo contrário, reconhece que somos diversas ao mesmo tempo que afirma, parafraseando a ilustre Audre Lorde, que não seremos livres enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.

Portanto, o caminho percorrido até aqui buscou retratar as implicações na experiência da articulação política dos movimentos de mulheres negras resultando em manifestações e reivindicações que no âmbito da sociedade capitalista são remediadas pelo Estado, assim, no próximo capítulo, nos atentaremos em abordar e analisar os documentos apresentados no Quadro – 01 que são fundamentais para que possamos atingir o objetivo central da pesquisa que é o de analisar as reivindicações propostas pela Marcha das Mulheres Negras frente ao avanço do neoconservadorismo no Brasil, tendo em vista a contradição face aos limites e possibilidades das conquistas alcançadas institucionalmente de medidas que atingem diretamente a vida das mulheres.

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA DAS MULHERES NEGRAS NOS ANOS 2000 E O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO PÓS-GOLPE DE 2016

Neste capítulo, tendo em vista que nosso objetivo fundamental é analisar as reivindicações propostas pela Marcha das Mulheres Negras frente ao avanço do neoconservadorismo no Brasil, apresentaremos as duas das principais secretarias que foram criadas durante o primeiro mandato do Governo Lula em 2003 com vistas a atender demandas tanto das mulheres quanto da população negra, são elas: a Secretaria Especial de Políticas Paras as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Nesse marco de quase dez anos, muitas contribuições com relação as propostas, organização e desenvolvimento das duas secretarias já foram elaboradas, não queremos aqui propor um trabalho repetitivo, contudo, alguns adendos sobre estas duas secretarias se fazem necessários, visto que, elas foram institucionalizadas num determinado momento histórico e político de um recém governo eleito progressista. Um governo que ascendeu com forte apoio dos movimentos sociais e do qual muito se esperava ações em prol de melhorias de condições de vida.

Todavia, nossa intenção também não é realizar uma exaustiva análise dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), mas chamaremos a atenção para algumas das transformações que ocorreram no campo social e político desde a chegada do PT aos cargos mais altos do Governo Federal em relação às políticas públicas para mulheres e negras/os, até as, movimentações sociais desencadeadas com base no neoconservadorismo que levaram ao golpe, da então presidenta eleita Dilma Rousseff, culminando posteriormente, na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República em outubro de 2018.

Afinal, nossa proposta de pesquisa demarca a investigação das propostas da Marcha das Mulheres Negras face ao avanço do neoconservadorismo, levando em consideração as estratégias e reivindicação da Marcha das Mulheres Negras que ocorreu em 2015 como estratégia de luta e resistência do movimento de mulheres negras nesta quadra histórica. Dessa forma, entendemos que as ações, medidas e políticas propiciadas pela SPM e pela SEPPIR avançaram em muitos quesitos, no que tange à participação e promoção de políticas para este segmento, contudo, expressam contradições inerentes aos limites da emancipação política, nos marcos da sociedade capitalista.

2.1 A SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARAS AS MULHERES (SPM) E A SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR)

Neste tópico, buscaremos resgatar o histórico de criação da SPM e da SEPPIR levando em consideração o contexto histórico do início dos anos 2000 que possibilitaram e propuseram a criação dessas importantes secretarias com o objetivo de demarcar que, apesar de se constituírem enquanto importantes avanços no âmbito das instâncias governamentais, tais medidas, apresentam limites dentro da ordem burguesa.

Conforme Lara (2018), ao tomar posse em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dispõe na Medida Provisória Nº 103/2003 sobre a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres. Por conseguinte, Lara (2018, p. 78) expõe que “a SPM surgiu, conforme documento próprio da secretaria em sua implantação para o enfrentamento das desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das portadoras de necessidades especiais”.

Tendo em vista a adoção e institucionalização da SPM, a autora elucida que tal efetivação foi delineada a partir de demandas já manifestadas pelos movimentos de mulheres com relação a desigualdade, preconceito, violência e etc. convergindo, posteriormente, na institucionalização através do Estado de políticas e ações a serem implementadas (LARA, 2018).

De viés transversal e dispendo de orçamento para efetivação e incentivo de políticas, a SPM estava dividida em: departamento de políticas do trabalho e autonomia econômica das mulheres; departamento de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres; departamento de ações temáticas; e, o departamento de articulação.

As ações desenvolvidas dentro desses departamentos buscavam eleger preposições eficientes que propusessem uma melhora concreta na vida das mulheres inferindo tanto na participação política; educação, cultura e ciência; saúde integral da mulher; diversidade; e outras frentes de ação (LARA, 2018).

Ressaltamos que devido as mudanças governamentais que se passaram, desde 2003, quando foi promulgada a criação da SPM, até o presente ano de 2022, com ênfase nas mudanças transcorridas desde que o atual presidente, Jair Bolsonaro, assumiu o cargo, o site eletrônico da SPM que armazenava e disponibilizava o acesso público a diversos documentos e relatórios, não se encontra mais no ar. A pasta designada a SPM dentro do site do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sob responsabilidade da Ministra Damares Alves, não contém informações para além da apresentação básica da criação da secretaria em 2003 e

as linhas de ação. Inclusive, a última atualização observada na página é de novembro de 2019⁴², atenta-se ao fato de qual ao tentarmos acessar o regimento interno, portaria ou decreto no final da página, somos direcionados para uma página que apresenta erro.

De tal forma, recorreremos para este resgate e registro à tese de doutorado intitulada *de GENEROu: a secretaria nacional de políticas para as mulheres* (LARA, 2018) como uma fonte de balizar nossa discussão sobre a SPM, compreendemos que incorremos no risco que de nos deparar com uma apresentação a partir do viés exclusivamente da autora, todavia, conforme já elucidado no início do capítulo, corroboramos com a perspectiva adotado no ato da investigação e delimitamos que a nossa intenção não é a de realizar uma pesquisa sobre a SPM e, sim, compreender o significado social da institucionalização das demandas dos movimentos sociais no período anterior ao golpe de 2016.

Dessa forma, Lara (2018, p. 80) ressalta que “a institucionalização das demandas feministas acarretou na formulação e efetivação de ações políticas que convergissem com as propostas de parte da sociedade civil, que passou a acessar o Estado, em constante diálogo e abertura para os debates e propostas”.

De antemão, é preciso estar atento, pois,

e as mudanças nas formas de Estado (que faz parte da sucessão de regimes de acumulação) atingem os movimentos sociais, de forma direta ou indireta. Em cada forma estatal, alguns movimentos sociais e ramificações são fortalecidos, outros são enfraquecidos, seja por incentivo das políticas estatais, seja por problemas das ações estatais em sua relação com a sociedade civil. Da mesma forma, as formas assumidas pelo Estado capitalista atingem os grupos sociais de base dos movimentos sociais e por isso também podem fortalecer ou enfraquecer um determinado movimento social (VIANA, 2017, p. 35)

Ou seja, conforme demarcado pela citação acima, e levando em consideração os adendos apontados por Lara (2018) acerca das ações prepositivas que a SPM se propunha e, principalmente, tendo em vista, conforme apresentado no capítulo 1 sobre como se deu a formação do pensamento social brasileiro e a política do embranquecimento fomentada pelo aparato estatal, concluímos que tais intervenções ao serem inseridas ou não na agenda governamental, derivam, em suma, do período histórico do desenvolvimento da sociedade capitalista. Logo, à medida que vão ocorrendo retrações na dinâmica do capital, os efeitos são sentidos imediatamente significando um recuo das políticas estruturadas a árduas lutas, como foi o caso da SPM.

⁴²**Secretaria de Políticas Para as Mulheres – SPM.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>>. Acesso em 12 de jan. de 2022.

Em 12 de maio de 2016 o processo de impeachment contra a presidenta eleita Dilma Rousseff é aberto⁴³, culminando, posteriormente, na concretização do golpe. E, em seu lugar ascende a Presidência da República, Michel Temer, que no seu primeiro ato assina a Medida Provisória (MP) nº726 e,

De acordo com o artigo 29 da Medida Provisória assinada por Temer, o Ministério da Justiça e da Cidadania passou a ser composto pela Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Juventude [...] (LARA, 2018, p. 118).

É retratado após a posse de Temer, se sucedeu um ambiente de estabilidade e incerteza quanto à SPM, sentimento este presente também em outras alas do governo, e as constantes trocas nos cargos de chefia, resultaram na “instabilidade quanto à continuidade das políticas já implementadas e o obscuro cenário para a formulação de novas políticas para as mulheres” (LARA, 2018, p. 120).

A prioridade do novo governo que se instaurava era de atender com primazia as demandas do capital, incorporado nas demandas da classe dominante, onde a máxima consiste na ininterrupta valorização do capital em detrimento de qualquer outra coisa, por isso,

As demandas que o governo passou a incorporar em suas medidas foram as do empresariado, [...]. As pautas conservadoras que evoluíram no governo Temer foram, principalmente, a reforma trabalhista; o fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração do pré-sal; um programa de refinanciamento dos débitos tributários das empresas; flexibilização de regras de licenciamento ambiental; renegociação de débitos dos produtores rurais; (LARA, 2018, p. 122-123).

Ou seja, observamos que o golpe agilizou os anseios predatórios do capital ao mesmo tempo que barrou os avanços sociais das minorias políticas frente os tensionamentos observados. Mais uma vez, atentamos para os limites da estrutura da sociedade capitalista com relação as possibilidades passíveis de serem alcançadas na ordem social burguesa.

Em contrapartida, na pesquisa realizada por Souza (2019), onde a autora investiga detalhadamente sobre as ações articuladas que culminaram na criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e, para tal, a autora apresenta como se deu o protagonismo dos movimentos negros na construção dessa agenda desde a candidatura do então candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva⁴⁴. Dessa forma, frisa que

⁴³ Processo de impeachment é aberto, e Dilma é afastada por até 180 dias. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html>>. Acesso em 12 de jan. de 2022.

⁴⁴ A autora, assim como tantos outros autores, apresenta um resgate dos movimentos negros no Brasil, de tal forma, enfatizamos esta informação, pois, reconhecemos a imensidão dos movimentos sociais e compreendemos que são

[...], os movimentos negros tiveram maior presença dentro do Estado, comandado pelo Partido dos Trabalhadores/PT, e foi aberta a possibilidade de diálogo, principalmente, durante o período eleitoral e o período de transição do Governos FHC para o Governo Lula. Tal relação foi indispensável para a criação da SEPPIR (SOUZA, 2019, p. 42).

Assim, em 2003 é criada a SEPPIR como um órgão de assessoramento imediato do presidente da república, sendo, o cargo de Secretário transformado em cargo de Ministro de Estado Chefe da SEPPIR, conforme explicitado na Lei nº 10.678/2003 (BRASIL, 2003).

Novamente, destacamos a adversidade em acessar os dados diretamente de uma fonte de dados da SEPPIR, pois, assim como ocorreu com a SPM, ao pesquisar dentro do site do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na aba “Navegue por Temas” > “População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais” > “Ações e Programas de Gestões Anteriores”, não consta nenhum arquivo acerca da SEPPIR. E, ao realizar o caminho “Navegue por Temas” > “População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais” > “Ações e Programas”, encontramos informações sobre: Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR; Cadastro Nacional de Órgãos e Conselhos de Promoção da Igualdade Racial – CadPIR; Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Programa Brasil Quilombola; Sistema de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais; Plano de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 para Povos e Comunidades Tradicionais; contudo, novamente, nenhuma menção a SEPPIR ou a organização e estrutura da mesma⁴⁵.

Dando prosseguimento, é com base nos Relatórios de Gestão⁴⁶ das três administrações que dirigiram a SEPPIR durante os Governos Lula (2003 - 2010) que são apresentados alguns pontos importantes sobre as ações, políticas, enfrentamentos, avanços e os limites propiciados pela SEPPIR.

No apanhado dos quatro primeiros anos é identificado que, apesar das dificuldades iniciais enfrentadas com relação ao orçamento, ou melhor dizendo, a falta dele, a SEPPIR merece o mérito não só pela criação de políticas públicas pontuais como também pelo esforço de articular um canal de comunicação nas variadas esferas do governo, além da formalização de convênios

anteriores a quaisquer governos, contudo, não adentraremos nesse resgate devido as questões de delimitação já delineadas nesta pesquisa.

⁴⁵ A última tentativa de acesso aos dados se deu no dia 13 de jan. de 2022.

⁴⁶ Os secretários que ocuparam o cargo na gestão nos dois mandatos do então presidente Lula, são: Matilde Ribeiro (03/2003 – 02/2008); Édson Santos (02/2008 – 03/2010); e, Elói Ferreira Araújo (03/2010 – 12/2010). Entretanto, não foi possível ter acesso aos últimos 13 meses da gestão de Matilde; assim como, os primeiros 12 meses da gestão de Édson não foram analisados devido a mesma questão anterior e, os últimos 3 meses da gestão se encontram no relatório da gestão de Elói (SOUZA, 2019).

com estados e municípios com o intuito de que fosse trabalhado a promoção da igual racial (SOUZA, 2019).

Mais à frente, ao comentar sobre a gestão de Édson (02/2008 – 03/2010), Souza (2019, p. 64) constata que

Em sua gestão ocorreram diversas tentativas de articulação com órgãos das esferas do governo, além da criação de consultas públicas, conferências, entre outros, para envolver a participação da sociedade civil no processo decisório. Também houveram publicações de textos pertinentes ao tema e novas políticas públicas foram construídas. Mesmo assim, após duas gestões e 10 anos de oficialização da Secretaria, a mesma ainda se encontrava fragilizada.

Assim como no primeiro momento, também é ressaltado sobre os impasses orçamentários para que a SEPPIR pudesse, efetivamente e com recursos apropriados, pôr em prática com segurança financeira o objetivo e a missão destacados no documento *SEPPIR: promovendo a igualdade para um Brasil Sem Racismo* (BRASIL, 2016) que nos diz que o objetivo da secretaria seria

incorporar a perspectiva da Igualdade Racial nas políticas governamentais, articulando os ministérios e demais órgãos federais, Estados, o Distrito Federal e os municípios, no intuito de dar concretude à natureza transversal e intersetorial de suas ações. Tendo como missão, a promoção e articulação de políticas de igualdade racial e a superação do racismo para a consolidação de uma sociedade democrática de fato (BRASIL, 2016, p. 24).

Adiante, destacamos uma passagem importante sobre os princípios contidos no objetivo e na missão da secretaria, assim, o fragmento enfatiza que

Este princípio da SEPPIR é de suma importância para a **superação do mito da democracia racial, até então vigente na ideologia social brasileira, desta forma, esta Secretaria veio afirmar que não haveria democracia sem igualdade racial.** Portanto, consolidar uma sociedade mais democrática a partir da formulação de políticas públicas direcionados ao povo negro foi uma visão estabelecida como central na criação da SEPPIR (BRASIL, 2016, p. 24, grifos nossos).

Destacamos a frase no trecho acima, pois, concebemos ser de suma importância o reconhecimento e a demarcação por parte do Estado a “superação do mito da democracia racial, até então vigente na ideologia social brasileira”, afinal, o Estado, foi ele mesmo um dos propagadores da ideia de inferioridade racial da população negra, conforme já abordado nesta investigação. Contudo, não sejamos utópicos com relação as aparentes “boas intenções” de transformação radical das condições as quais foram imputadas a população negra, visto que, não corroboramos com as preposições vagas que não pressupõe a superação não só de todas as formas de opressão como também a exploração de classe na sociedade capitalista.

Dessa forma, resgatamos, outra vez, o nosso posicionamento acerca dos ditames possíveis dentro dos marcos de uma sociabilidade burguesa, estes, são imprescindíveis, mas não constituem um fim em si mesmo. Afinal, “a relação entre movimentos sociais e Estado não se

estabelece sem conflitos. [...]. [E] na maioria das vezes, os interesses são antagônicos” (RIBEIRO, 2013, p. 73).

Retomando, o relatório de gestão da última administração da secretaria durante o governo Lula, aponta críticas relevantes sobre algumas das ações efetivadas na gestão de Elói Ferreira Araújo (03/2010 – 12/2010), entre elas: a urgência de se qualificar as informações referentes as condições da população negra, ou seja, um trabalho de conscientização social; uma forte crítica a relação dos convênios firmados, visto que, foi observado predomínio do setor privado; e, a necessidade de fortalecer ações estratégicas que priorizassem a autonomia administrativa da secretaria (SOUZA, 2019).

Em suma, corroboramos com a conclusão na qual a autora é enfática ao elucidar que

A SEPPIR carrega em seu nome (promover igualdade racial) e em sua missão (articular) tarefas demasiadamente difíceis de serem conquistadas no Brasil, um país historicamente racista, que trouxe para dentro das suas instituições o racismo institucional. No R[elatório] G[eral] 2010, foi destacado que a baixa participação do poder público nos convênios realizados mais o racismo institucional promoveram um baixo entendimento do tema pelas organizações, fazendo com que as instituições fossem incapazes de promover de forma efetiva e articulada as políticas de P[romoção] I[gualdade] R[acial]. A baixa adesão das instituições públicas em firmar convênios, reduzindo quadro de servidores que trabalhavam na SEPPIR, baixa autonomia administrativa e escassez de recursos eram elementos que impediam que políticas de igualdade racial fossem consolidadas (SOUZA, 2019, p. 66).

A despeito dos desgastes e dificuldades enfrentadas, enaltece os trabalhos realizados pela SEPPIR e apesar de não abordamos o conteúdo, gostaríamos de registrar algumas das atividades realizadas pela secretaria, tais como: o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR); a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR); o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR); o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR); a Comissão Técnica de Saúde da População Negra; Comissão de Gênero e Raça; Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), entre tantas outras.

Assim, com o fim da gestão do governo Lula e início do governo Dilma, até o culminar do golpe, a SEPPIR foi administrada por Luiza Bairos (01/2011 – 01/2015), Nilma Lino Gomes (01/2015 – 10/2015) e Luislinda Santos que também assumiu a pasta (07/2016).

Um importante avanço é constatado por Souza (2019), pois, ela retrata que durante o período da gestão de Luiza Bairos, houve uma maior interação entre Estado e sociedade civil, instigada, mas não só, a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial; um fortalecimento da SEPPIR enquanto articuladora, derivado no empenho das ações descentralizadas e da participação em eventos tanto nacionais quanto internacionais, ou seja, se firmando em espaços de discussão

relevantes. Todavia, uma defasagem que se alastrava desde a criação da secretaria em 2003 permanece, pois, “no que se refere à gestão e aos problemas administrativos, como sempre o quesito mão de obra foi um problema. Além da baixa quantidade de funcionários, [...], havia alta rotatividade de funcionários e baixo estímulo a permanência na SEPPIR” (SOUZA, 2019, p. 74-75).

No período anterior ao golpe da então presidenta Dilma, logo no início de seu segundo mandato, em 2015, levando em consideração que algumas medidas foram adotadas com o intuito de preparar economicamente o país para o “baque” que viria a seguir devido a uma desaceleração global da economia, no que tange a SEPPIR, a mesma passou por uma reordenação institucional profunda, conforme explicado abaixo.

Por meio da Medida Provisória nº 696/2015, a SEPPIR foi fundida ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRJDH), [...]. Porém, o MMIRJDH foi extinto antes mesmo da sua formalização, e, com isso, a Medida Provisória nº 728/2016, convertida na Lei nº 13.341/2016, alteraria a quem a SEPPIR estaria vinculada. Com essas alterações, a SEPPIR passou a fazer parte do Ministério da Justiça e Cidadania (SOUZA, 2019, p. 81-82).

As mudanças outorgadas expressam também o tumultuado contexto político, que será abordado na próxima seção, de conflitos políticos e econômicos que, posteriormente, culminaram no golpe da então presidenta, dando lugar ao golpista Michel Temer, conforme já mencionado.

Durante o período de instabilidade governamental, visto que o afastamento da então presidenta Dilma ocorreu em março, pouquíssimas são as informações disponíveis sobre o período. Mas o que se sabe é que ao assumir o governo, Temer rapidamente se colocou a serviço dos interesses dominantes e isso perpassa pelo proclamado desprezo não só as políticas públicas e sociais como também das minorias políticas.

Hoje, no atual governo Bolsonaro, a SEPPIR está ligada ao arcabouço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, atualmente, Paulo Roberto⁴⁷ é quem ocupa o cargo titular da então Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial⁴⁸.

Contudo, de acordo com o que já foi mencionado neste tópico, as buscas no site do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, além de conter informações soltas, aleatórias e desordenadas, possui links que ao tentarem ser acessados apresentam erro ou informa que a página em questão não existe mais. Tais fatos impõe limites com relação ao

⁴⁷ O secretário Paulo Roberto é advogado, especialista em ciência política, comunicação social, docência do ensino superior e tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

⁴⁸ **Paulo Roberto assume a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em:** < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/paulo-roberto-assume-a-secretaria-nacional-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial>>. Acesso em 12 jan. de 2022.

acesso de informações desta investigação assim como um desprezo a todas e todos os cidadãos deste país que tem o direito de acesso aos documentos e produções públicas. Visto que a SEPPIR assim como a SPM e tantas outras que surgiram através da iniciativa e pressão dos movimentos sociais possuem uma trajetória política e histórica. que é parte importante da construção de políticas públicas e sociais deste país.

A dificuldade, quando não a impossibilidade, de acesso as informações, manifestam o mais lúcido desrespeito e desprezo que o atual governo manifesta. Aqui, enaltecemos à todas e todos os pesquisadores brasileiros que apesar das adversidades, falta de incentivo, tanto financeiro⁴⁹ quanto físico (com relação aos espaços universitários) e falta de amparo psicológico, permanecem no campo da ciência produzindo e divulgando conhecimento. Afinal, foi com base em pesquisas destes acadêmicos que esta seção foi fundamentada.

Ademais, no tópico seguinte, ponderaremos sobre o neoconservadorismo no Brasil, e as movimentações no campo social que culminaram no golpe de 2016 e resultou na eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. Tais constatações são crucias para que possamos no capítulo seguinte tratar sobre as reivindicações da Marcha das Mulheres Negras.

2.2 O AVANÇO INSTITUCIONAL DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL FRENTE ÀS POLÍTICAS PARA AS MULHERES E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Tem-se um consenso de que o neoconservadorismo surge a partir das transformações sociais e políticas da segunda metade do século XX, fortemente, influenciadas pelo Estado de Bem-Estar Social, repudiam as intervenções sociais do tipo keynesianismo, pois,

Esses segmentos repudiam as referidas mudanças pois provocaram/provocam maior flexibilização da sociedade, que tende à diminuição das diferenças sociais, o que altera a estrutura social capitalista. Ao se ter um governo que ameaça essas estruturas, mesmo que minimamente, o neoconservadorismo reage com força (QUEIROZ, 2019, p. 37).

Dessa forma, o neoconservadorismo manifesta forte resistência as mudanças propiciadas pelas reivindicações dos movimentos sociais LGBTQI+, feminista, negro e tantos outros, afinal,

O neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal (BARROCO, 2022, p. 13).

⁴⁹ **O reajuste das bolsas de pós-graduação é urgente e necessário!**. Disponível em: <<http://www.anpg.org.br/04/02/2019/o-reajuste-das-bolsas-de-pos-graduacao-e-urgente-e-necessario/>>. Acesso em 26 de jan. de 2022.

Ao discorrer sobre o cenário brasileiro, Kreuz (2020, p. 99) avalia que

a extrema-direita e o neoconservadorismo se apropriam de pautas externas para justificar sua existência. Reproduzem, da Europa Ocidental, a luta contra o comunismo e o antagonismo às minorias, mas num país que nunca teve um governo comunista, nem sob ameaça deste. Ressuscitam o discurso estadunidense, com muito atraso, acerca da necessidade de combater os “ativismos”, que seriam responsáveis pela hegemonia, nas universidades, através do “marxismo cultural” e seriam responsáveis pela degradação dos valores da verdadeira Nação brasileira.

Dessa forma, podemos inferir, em concordância com Queiroz (2019), que ao pressionar as bases da classe dominante mesmo que por intermédio de intervenções mínimas em políticas públicas e sociais, o campo político⁵⁰ avança em retroceder nessas conquistas. Se apoiando em “uma identidade voltada a um ideal de família, uma moralidade conservadora pautada por valores cristãos, uma aversão a pautas identitárias em geral, com projeto econômico voltado ao neoliberalismo e à diminuição da máquina estatal e da intervenção do Estado na economia” (KREUZ, 2020, p. 100).

Ou seja, em síntese, observamos que fomentados pela crise, os preceitos neoconservadores se sobressaem em defesa da família tradicional heteronormativa, com forte apelo, ao menos no discurso, ao patriotismo e ao nacionalismo, como por exemplo, o slogan da campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos⁵¹”. Indicando um inimigo comum imaginário, criado e fomentado a todo momento como o destruidor da moral e dos bons costumes, disseminado nos discursos e nos meios de comunicação, como WhatsApp e páginas de Facebook, como o mal do século, que tenta a todo custo adentrar nas famílias, nas escolas, nas universidades e imputar ideia “pecaminosas”, “esquerdistas” em detrimento de uma falsa moralidade pregada nos discursos (LACERDA, 2018; QUEIROZ, 2019; KREUZ, 2020; BARROCO, 2015, 2022).

Esse “inimigo”, assume várias formas, sejam elas: os reconhecimentos dos direitos da população LGBTQI+ e o respeito a liberdade e a diversidade sexual; as manifestações do movimento feminista; as denúncias dos movimentos negros quanto as ações genocidas do Estado e as manifestações de racismo na sociedade; os movimentos ambientalistas; e, até mesmo um irracionalismo quanto ao negacionismo científico e a tudo o que não agrada e que provém das universidades (LACERDA, 2018; QUEIROZ, 2019; KREUZ, 2020).

⁵⁰ Ressaltamos a existência de diversas interpretações acerca da realidade brasileira que transitam entre análises do “bolsonarismo”, “extrema-direita”, “neoconservadorismo” e outras. Contudo, devido à complexidade do debate e as suas diversas vertentes, não adentraremos as minúcias dos detalhes, devido aos limites desta investigação.

⁵¹ Ler mais em “**Estudo semiótico do slogan da campanha bolsonarista: brasil acima de tudo, deus acima de todos**”. Disponível em: < <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1437>>. Acesso em 22 de jan. de 2022.

No que tange à economia, os ideais propagados pelo neoconservadorismo se valem de uma perspectiva reducionista do Estado, principalmente, com relação a implementação de política sociais e públicas, indicando uma tendência a focalização para aqueles que em condições de extrema pobreza. Além disso, rejeitam todo e qualquer avanço na perspectiva de pautas progressivas.

Assim, no vetor econômico, para além de uma valorização da meritocracia e da ascensão individuais, ressaltando as conquistas particulares e celebrando o esforço, essa nova corrente se opõe ainda a políticas públicas e sociais de redistribuição de renda, tais como o Programa Bolsa Família, uma vez que percebe iniciativas dessa natureza como clientelismo político e forma de acomodação dos pobres para o trabalho, mas mantendo um apego às iniciativas privadas de assistencialismo e caridade. Há, nesse sentido, um “discurso moralista defensor de valores religiosos e da família tradicional – igualmente característico da linhagem conservadora. Por outro lado, ao mesmo tempo se manifestam ideias individualistas, cosmopolitas, de uma pretensa gestão tecnocrática (“desideologizada”...) da economia e de um sentimento antiestatista que já seriam por sua vez propostas típicas da tradição liberal (KREUZ, 2020, p. 101)

Ou seja, podemos observar, conforme a elaboração de diversos autores que o neoconservadorismo esteve na base dos discursos que propiciaram a cassação do mandato da então presidenta Dilma Rousseff em 2016, afinal, muito foram os deputados que ao justificarem seu voto, disseram estar votando em “defesa da família”⁵²; “pela moralidade dos bons costumes”⁵³, e, tantos outros absurdos.

O que não se pode perder de vista é que esse discurso, não só propagado na fala, tem implicações reais nas políticas sociais e públicas, afinal, se popularizou uma ideia de meritocracia e individualismo exacerbada, recaindo na perspectiva privada dos indivíduos enquanto os únicos responsáveis por sua condição. Dessa forma, cria-se uma ideia de perfeita harmonia do sistema capitalista e das relações de produção, onde a desigualdade é entendida como uma causalidade aparente. Mistificam-se as relações, as opressões e a exploração (LACERDA, 2018; QUEIROZ, 2019; KREUZ, 2020; BARROCO, 2015, 2022).

Numa sociedade historicamente racista como a nossa, a manifestação desse discurso imprime a reprodução de ações e atitudes violentamente racistas, misóginas e homofóbicas. Segundo o que foi estruturado até aqui, as marcas de um passado escravagista e de uma sociedade que se fundamenta nos princípios do patriarcado, os avanços propiciados pela articulação e efetivação

⁵² “**Deus, filhos... Veja os termos mais citados na votação do impeachment**”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>>. Acesso em 22 de jan. de 2022.

⁵³ Em sessão na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, o então deputado federal Jair Bolsonaro Ao votar a favor da abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta, justificou seu voto, do alto da tribuna da Câmara com a seguinte fala: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-abr-25/oab-rj-cassacao-mandato-bolsonaro-homenagem-ustra>>. Acesso em 22 de jan. de 2022.

da SPM e da SEPIR, mesmo reconhecendo seus os seus limites, constituíram-se como fortes articulações necessárias ao desenvolvimento de ações e políticas concernentes as mulheres e a população negra.

Em contrapartida, o neoconservadorismo avança sobre a sociedade brasileira transvestido de uma neutralidade aparente, “nem direita, nem esquerda”, pregoando uma renovação política que nada mais é do que a desmantelamento das conquistas das pautas progressistas ao mesmo tempo que reforça a ideologia da classe dominante onde os recursos do Estado passam a atender prioritariamente as demandas do capital (QUEIROZ, 2019; KREUZ, 2020).

O “golpe” proferido ao sistema político institucional à democracia brasileira em 2016, na verdade é a expressão de sucessivos golpes à classe trabalhadora construída sob referenciais de naturalização das desigualdades sociais e econômicas abissais neste país. Num país onde quem produz riqueza, se vê desprovido de condições básicas de sobrevivência, além da expropriação máxima do território pelo grande capital. Estas relações são estruturantes e se sustentam por meio da reprodução ampliada de relações heterônomas, machistas, sexistas, racistas, xonófogas e homofóbicas que ganham corpo ao ressuscitar no imaginário social um conteúdo colonizador, patrimonialista, patriarcalista, eugênico e altamente perigoso a qualquer horizonte minimamente humanitário e emancipatório.

Demarcada o conflito antagônico que já se manifestava e brandava sem nenhum receio falas e opiniões intolerantes e preconceituosas, ocorrem em novembro de 2015 a Marcha das Mulheres Negras em Brasília que destrincharemos no próximo capítulo.

3 ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS NESTA QUADRA HISTÓRICA

*Os ideais que cultivamos,
nossos maiores sonhos
e esperanças mais ardentes
não podem se realizar durante nossa vida.
Mas isto não é o principal.
Saber que em seu tempo
você cumpriu seu dever
e viveu de acordo com as expectativas
de seus companheiros
é em si uma experiência compensadora
e uma realização magnífica.
Nelson Mandela*

Com base em todo o resgate histórico, social e político apresentado até aqui, este capítulo resulta na compreensão de concretude da articulação sexo, raça e classe, como estratégia viva do movimento da história das mulheres negras deste país. Visto que, assim como os encontros nacionais de mulheres negras representaram um ato de força e resistência na história, a Marcha também se mostra como uma importante espaço de resistência demarcada neste período histórico marcado por plenos desafios.

Ainda que sob fortes críticas e controversas, inúmeras pesquisas sobre a era dos governos petistas, apontam que de certa forma, este período possibilitou uma melhora nas condições de subsistência das famílias brasileiras, uma maior participação de políticas voltadas para as mulheres, o ingresso de negras e negros nas universidades, afim, houve um avançar das pautas progressistas durante os mandatos petistas (LIMA, 2010; MARQUES, XIMENES, et al, 2018). Mas também, não deixemos nos enganar, afinal, enquanto foi concebível ao capitalismo, tais avanços se efetivaram, contudo, nos momentos de crise, observamos uma forte retração e a perda de espaços que foram conquistados.

Dessa forma, ao marcharem em novembro de 2015, as mulheres negras afirmaram o reconhecimento dos limites impostos pela sociabilidade capitalista no que tange a eliminação das opressões e da exploração. Conceberam a impossibilidade de uma liberdade substantiva nos moldes atuais, demarcaram a supressão dos padrões burgueses de sociabilidade e propuseram a criação de uma nova forma social.

Assim, conforme as informações disponíveis no site eletrônico da Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB), a articulação nasce no ano 2000 com o intuito de congrega diversas organizações de mulheres negras do país a nível nacional num determinado período no qual as instituições se organizavam para participarem da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban na África do

Sul em 2001. O propósito era organizar a participação e o protagonismo das mulheres negras brasileiras na conferência, dessa forma, a organização Criola, do Rio de Janeiro; o Geledés – Instituto da Mulher Negra, de São Paulo; e a Maria Mulher, do Rio Grande do Sul, convocaram organizações de mulheres negras do país para fundar a AMNB.

Hoje, a AMNB é coordenada pelo Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (IMUNE); N’ZINGA – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte; Odara – Instituto da Mulher Negra; e, pela Rede de Mulheres Negras do Paraná. E, consiste numa importante articulação de organizações de mulheres negras que interligadas a nível nacional integram uma frente de luta e resistência não só a nível nacional como internacional, visto que, a AMNB representa o Brasil na *Red de Mujeres Afrolatinoamericanas Afrocaribeñas y de la Diáspora* que desde 1992 visa fortalecer a participação e a influência política e social das mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora contra o racismo, o sexismo e a pobreza em ao menos 30 países (AMNB, 2021).

A Articulação tem como missão:

(...) promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e à toda as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil (AMNB, 2021, n. p.)⁵⁴.

Composta por 49 organizações de mulheres negras, a AMNB está presente em todas as regiões do país, conforme a figura 1 e, logo abaixo, o quadro 2 apresenta as organizações, de acordo com os seus respectivos estados, que compõem a Articulação de Organizações de Mulheres Negras. Todavia, notamos que conforme as informações disponíveis, a listagem apresenta um quantitativo de 40 nomes de organizações e, até o último dia de checagem, constava que a atualização mais recente era do dia 14 de dezembro de 2021 (AMNB, 2021).

⁵⁴ **Quem somos**, 2021. Disponível em: <<https://amnb.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 14 de set. de 2021.

Figura 1 - AMNB por região

Fonte: AMNB (2022).

Quadro 2 - Organizações que compõem a AMNB

REGIÃO	ESTADO	INSTITUTO
NORTE	Amapá	Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA)
		Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMMVQC)
	Pará	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)
	Rondônia	ILERA: Ancestralidade e Saúde
NORDESTE	Tocantins	Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins (ALAGBARA)
	Maranhão	Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa
		Ayabás - Instituto da Mulher Negra do Piauí
	Piauí	Instituto da Mulher Negra do Ceará (INEGRA)
	Ceará	AJAGUN OBÍNŘÌN
	Rio Grande do Norte	Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba
	Paraíba	Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba
		Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
	Pernambuco	Associação de Educação, Arte, Cultura e Agroecologia Sítio Ágatha
		Uiala Mukaji
		Comunidade Oju Ifá
	Sergipe	Odara - Instituto da Mulher Negra
		Associação Mulheres de Odun (AMO)
Bahia	Irohìn	
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	Imune - Instituto de Mulheres Negras Mato Grosso

		Pretas Candangas
		Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
	Goiás	Grupo de Mulheres Negras Malunga
		Centro de Referência Negra Lélia González
		Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais
	Minas Gerais	Rede Afro LGBT
		N'ZINGA Coletivo De Mulheres Negras Belo Horizonte – MG
	Rio de Janeiro	Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais (CACES)
		Criola – Organização de Mulheres Negras
		Geledés – Instituto da Mulher Negra
		Casa Laudelina Campos de Melo
	São Paulo	Instituto Amma Psique Negritude (AMMA PSIQUE)
		Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)
	Curitiba	Rede de Mulheres Negras do Paraná
		Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Candaces
	Santa Catarina	Casa da Mulher Catarina
		ONG de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência (MUNMVI)
		Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN)
		Akanni- Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias
		Maria Mulher
	Rio Grande do Sul	Rede de Mulheres Negras para a Segurança Alimentar e Segurança Alimentar

Elaboração: autora (2022).

Conseqüentemente, compreendemos também que em decorrência da atual crise pandêmica, os espaços virtuais como as páginas de Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e sites no geral, tornaram-se ainda mais espaços de divulgação e propagação de notícias e informações. Todavia, a manipulação e atualização dessas importantes ferramentas de comunicação demandam pessoal, recursos e disponibilidade e, como em sua maioria, as organizações são autônomas e independentes, toda a articulação fica a cargo daquelas e daqueles que as compõem, por isso, enaltecemos a dedicação ao trabalho realizado que muito tem nos auxiliado nesta investigação.

Para além das demandas existentes acerca da manutenção e funcionamento desses meios de comunicação, as páginas e sites que se manifestam publicamente contra o racismo, machismo, lgbtqia+fobia, intolerância religiosa tem sido alvos de hackers e ataques preconceituosos com o intuito de fomentar discursos de ódio, intolerância e retirar conteúdos da rede. A AMB, em nota publicada em 9 de junho de 2020 via Instagram, relata que foi alvo em um desses ataques, conforme a figura 2.

Figura 2 - Comunicado de invasão do site AMNB⁵⁵



Fonte: AMNB via Instagram (2020).

Em síntese, o que buscamos demarcar é que a atualização massiva dessas ferramentas de comunicação virtual são importantes estratégias de divulgação e propagação de ideias assim como possibilitam a interação virtual e instantânea de diversas pessoas das mais diversas localidades que em decorrência de questões geográficas, talvez, não estariam reunidas presencialmente. Porém, atentamos que em alguns casos podemos encontrar divergências com relação a algumas informações, como por exemplo, o quantitativo exato das organizações que integram a AMNB, afinal, ao cruzar as informações não localizamos no site todas as 49 organizações que fazem parte da Articulação. De toda forma, entendemos que fomentar esses dados são relevantes, contudo, o conflito demarcado não expressa nenhum prejuízo a investigação nem aos trabalhos realizados pelas organizações que compõem a AMNB que

⁵⁵ Legenda da publicação na íntegra: “Em nota, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) vem informar que na tarde de domingo (7), seu site foi hackeado\invadido. O site da AMNB é um espaço virtual que serve como ferramenta para disseminar narrativas, denúncias de casos de racismo, violações de direitos humanos, reflexões e ações dos movimentos de mulheres negras do Brasil e do mundo. É sabido por toda sociedade brasileira que o recrudescimento do racismo no cotidiano das pessoas tem gerado reações violentas também nos espaços online. Na atual conjuntura, de enfrentamento à pandemia causada pelo vírus Covid-19, e negligências institucionais para lidar com a gravidade da situação, os espaços online têm sido fundamentais para potencializar as ações e denúncias protagonizada pela população negra. Tomamos as providências judiciais cabíveis e pertinentes em situações de crimes virtuais, e nos manteremos na cobrança para que os órgãos competentes conduzam as investigações para identificar os autores do referido crime. No contexto de intensificação de práticas racistas e sentimentos de ódio direcionados à população negra é necessário que as organizações negras fiquem atentas e cuidadosas com suas plataformas e redes sociais. Neste sentido alertamos as organizações, que: 1. Combatam as perseguições as nossas existências. Crimes de racismo cometidos tanto no mundo offline quanto no online, devem ser denunciados com vistas a garantirmos consequências judiciais. 2. Mantenham-se atentas e cuidadosas também com redes sociais e canais virtuais das outras organizações de mulheres negras, alertando as parceiras tão logo percebam alguma inconsistência; 3. Compartilhem experiências e informe sobre procedimentos legais utilizados, a fim de contribuir com outras vítimas à não se intimidar diante dos invasores; AMNB é uma articulação composta por 50 organizações de mulheres negras de todo o Brasil, o compromisso de existência no coletivo nos fortalece cotidianamente e nos mantém na vanguarda da Marcha pela construção de um novo pacto civilizatório para nossa sociedade. Não daremos nenhum passo atrás, em nossa luta contra o racismo em nosso país.” Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CBNzQc1pnSM/>>. Acesso em 20 de jan. de 2022.

seguem em extensas atividades conforme demarcaremos ao final deste capítulo. Um exemplo, que por meio de fontes do movimento de mulheres negras, sabe-se que no estado do Espírito Santo há uma articulação da Marcha com um Núcleo impulsor ativo desde 2014 e que não consta no site.

3.1 MARCHA DAS MULHERES NEGRAS – CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM-VIVER

Após a breve apresentação sobre a AMNB, o que buscaremos a partir deste tópico é a discussão acerca das Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver com o objetivo analisar as reivindicações propostas pela Marcha das Mulheres Negras frente ao avanço do neoconservadorismo no Brasil tendo em vista as contradições face aos limites e possibilidades das conquistas alcançadas institucionalmente.

Assim, conforme atentamos na introdução, devido a questões práticas e objetivas advindas, em especial, da crise sanitária da pandemia da Covid-19, não foi possível realizar entrevistas com os sujeitos, entretanto, a partir do E-book *Marcha das Mulheres Negras* (2016), lançado pela AMNB, buscaremos introduzir as perspectivas das mulheres presentes na marcha dando ênfase as percepções e ao significado da marcha para as mulheres que marcharam no dia 18 de novembro de 2015 em Brasília – DF.

Pois, de acordo com a declaração de Juliana Gonçalves, integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de São Paulo e do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

A Marcha criou, a partir de sua mobilização, oportunidade de diálogo real entre mulheres negras, com o fortalecimento mútuo das pautas. Permitiu uma construção a partir do que nos une, não do que nos separa e para mim esse é o principal ponto que dá sentido à Marcha. Essas articulações trarão frutos imensuráveis para as próximas gerações de mulheres negras (AMNB, 2016, p. 132).

Assim, a Marcha foi o culminar de uma grande mobilização das organizações de mulheres negras que durante a realização do Fórum Afro XXI, em Salvador no ano de 2011, propuseram a realização da Marcha para o ano de 2015 – 20 anos após a Marcha de Zumbi dos Palmares. Consolidando um ato de manifestação coletiva na perspectiva de mulheres negras protagonistas, mais de 50 mil mulheres irromperam pelas ruas de Brasília para denunciar o racismo, o genocídio da população negra, o feminicídio, os padrões de marginalização da população negra e erguer a voz pelo bem viver (AMNB, 2016).

Para tal, o processo organizativo se deu no decorrer de três anos nas instâncias municipal, estadual e comunitária com a realização de seminários, oficinas, saraus e espaços de discussões

e formação articulados agregou a diversidade das mulheres negras em suas crenças, faixas, cores, bandeiras e sexualidade (AMNB, 2016). Corroborando o depoimento dado por Juliana de que os espaços de mobilização que antecederam a marcha propiciaram encontros entre mulheres de diversas concepções e realidades distintas, porém, ressaltando o que as unia, sendo este, um dos importantes legados da organização.

Nas figuras 3, 4 e 5, respectivamente, referente aos estados do Amapá, Tocantins e Pará, podemos observar que o processo organizativo abarcou mulheres de todas as idades, nos levando a refletir acerca das inúmeras possibilidades de diálogos e trocas de experiência entre as gerações. Visto que, os contextos históricos diferentes de cada geração em convergência criam e ampliam as possibilidades de se pensar passado, presente e futuro de lutas e resistência.

Figura 3 - Preparação nos estados: Amapá



Foto: Claudia Ferreira⁵⁶

⁵⁶ Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf>>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

Figura 4 - Preparação nos estados: Tocantins



Foto: Claudia Ferreira⁵⁷

Figura 5- Preparação nos estados: Pará



Foto: Claudia Ferreira⁵⁸

O depoimento de Leni Ferreira do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) de São Paulo, presente no documento *E-book Marcha das Mulheres Negras*, demarca como os diálogos

⁵⁷ Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf>>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

⁵⁸ Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf>>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

propiciados durante o processo organizativo, assim como a marcha, fortaleceram vínculos e o autorreconhecimento de si enquanto mulher negra, pois, para ela,

A participação nos processos de organização e na Marcha me transformou em uma pessoa muito forte e me fez acreditar que sou dona de uma força que nem eu mesma sabia que tinha. A Marcha foi um encontro de almas sedentas por justiça, igualdade e respeito. Ela me fez sentir, eu mulher negra, periférica e sem teto, muito especial e sou grata a todas que proporcionaram isso a mim e a tantas outras iguais (AMNB, 2016, p. 88).

Concita Cantanhede do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa de São Luís (MA), endossa em seu depoimento que

Para nós mulheres negras maranhenses na Marcha, foi muito significativo e gratificante participar e vivenciar esse momento, pois foi um ato trilhado que oportunizou bandeiras de lutas diversas e com perseveranças, enfrentamentos e reivindicações como historicamente foram nossas lutas, assim como foi no 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras-RJ/1988, marcante para o feminismo negro, e fortalecimento do Grupo Mulheres Negras Mãe Andressa (AMNB, 2016, p. 67).

Importante destacar que na passagem acima, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras que ocorreu em 1988, abordado no item 1.3 desta pesquisa, é rememorado por Concita que estabelece um paralelo dessas duas importantes manifestações políticas das mulheres negras que em décadas distintas levantaram bandeiras históricas de resistência. Ou seja, somos levados a refletir acerca dos legados construídos e perpetuados por mulheres negras e aqui não nos delimitamos, somente, a movimentos sociais, pois, somados a estes estão as tradições familiares passadas ao longo de gerações, os cantos, a culinária, os saberes medicinais, o black power, a organização comunitária e tantas outras formas que expressam uma herança de resistência que segue viva.

A declaração de Luciana Araújo, jornalista (SP), traduz em poucas palavras a dimensão do respeito a ancestralidade e as heranças de luta e resistência, ao afirmar que

Para mim, participar da Marcha foi a forma de demonstrar minha reverência às nossas ancestrais, às nossas guerreiras anônimas, à minha avó, à minha mãe e para que minha filha Maria Helena se orgulhe de sua história e siga em frente na luta diária contra o Racismo, o machismo e todas as formas de violência (AMNB, 2016, p. 138).

Com base nesses depoimentos que constam no E-book constatamos que o período de organização assim como o ato da marcha constituíram-se como importantes lugares de troca, aprendizado, conhecimento, respeito e construção. Afinal, conforme as figuras 6, 7, 8, 9 e 10, percebemos como a marcha buscou ser de todas e todos sendo um espaço de criação coletiva congregando diversas gerações, respeitando os diversos credos religiosos, sexualidade, de todos os cantos desse enorme Brasil.

Assim, Olindina Serafim Nascimento, da Comissão Quilombola do Sapê do Norte em São Mateus (ES) – aqui aponta como o ES está presente – Olindina foi do núcleo impulsionador e permanece até hoje na articulação desta rede aqui no ES, nos brinda com a seguinte colocação:

Durante a Marcha pude perceber o quanto somos forte e podemos nos unir pela Vida. Ver tantas mulheres de todos os estados, unidas e articuladas, o envolvimento de todas as mulheres negras de todos os territórios reunidas em Brasília para apresentar ao mundo a sua pauta e sua militância pelo bem viver, me impulsiona e me encanta, pela nossa luta como sujeitos de nossa própria história e transformação de nossas vidas (AMNB, 2016, p. 122).

Sendo, portanto, os espaços de militância organizada um local de fortalecimento de vínculos expresso enquanto sentimento de pertencimento, acolhimento, identificação com o outro e o respeito as diversidades. Contudo, não objetivamos idealizar nem romantizar os espaços, pois, reconhecemos que a pluralidade de crenças, ideologias políticas, assim como tantas outras singularidades e posicionamentos políticos de cada indivíduo refletem nos espaços de construção coletiva, tais divergências, no entanto são essenciais para o aperfeiçoamento crítico de seus membros, visto que, novas situações sejam elas de conflito ou não, surgem a todo momento tensionando nossos preceitos.

Figura 6 - Marcha das Mulheres Negras 2015



Foto: Adriana Medeiros⁵⁹

⁵⁹ Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf>>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

Figura 7 - Marcha das Mulheres Negras 2015



Foto: Claudia Ferreira⁶⁰

Figura 8- Marcha das Mulheres Negras 2015



Foto: Adriana Medeiros⁶¹

⁶⁰ Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf>>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

⁶¹ Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf>>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

Figura 9 - Marcha das Mulheres Negras 2015



Foto: Thais Moreira⁶²

Figura 10 - Marcha das Mulheres Negras 2015



Foto: Claudia Ferreira⁶³

A Coordenação Executiva Nacional da Marcha (ou Comitê Impulsionador Nacional) englobava representantes da AMNB, da Associação dos Agentes de Pastoral Negros (APNS),

⁶² Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf>>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

⁶³ Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/e-bookMMnegras200916.pdf>>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

Coordenação Nacional das Comunidades Negras Quilombolas (Conaq), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), Movimento Negro Unificado (MNU), e União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro), sendo estes, responsáveis pela elaboração do plano de trabalho e o cronograma de ações, de acordo com o boletim informativo nº 1 de agosto de 2015.

Dividida em comissões de: incidência política; infraestrutura e logística; comunicação e marketing; mobilização; elaboração de manifestos. A coordenação foi responsável por pensar e organizar uma agenda de mobilização; estabelecer diálogo com as instituições governamentais; articular com os estados; elaborar, criar e divulgar material de comunicação; e se preparar para receber a marcha em Brasília (MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015- BOLETIM INFORMATIVO Nº 1, 2015, p. 13).

A comissão responsável pela elaboração de manifestos, composta pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras, Associação dos Agentes de Pastoral Negros, Coordenação Nacional de Entidades Negras, Fórum Nacional de Mulheres Negras e o Movimento Negro Unificado, em reunião com a até então presidenta Dilma Rousseff (figura 11) entregou a Carta das Mulheres Negras⁶⁴ onde inicialmente é feita uma análise de conjuntura com relação as condições econômicas e sociais do país, ressaltando a até então, respeitabilidade e visibilidade aparentemente positivas que o Brasil vinha conquistando a nível mundial. Resgatando e reafirmando as lutas constantes dos movimentos sociais, negro e feminista, o documento destaca o caminho trilhado ao longo dos anos.

⁶⁴ **Marcha das Mulheres Negras: um novo momento político de uma luta histórica.** Disponível em: <<https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/9166/marcha-das-mulheres-negras-um-novo-momento-politico-de-uma-luta-historica>>. Acesso em 16 de jan. de 2022.

Figura 11- Encontro com a presidenta Dilma Rousseff

Foto: Geledés (2015)⁶⁵

É enfatizado no texto que o papel ativo do Estado para uma mudança substancial na transformação da condição agrária para o setor industrial, assim como os avanços no que tange aos direitos humanos, consolidando grandes ganhos no quesito da qualidade de vida, todavia, é ressaltando que “privilégios e desigualdades apoiam-se mutuamente e oferecem o enredo para que as discriminações, com fundamento racial, de gênero e orientação sexual, se mantenham e, em alguns casos, se aprofundem (DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO, 2015, p. 4). A afirmação acerca das contradições entre privilégios e desigualdades com fundamento, principalmente, no sexo e na raça, se traduz na constatação de que um horizonte de construção para um novo pacto civilizatório não se fundamenta unicamente a dissolução das classes sociais, visto que, as opressões são essenciais à manutenção da exploração no capitalismo.

Ou seja,

O entrelaçamento daquelas dimensões (raça, gênero, orientação sexual, entre outras), define a existência, limita expectativas de vida, estabelece linhas divisórias hierarquizadas de tal modo que somente o receituário econômico não consegue oferecer as chaves explicativas e as soluções adequadas (DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO, 2015, p. 5).

Mais adiante, no documento em análise, é retratado o aspecto da violência tendo o racismo como um marcador determinante de como se estruturam as violências combinadas as condições econômicas e os diferenciais quando se articulam ao sexo, refletindo acerca dos altos índices de violência praticada contra mulheres negras, apesar dos dados apresentados ao longo do documento serem majoritariamente do ano de 2015 ou anteriores próximos, observamos a

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/presidenta-dilma-rousseff-recebe-representantes-da-marcha-das-mulheres-negras/>>. Acesso em 17 de jan. de 2022.

persistência de mulheres e homens negros como os principais alvos, conforme as últimas pesquisas.

Destacamos também como o campo de disputas é captado, tendo em vista como as mobilizações no campo conservador que já estavam se delineando durante o período que antecedeu o golpe de 2016.

Os acontecimentos estão aí, desfilando em demasia à nossa frente. A política brasileira vem flertando sem cerimônia com o conservadorismo. Avalia-se que está em curso uma mudança do paradigma *nacional-desenvolvimentista* para o *liberal-conservador* (com força expressiva no Congresso e adeptos de vários campos). De acordo com pesquisas recentes, a América Latina avança cada vez mais abertamente para conquistas sociais, enquanto que o Brasil retrocede (DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO, 2015, p. 9, grifo das autoras).

Em seguida, a conexão entre a agenda econômica e os costumes pautados no ultraconservadorismo é apontada com as devidas considerações acerca dos possíveis retrocessos tendo em vista o flerte liberal-conservador com as instituições brasileiras

(...) uma interferência direta na *política de costumes* (estatuto da família, incitação à intolerância religiosa, retrocesso em relação ao aborto, ingerência sobre o direito de decidir das mulheres, especialmente as negras e pobres porque dependentes dos sistemas públicos de assistência, redução da maioridade penal, revogação do estatuto do desarmamento) e um acentuado *viés neoliberal* (menos impostos, redução das políticas sociais, afunilamento dos programas de ação afirmativas). [Assim] A esfera econômica e a chamada política de costumes operam em uníssono, reduzindo, drasticamente, as possibilidades de inserção da população negra, particularmente das mulheres negra na vida nacional. Essa “onda” atinge em cheio as nossas reivindicações já atendidas e as ainda em pauta (DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO, 2015, p. 9, grifo das autoras).

O documento endossa uma posição política revolucionária ao apontar os limites existentes a superação do racismo e do sexismo dentro do marco civilizatórios existente, apontando então, para a construção de um novo marco, assim,

(...) onde a presença do Estado reafirma o racismo e o sexismo; onde várias(os) analistas diagnosticam as sociedades globais como sociedades de risco; onde a falta de reconhecimento é reforçado pelo imaginário dos órgãos oficiais do Estado e dos sistemas midiáticos, onde o totalitarismo da falta de utopias grassa nos diagnósticos correntes, **nós, mulheres negras, vimos, ao longo de nossa trajetória consolidando propostas que apontam para a falência dos padrões civilizatórios em voga e propugnamos outro marco para a realização do político em sua total abrangência.** É preciso romper com esse padrão de desenvolvimento que nega, inclusive, a existência de significativa parcela da população mundial, composta majoritariamente por nós, mulheres negras, singulares em nossa constituição e trajetória (DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO, 2015, p. 15, grifos nossos).

É, então, apresentado o Bem-Viver, enquanto um “(...) código sociopolítico em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade (DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO, 2015, p. 17).

Compreendemos a partir do que é apresentado, defendido e reivindicado, no decorrer do documento elaborado, a reflexão acerca da incompatibilidade dos anseios em prol de uma nova sociabilidade com a atual dinâmica e organização da sociedade capitalista. Assim, concebe-se o Bem Viver a partir de uma perspectiva crítica e antagônica dos moldes do capitalismo⁶⁶.

Dessa forma, segundo o documento,

Nossa concepção de Bem Viver é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. Exige, pois, transformações radicais no modelo de sociedade que temos, em sua estrutura e valores. É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos (saberes e fazeres que correspondem ao padrão tecnológico das sociedades, onde tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas) (DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO, 2015, p. 17).

Com ênfase na passagem acima que diz respeito ao monopólio de saberes e recursos, principalmente, no que tange ao território e as riquezas naturais, nota-se o comprometimento e o respeito à terra e as condições de sobrevivência no e do planeta, compromisso que é, majoritariamente, associado aos movimentos dos povos originários, movimentos quilombolas e outros de luta pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Fernandes (2020), a partir de uma análise crítica embasada nos pressupostos marxista, alerta a respeito dos impactos ambientais desproporcionais ocasionados pela exploração capitalista cada vez mais incessante em busca da lucratividade em detrimento das condições de sobrevivência humana e da degradação ambiental. O Sul global, na atual conjuntura, emerge enquanto um grande articulador para a construção de estratégias de enfrentamento a crise ecológica eminente, entre os limites e as possibilidades, “uma maior sensibilidade às questões ambientais apresenta uma oportunidade de politização para que possamos, ao mesmo tempo, rejeitar propostas capitalistas ‘verdes’ inerentemente falhas e aprender a construir as condições para um horizonte radical” (FERNANDES, 2020, n. p).

A saber, faremos uma breve apresentação do que se entende por ecossocialismo e a sua correlação com Marx com suporte nos debates salientados por Fernandes (2020), Saito (2016),

⁶⁶ Ressaltamos que o debate sobre Bem Viver é amplo, profundo e complexo, não cabe aqui querer esgotá-lo, principalmente, tendo em vista os limites demarcados nesta pesquisa. Contudo, pontuamos a ressalva de pesquisas mais densas sobre o assunto e, a possibilidade, de se aprofundar sobre o assunto. Para tanto, indicamos Foster (2012); Löwy (2014); Saito (2016); e, Molyneux (2021) como referências iniciais para o debate.

Löwy (2014) e Foster (2012; 2015), por concebermos a discussão indissociável do que se defende enquanto bem viver suscitado na marcha das mulheres negras.

Afinal, entende-se o ecossocialismo enquanto

(...) uma corrente política fundada sobre uma constatação essencial: a salvaguarda dos equilíbrios ecológicos do planeta, a preservação de um ambiente favorável às espécies vivas – inclusive a nossa – é incompatível com a lógica expansiva e destrutiva do sistema capitalista. (...) Uma proposta radical que visa não somente à uma transformação das relações de produção, do aparelho produtivo e dos modelos dominantes de consumo, mas visa a criar um novo paradigma de civilização, em ruptura com os fundamentos da civilização capitalista/industrial ocidental moderna (LÖWY; LONGO DIAS, 2019, p. 405-406).

Logo, a identificação com o que é defendido e apresentado como bem viver pela marcha se expressa na incompatibilidade dos valores propagados e na forma de produção capitalista assim como a preposição de uma radical transformação a favor de um novo marco civilizatório.

Em “ecossocialismo a partir das margens” (2020), Sabrina Fernandes, desenvolve uma síntese associando o crescente aumento das mudanças climáticas a um possível e próximo colapso econômico capitalista, denunciando que “quando a natureza é percebida apenas através das lentes dos recursos naturais exploráveis, a biodiversidade se torna facilmente *comoditizada*” (FERNANDES, 2020, n. p). Alertando igualmente aos setores progressistas dos riscos de incorrerem nas falácias de um projeto desenvolvimentista nacional, principalmente, os países periféricos do capitalismo, desse modo,

O ecossocialismo critica as soluções baseadas no mercado, mas também condena o ritmo lento da transição — se é que podemos usar essa palavra — estabelecido pelos governos que ainda priorizam às indústrias tradicionais e sujas como fontes de crescimento do PIB. Isto implica criticar o desenvolvimentismo e o produtivismo como ideologias nacionais. O ecossocialismo despedaça o significado de desenvolvimento para o livrar de suas facetas capitalistas e coloniais e a fim de enriquecer com noções qualitativas (e não meramente quantitativas) de uma boa vida. Também visa eliminar o produtivismo — cuja influência pode limitar o socialismo a uma mudança na propriedade dos meios de produção sem alterar o paradigma de produção — eliminando a obsolescência programada e promovendo o planejamento democrático da produção ao redor das questões de porquê, onde, para quê, quanto e para quem (FERNANDES, 2020, n. p).

Saito (2016) assim como Foster (2012; 2015), resgatam e reafirmam em seus escritos a importância do pensamento marxista a ecologia e a relação complexa, interdependente e dialética entre os dois.

Ecologistas marxistas de hoje começam com a crítica do crescimento econômico (em sua caracterização mais abstrata) ou acumulação de capital (visto mais concretamente). O contínuo crescimento econômico exponencial não pode ocorrer sem expandir falhas no Sistema Terra. Portanto, a sociedade, particularmente nos países ricos, deve avançar na construção de um estado estacionário ou de economia estacionária, o que exige uma mudança para uma economia sem formação líquida de capital, que permaneça dentro do orçamento solar (FOSTER, 2015, p. 90-91).

A autora e os autores supracitados anteriormente convergem, para além da perspectiva teórica, no consenso de que os enfrentamentos a degradação ambiental estão conectados as demais lutas sociais e que compartilham da mesma raiz. Enquanto mudanças imediatas e urgentes, compreende-se que a substituição do atual modo de produção não acontecerá de uma hora para outra, todavia, ações táticas e direcionadas que visem, inicialmente, desacelerar as emissões de carbono devem ser consideradas como uma das principais estratégias de curto prazo, pois,

Uma maior sensibilidade às questões ambientais apresenta uma oportunidade de politização para que possamos, ao mesmo tempo, rejeitar propostas capitalistas “verdes” inerentemente falhas e aprender a construir as condições para um horizonte radical. Em certo nível, isto exige que os ecossocialistas considerem a reforma e a revolução. O ecossocialismo é uma perspectiva revolucionária, mas deve estar consciente das mediações necessárias para garantir as condições ecológicas para uma revolução. A urgência da mudança climática exige a descarbonização ainda sob o capitalismo. Isto não significa, no entanto, aceitar tal plano em termos capitalistas. A lógica deve ser de descarbonizar rapidamente, com foco no sistema público, combatendo a privatização a todo custo, e fortalecendo os movimentos e organizações populares. Um modo de produção descarbonizado é necessário para garantir que quando os trabalhadores estiverem prontos para derrubar as estruturas capitalistas, ainda haja um planeta saudável no qual se possa construir o socialismo (FERNANDES, 2020, n. p).

Com isso, corroboramos com a autora ao afirmar que “para abolir o capitalismo de verdade, devemos torná-lo obsoleto. Uma sociedade cujo modo de produção atende às necessidades e à qualidade de vida dos povos sem exploração ou destruição torna o capitalismo ultrapassado, irrelevante e indesejável” (FERNANDES, 2020, n. p). Posto isso, ao nos delimitarmos aos objetivos propostos da pesquisa aqui desenvolvida, ou seja, as reivindicações propostas pela Marcha das Mulheres Negras e o retrocesso com o avanço do neoconservadorismo no Brasil, destacamos que as preposições expressas indicam e demarcam uma posição antissistêmica⁶⁷.

Logo, a proposta de uma construção coletiva pautada na supressão das opressões e da exploração, indica os seguintes pontos inegociáveis: 1) direito à vida; 2) direito à humanidade; 3) direito a ter direitos; e, 4) reconhecimento das diferenças (alteridade). Estes, são explicados da seguinte forma:

1) **Direito à vida:** A vida é precondição para a existência. Pelos dados acima apresentados, onde mulheres negras morrem de várias maneiras, fruto de fatores que se combinam, é preciso que o enunciado fundante de nossas lutas seja o direito à vida plena;

2) **Direito à humanidade:** Ter a vida assegurada não significa instituir-se como ser humano. Como está provado, as desigualdades e discriminações atribuem valor humano às pessoas, hierarquizado por racismos, sexismos, orientação sexual e outras identidades. A subalternidade da mulher negra, resultado de profundas

⁶⁷ Necessidade de novos estudos que aprofundem os fundamentos teóricos do “Bem Viver”, pois carece de análise mais completa para evitar repetições de um materialismo romântico ou desprovido de rigor teórico do método. Além de influências do pensamento pós-moderno que reivindicam o sujeito como central ao processo descolado da sua condição material e histórica, que se explicita por exemplo, no debate da austeridade.

iniquidades, define a sua existência, subtrai sua humanidade. É preciso sempre reafirmar a nossa humanidade;

3) **Direito a ter direitos.** Ser humano significa a obtenção e o exercício de direitos. A destituição da humanidade supõe violação de direitos, o que se verifica, de maneira violenta e perversa, nas vidas das mulheres negras no Brasil e no mundo. É preciso que todas e todos possam participar da coisa pública, com acesso a bens e serviços e dotados de oportunidades iguais para definir as regras e normas que decidem o destino de cada uma e de todas. O impedimento das mulheres negras de participar das coisas públicas de forma igualitária no jogo discursivo hegemônico retira delas o estatuto de sujeitas de direitos, alijando-as não apenas de usufruir de bens simbólicos, materiais e culturais, mas de protagonizar a cena que reorienta as formas de experiências políticas e sociais que recobrem os interesses coletivos;

4) **Reconhecimento das diferenças (alteridade):** um dos traços nefastos do racismo e do sexismo é reconhecer as diferenças para promover a discriminação e não favorecer a pluralidade. As diferenças devem ser um direito inegociável para que a ação política seja de todas(os) para todas(os) pauta (DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO, 2015, p. 18-19).

O documento também reúne uma série de recomendações com vistas a intervenção política prática de modo a reivindicar “a construção e consolidação de um novo pacto político que possa efetivamente romper com as inclusões excludentes e governar com todas(os) e para todas(os), ordenado por reivindicações históricas que se reatualizam em face da persistência do racismo e do sexismo” (DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO, 2015, p. 20).

Todavia, com o golpe de 2016 o cenário que já não era muito favorável se altera, visto que as manifestações de ódio embasadas não só, mas com forte apelo ao neoconservadorismo, se disseminaram em falas abertamente misóginas, racistas, xenofóbicas e homofóbicas. Resultando no arrocho das políticas direcionadas as minorias políticas e, no enfraquecimento, já abordado, da SPM e da SEPPIR, durante o governo Temer.

Já ao assumir o governo em 2019, o atual presidente Jair Bolsonaro, que durante toda a sua campanha eleitoral e, após assumir o cargo de chefe do executivo, jamais escondeu sua hostilidade e perseguição as minorias políticas, atentando-se sempre ao fato de que a mulher deveria voltar para a cozinha⁶⁸, o negro pra senzala⁶⁹ e o lgbtqi+⁷⁰ para o armário, este governo se desenha e põe em prática uma massiva política de morte e violência.

Este quadro de terror e genocídio sistemático se intensifica com a pandemia da Covid-19 que tem deixado centenas de milhares em situação de vulnerabilidade social e relegados a própria

⁶⁸ “No Datena, Bolsonaro volta a falar sobre salário de mulheres e homens”. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/04/23/bolsonaro-datena/>>. Acesso em 20 de jan. de 2022.

⁶⁹ “Movimento Negro Unificado abrirá denúncia no STF contra Bolsonaro por racismo”. Disponível em: < <https://almapreta.com/sessao/politica/movimento-negro-unificado-abrira-denuncia-no-stf-contra-bolsonaro-por-racismo>>. Acesso em 20 de jan de 2022.

⁷⁰ “Bolsonaro diz que família é 'sagrada' e insinua que LGBTQI+ vão para o inferno”. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4978076-bolsonaro-diz-que-familia-e-sagrada-e-insinua-que-lgbtqi-vao-para-o-inferno.html>>. Acesso em 20 de jan. de 2022

sorte por um governo que não dá a mínima aos critérios científicos e a vida da população. Assim, em 18 de novembro de 2020, é lançado o *Manifesto de cinco anos da Marcha das Mulheres Negras: pela ocupação, tomada de posse, destruição das estruturas racistas e sexistas e pelo Bem Viver*, nele é abordado de maneira enfática sobre o desdém do estado brasileiro com relação a situação das mulheres negras frente à crise pandêmica, atentando para o fato de que mais de 63% das casas são chefiadas por mulheres negras, com filhos menores de idade e abaixo da linha da pobreza.

O manifesto declara que

Ao realizarmos a primeira Marcha das Mulheres Negras, em novembro de 2015, em Brasília, nós estávamos organizadas em várias frentes, Fóruns, Redes, Coletivos, Articulações e diferentes grupos de mulheres negras oriundas de diversas partes do Brasil. Redesenhamos as regras de participação e representação política em nosso país, ao reconhecer o nosso acúmulo de experiência e demonstrar a nossa força e capacidade de mobilização política. A Marcha das Mulheres Negras é um marco que está transformando a nossa história. Ampliamos a nossa representatividade não apenas nas linhas de frente na luta por ocupar espaços no legislativo e executivo, mas também **alargamos as nossas frentes de resistência por meio da construção e fortalecimento de mais redes de apoio que possam instrumentalizar cada vez mais mulheres negras a assumirem os espaços decisórios nos contextos em que estão inseridas** (AMNB, 2020, n. p, grifos nossos).

A leitura que fazemos a partir de toda a organização da Marcha, assim como, o manifesto divulgado cinco anos depois é de que as organizações fomentam um trabalho de consciência e formação de base ao longo de toda a sua trajetória.

Em pesquisa realizada nas redes sociais buscamos identificar os perfis oficiais das organizações de mulheres negras que integram AMNB (quadro 2) e, conforme salientamos no início deste capítulo, a Marcha foi uma realização, mas as ações políticas e sociais das organizações precedem o ato da Marcha e permanecem pós-marcha. Neste caso, identificamos uma maior movimentação das redes sociais a partir do ano de 2020 devido a pandemia da Covid-19, tendo em vista que as redes sociais tem sido uma importante ferramenta de mobilização social. Assim, na figura 12 e 13, observamos a campanha de arrecadação de alimentos e a demanda por auxílio emergencial do Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA) bem como as articulações locais que se estabelecem para que a organização possa oferecer suporte a sua comunidade.

Figura 12 - IMENA: arrecadação de alimentos



Fonte: Instituto de Mulheres Negras do Amapá via Facebook⁷¹

⁷¹

Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=2988406897947395&id=298396013615177. Acesso em 18 de jan. de 2022.

em:
Acesso

Figura 13 - IMENA: ato por comida, vacina e auxílio emergencial

Fonte: Instituto de Mulheres Negras do Amapá via Facebook⁷²

A figura 14, referente ao Centro de Estudos e Defesa de Negro do Pará, ressaltamos os trabalhos/projetos em fase de execução, contudo, não conseguimos explorar as ações para

72

Disponível

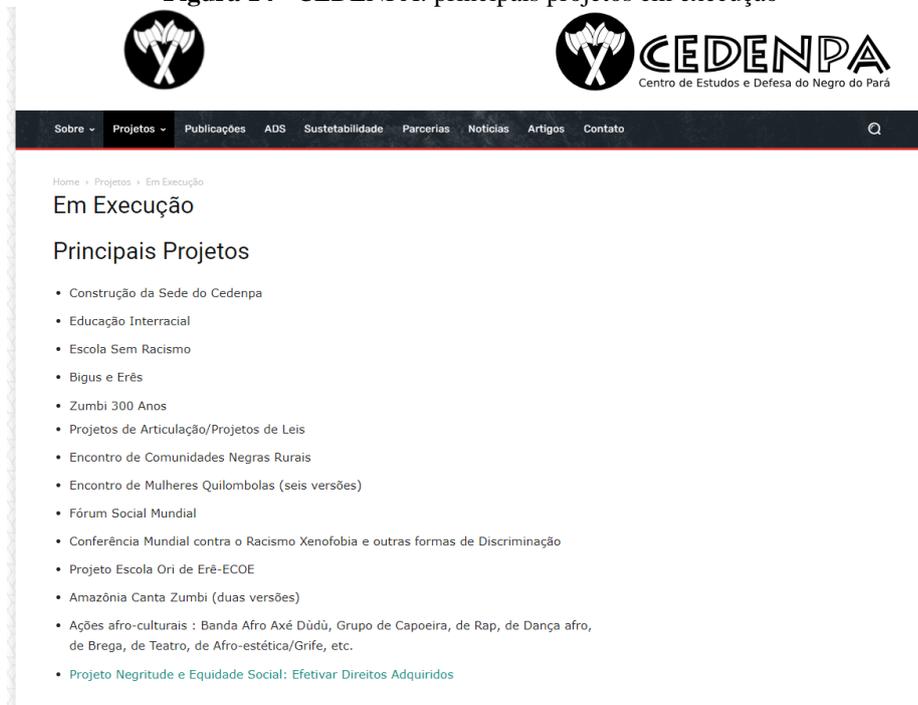
em:

<

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=3628517610602984&id=298396013615177>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

além da descrição, pois, não constam detalhes no site. E, na figura 15, observa-se a divulgação de campanha de arrecadação de alimentos e kits de higiene.

Figura 14 - CEDENPA: principais projetos em execução



Fonte: Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará⁷³

Figura 15 - CEDENPA: campanha de arrecadação de alimentos



Fonte: Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará via Instagram⁷⁴

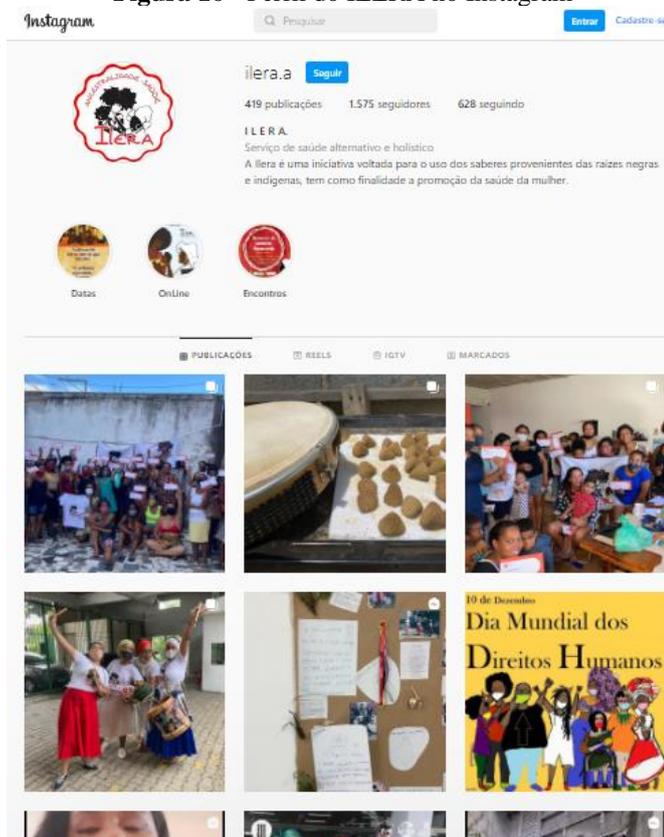
O ILERA, que é uma iniciativa que busca promover a saúde da mulher com base nos saberes provenientes de ancestralidade negra e indígena, durante o início do período de isolamento social devido a pandemia do novo coronavírus, publicou vários posts informativos sobre os

⁷³ Disponível em: < <http://cedenpa.org.br/index.php/projetos/em-execucao/>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

⁷⁴ Legenda na íntegra: “Cedenpa contra fome; se puder, doe... O objetivo da iniciativa é arrecadar alimentos não perecíveis para compor cestas básicas que serão doadas às famílias em situação de vulnerabilidade social, afetadas pela pandemia da Covid-19. As doações deverão ser entregues no Quilombo da República”. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CPwkjRUNP5e/>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

cuidados com a saúde mental, sobre os protocolos de segurança durante a pandemia e o uso de máscaras, como também, lives e formação sobre práticas integrativas de saúde sempre resgatando a importância da alimentação (figura 16)

Figura 16 - Perfil do ILERA no Instagram



Fonte: ILERA via Instagram⁷⁵

No site eletrônico do Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba uma das atividades desenvolvidas tem sido o diálogo com as comunidades sobre prevenção contra a Covid-19 e roda de conversa sobre violência contra mulheres negras (figuras 17 e 18, respectivamente).

Em nota técnica, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020, p. 2), faz uma ressalva de que

(...) diversos estados do país adotaram medidas de isolamento social com o objetivo de minimizar a contaminação da população pelo novo vírus. [E] Embora essas medidas sejam extremamente importantes e necessárias, a situação de isolamento domiciliar tem como possível efeito colateral consequências perversas para as milhares de mulheres brasileiras em situação de violência doméstica, na medida em que elas não apenas são obrigadas a permanecerem em casa com seus agressores, mas também podem encontrar ainda mais barreiras no acesso às redes de proteção às mulheres e aos canais de denúncia.

Dessa forma, apesar da pandemia se manifestar como um momento que exige cautela, as demais expressões de violência da vida cotidiana não desapareceram. A demanda do isolamento social não pode perder de vista que o ambiente familiar, pode ser, e é, muitas vezes, um ambiente

⁷⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/ilera.a/>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

hostil e violento para as mulheres e crianças⁷⁶. Por isso, as intervenções que visam dialogar e intervir nessa realidade social seguem sendo imprescindíveis para a vida das mulheres.

Figura 17 - Abayomi: atividade de prevenção ao novo coronavírus



Coletiva de Mulheres Negras promove ações em comunidades de Santa Rita e Conde para prevenção ao novo coronavírus

📅 outubro 17, 2020 | 👤 Abayomi | 💬 0 comentários | ⌚ 12:38 pm

A Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba realiza neste final de semana atividades nos municípios de Santa Rita e Conde. As ações fazem parte do projeto “Obirim Dudu:

LEIA MAIS

Fonte: Abayomi⁷⁷

Figura 18 - Abayomi: atividade pelo fim da violência contra as mulheres negras



Ações do Obirim Dudu na Pandemia: pelo fim da violência contra as mulheres negras

📅 novembro 21, 2021 | 👤 Abayomi | 💬 0 comentários | ⌚ 12:11 am

Iniciamos as ações do Obirim Dudu na Pandemia: pelo fim da violência contra as mulheres negras! Dialogamos com as mulheres de terreiro (Terreiro de Mãe Mocinha de Oxum) na cidade

LEIA MAIS

Fonte: Abayomi⁷⁸

Fonte: Abayomi⁷⁹

O ODARA – Instituto da Mulher Negra desenvolve programas nas áreas de direitos humanos, comunicação e saúde das mulheres negras buscando promover oficinas de formação política e difundir conceitos e estratégias do movimento de mulheres negras. Dessa forma, os programas desenvolvidos pelo instituto são apresentados nas figuras 19, 20 e 21 abaixo, conforme eixo de atuação.

⁷⁶ “A cada 100 casos de estupro contra crianças, 67 acontecem dentro de casa”. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-100-casos-de-estupro-contra-criancas-67-acontecem-dentro-de-casa/>>.

Acesso em 21 de jan. de 2022.

⁷⁷ Disponível em: < <https://www.abayomipb.com.br/coletiva-de-mulheres-negras-promove-acoes-em-comunidades-de-santa-rita-e-conde-para-prevencao-ao-novo-coronavirus/>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

⁷⁸ Disponível em: < <https://www.abayomipb.com.br/acoes-do-obirim-dudu-na-pandemia-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres-negras/>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

⁷⁹ Disponível em: < <https://www.abayomipb.com.br/acoes-do-obirim-dudu-na-pandemia-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres-negras/>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

Figura 19 - ODARA: programa de saúde das mulheres negras

INICIO QUEM SOMOS PROGRAMAS COVID-19 JULHO DAS PRETAS SAPATONIZE AGOSTO ESPAÇO GRIOT REDE DE MULHERES NEGRAS NOTÍCIAS CONTATO

Programa de Saúde das Mulheres Negras

Com base na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, atua na Participação e no controle social do Sistema Único de Saúde e nas estratégias de enfrentamento ao racismo institucional. Ações do programa:

- "Diálogos – Zika vírus e outras arboviroses: O que as mulheres negras têm a ver com isso?" – O projeto visa contribuir para o empoderamento das mulheres em relação a epidemia da zika e outras arboviroses por meio de informação e educação em saúde numa perspectiva de gênero e raça.
- Escuta Qualificada: Direitos das Mulheres em Resposta à Tríplce Epidemia de Dengue, Zika e Chikungunya – É um projeto desenvolvido por um colegiado de organizações: Odara- Instituto da Mulher Negra, Grupo Curumim-Gestação e Parto, Redef, Reptoi, Criola, Uiala Mukaji, Mirim e Kilombo, em parceria com a ONU Mulheres, com objetivo construir uma perspectiva de gênero, para uma resposta nacional à epidemia de Zika, Dengue e Chikungunya, considerando os determinantes sociais, econômicos e políticos, incluindo uma ampla gama de questões (desde as relacionadas com a água, o saneamento básico até o racismo institucional) e inclui a garantia de direitos das mulheres.
- "Pela vida das mulheres negras: guia para abordagem sobre a epidemia do zika vírus" – O projeto tem como objetivo elaborar um guia metodológico pensado e construído por meio de um GT (Grupo de Trabalho) com integrantes da sociedade civil (ONGs, redes, organizações e coletivos) de mulheres negras da Região Nordeste do Brasil, a mais afetada pela epidemia do zika vírus, no intuito de contribuir nas estratégias de enfrentamento ao surto no país e, sobretudo, orientar as pessoas mais prejudicadas: as próprias mulheres negras.
- Caderno Sisterhood – Organização e publicação da primeira edição do caderno Sisterhood: Mulheres Negras e Aborto, Autonomia e Liberdade. Para refletir e dialogar sobre o impacto do aborto inseguro na vida das mulheres negras. O Odara organizou juntamente com o Negras (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde/UFRB).

Eu aceito a política de privacidade do site

Conheça os nossos projetos!

Assuntos

- Ações
- Boletim Odara
- Covid-19
- Empoderamento
- Geral
- Monitoramento de Mídias
- Mulher
- Notícias
- Opinião Odara
- Vídeos

Facebook

Odara - Instituto da M...
 Curtir Página 12 mil curtidas

"O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser guerreiro. E também é

Fonte: ODARA⁸⁰

⁸⁰ Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/programas/programa-de-saude-das-mulheres-negras/>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

Figura 20 - ODARA: programa de direitos humanos

INICIO QUEM SOMOS PROGRAMAS COVID-19 JULHO DAS PRETAS SAPATONIZE AGOSTO ESPAÇO GRIOT REDE DE MULHERES NEGRAS NOTÍCIAS CONTATO

Programa de Direitos Humanos

Tem ênfase na formação política com foco na incidência em políticas que garantam os direitos humanos para as mulheres negras através do suporte, monitoramento e subsídios que contemplem a diversidade, a garantia de direitos, combate ao racismo, as violências, ao sexismo e a lesbofobia. Conheça os projetos desenvolvidos pelo programa:

Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar

É um projeto desenvolvido em cinco comunidades da periferia de Salvador com foco na sensibilização da sociedade brasileira e baiana para os danos/impactos causados pela violência policial e do tráfico de drogas na vida de adolescentes, jovens negras, suas mães e seus familiares. A ação tem como foco apoio, articulação, fortalecimento e diálogo com as mães de jovens assassinados em decorrência da violência; Sensibilização com adolescentes e jovens sobre a violência nas escolas da rede pública de Salvador; Realização, lançamento e divulgação da campanha publicitária de enfrentamento à violência "Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar".

Mulheres de Axé – Contra a Intolerância Religiosa e pela Democracia

O projeto visa Fortalecer as comunidades de Terreiro com vistas a assegurar sua atuação política no enfrentamento à intolerância religiosa, articulando e mobilizando ações de denúncia e visibilidade de casos, além de construir um plano de ação conjunto das mulheres de axé em Salvador, Região Metropolitana, Recôncavo da Bahia, e o Portal do Sertão.

Dijó – Mulheres Negras Contra a Violência

Realiza debates junto às mulheres negras, universidades, comunidade tradicionais, religiosas, sociedade civil, entidade de direitos humanos, comunidade LGBT, poder público e judiciário dos estados da Bahia, Minas Gerais e Porto Alegre sobre a crescente situação de violência doméstica e intrafamiliar que atinge as mulheres negras. O projeto é uma realização da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), gestado pelo Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de Minas Gerais e pelo Odara – Instituto da Mulher Negra.

Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste

Projeto de construção, rearticulação e mobilização das jovens, mulheres e lésbicas negras do nordeste brasileiro, com intuito de estruturar uma rede para fortalecer as organizações de mulheres negras e incidir nas políticas públicas de combate ao racismo, sexismo e lesbofobia, com foco na garantia da inclusão das mulheres negras no novo ciclo de desenvolvimento do Nordeste e no enfrentamento da violência. Fruto desse projeto foi criado, em 2012, a Rede de Mulheres Negras do Nordeste.

Gol de Placa: Mulheres Negras discutindo a Lei Geral da Copa 2014

O projeto capacitou mulheres negras ambulantes, baianas de acarajé, catadoras, mulheres em situação de rua para fomentar e formar atrizes políticas em busca da sua participação democrática, e empoderada nos megaeventos esportivos, a partir, disseminação de informações sobre a Lei Geral da Copa e de violação de direitos humanos.

Formação de Professores/as para trabalhar com a Lei 10.639/2003

O projeto consiste em uma parceria entre a sociedade civil e o governo federal, visando unir esforços para a valorização, preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro, e assim, atender à Lei 10.639/2003;

Eu aceito a política de privacidade

Conheça os nossos projetos!

Assuntos

- Ações
- Boletim Odara
- Covid-19
- Empoderamento
- Geral
- Monitoramento de Mídias
- Mulher
- Notícias
- Opinião Odara
- Vídeos

Facebook

Odara - Instituto da M...
 Curtir Página 12 mil curtidas

"O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser guerreiro. E também é recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição".
BEATRIZ NASCIMENTO
 São Luiz Sobrinho e Bruna
 Fundação em homenagem

Odara - Instituto da Mulher Negra
 há 11 horas

Ei gente. E aí, Tudo odara?
 Hoje se inicia uma série de citações de importantes pensadoras negras, sejam elas ativistas, pesquisadoras,

Facebook Twitter LinkedIn

Fonte: ODARA⁸¹

⁸¹ Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/programas/programa-de-direitos-humanos/>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

Figura 21 - ODARA: programa de comunicação

INICIO QUEM SOMOS PROGRAMAS COVID-19 JULHO DAS PRETAS SAPATONIZE AGOSTO ESPAÇO GRIOT REDE DE MULHERES NEGRAS NOTÍCIAS CONTATO

Programa de Comunicação

Atua com comunicação estratégica no intuito de difundir conceitos, visão política e estratégias do movimento de mulheres negras. Neste sentido, promove oficinas de formação com ênfase na comunicação crítica voltado para lideranças negras com objetivo de disseminar novas tecnologias e ferramentas de comunicação, que poderão contribuir positivamente para incidência política das organizações negras na Bahia e na região Nordeste. O programa tem construído suas estratégias para garantir o direito das jovens e mulheres negras à comunicação democrática, sem violência, sem racismo, sexismo e lesbofobia, garantindo assim sua autoestima e empoderamento. Saiba mais sobre os projetos realizados pelo programa:

Yalodês – Ampliando os Direitos de Negras Jovens com a Comunicação

O projeto trabalha com a formação de negras jovens em situação de abrigo e da rede pública de ensino a fim de capacitá-las para se apropriarem das novas linguagens e tecnologias de comunicação, possibilitando o acesso às informações e manipulação de instrumentos tecnológicos que as habilite para o manuseio desses recursos para comunicar e difundir conteúdos relacionados a vivência da juventude e mulheres negras. Ao longo de dois anos o projeto já formou cerca de 70 jovens.

Agência Yalodês (Negras Jovens Comunicadoras)

é uma agência de comunicação com formatos diversos de mídia (web, impresso, fotografia, audiovisual, rádio) que tenha como foco a produção de conteúdos jornalísticos, que pautem jovens e comunidades negras negligenciados pela mídia tradicional. A agência está em fase de incubação e é formada por 10 jovens multiplicadoras oriundas das turmas do projeto Yalodês. Para atuar e dar visibilidade a agenda das negras jovens a agência criou seu primeiro piloto de programa o “Ao Vivo com as Pretas”, transmitido ao vivo pelo facebook.

Qual o seu melhor e-mail?

Cadastrar

Eu aceito a política de privacidade c

Conheça os nossos projetos!

Assuntos

- Ações
- Boletim Odara
- Covid-19
- Empoderamento
- Geral
- Monitoramento de Mídias
- Mulher
- Notícias
- Opinião Odara
- Videos

Facebook

Odara - Instituto da M...
Curtir Página 12 mil curtidas

"O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser guerreiro. E também é recuo se a luta não é necessária. É uma espécie, uma soberania. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e

Fonte: ODARA⁸²

Nas páginas oficiais do Instituto de Mulheres Negras (IMUNE) de Mato Grosso e do Criola (figuras 22 e 23, respectivamente) destacamos os projetos culturais do IMUNE e atentamos que em sua maioria os projetos desenvolvidos visam formação política a partir de roda de conversas, seminários e oficinas.

⁸² Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/programas/programa-de-comunicacao/>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

Figura 22 - IMUNE: projetos

IDIOMAS: | imunematogrosso@gmail.com | (65) 99255-6863 | 99900-6879

IMUNE MT 18
INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DE MATO GROSSO

INÍCIO | INSTITUTO | CONHEÇA A NOSSA SEDE | AÇÕES E EVENTOS | OFICINAS & RODA DE CONVERSAS | **PROJETOS** | NOTÍCIAS | CONTATO

Projetos

2021 - LANÇAMENTO DO SITE WWW.IMUNE.ORG.BR E DO LIVRO "IMUNE 18 ANOS"

2021 - AFROTECA COMUNITÁRIA CAROLINA MARIA DE JESUS E DO ATELÊ AFRO BAKITÉ DAS PRETAS

2020 | 2021 - QUARENTENA NEGRA: IMUNE NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

2020 - REALIZAÇÃO DO PROJETO "VOZ DO IMUNE: 18 ANOS EM MOVIMENTO"

2020 - INAUGURAÇÃO DO CENTRO CULTURAL CASA DAS PRETAS

2020 - A EXPOSIÇÃO VIRTUAL CORPUS PRETUS REALIZADA EM JULHO

2020 - RODAS DE CONVERSA "JULHO DAS PRETAS DO IMUNE"

2020 - PROJETO "AGITANDO A RESISTÊNCIA NEGRA"

2019 - PROJETO JULHO DAS PRETAS "MULHERES NEGRAS DE MATO GROSSO EM MOVIMENTO PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO"

2019 - PROJETO "UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA: UM DIREITO DE TODAS AS MULHERES!"

2018 - SÉRIES DE RODAS DE CONVERSA MULHERES NEGRAS NAS ELEIÇÕES

2018 - RODA DE CONVERSA "TEREZAS, VOZES NEGRAS DO CERRADO"

Fonte: IMUNE⁸³

⁸³ Disponível em: <<https://www.imune.org.br/categoria/projetos/>>. Acesso em 21 de jan. de 2022.

Figura 23 - CRIOLA: projetos

The screenshot displays the CRIOLA website interface. At the top, there is a yellow navigation bar with the CRIOLA logo on the left and menu items: Início, Quem Somos, Nossa luta (highlighted), Negras na História, Enfrentamento à pandemia, Notícias, and Faça parte. A search icon is on the right.

The main content area is divided into two columns. The left column features the 'Nossa luta' section with social media icons (Twitter, Instagram, Facebook) and a paragraph about combating racism and homophobia. Below this are sections for 'Segurança de ativistas e violência política', 'Ampliação de capacidades pelo Bem Viver', 'Enfrentamento da pandemia de Covid-19', 'Justiça e direitos reprodutivos', and 'Justiça em situação de prisão provisória'. Each section includes a brief description and a list of links to related content.

The right column is titled 'Outras Notícias' and contains several news items with images and titles:

- 'Novo informe do Observatório Direitos Humanos, Crise e Covid-19 aborda impactos econômicos da pandemia no Brasil'
- 'Memorial Inumeráveis busca histórias de pessoas negras vítimas de Covid-19'
- 'Curso de atualização "A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Negra"'
- 'Artigo: Mulheres do fim do mundo, precisamos seguir'
- 'Criola e outras 13 organizações juntas prorrogam até o dia 22/08 a chamada para o edital #OcupaWanaPorJustiça em ativismo digital para grupos'
- 'Dia 16/07, Criola realiza saraus "Celebração e Luta" em homenagem ao mês da Mulher Negra Latino-Americana, Caribenha e da'

At the bottom right, there is a 'Contato' section with the address: Av. Pres. Vargas, 482 - Sobreloja 203 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20071-909. It also includes a phone number (21) 2518-7964, an email address (criola@criola.org.br), and a 'DOAR AGORA' button. Social media icons for Facebook, Twitter, YouTube, Instagram, WhatsApp, and Email are also present.

Fonte: CRIOLA⁸⁴

A concretização da marcha e de outros milhares de atos organizados são resultados da constante instrumentalização e formação de consciência realizados pelos movimentos organizados, sejam eles as associações de moradores, as reuniões de espontâneas organizadas com o intuito de manifestar insatisfação. Ou seja, é deste trabalho de conscientização firmando em princípios que não se limitam a ordem capitalista, que o movimento de mulheres negras trilha caminhos de emancipação abarcando toda a sociedade, tendo muito o que aprender, mas, também, muito a ensinar.

⁸⁴ Disponível em: <<https://criola.org.br/onepage/quem-somos/>>. Acesso em 21 de jan. de 2022.

As informações coletadas nas páginas das redes sociais e nos sites oficiais de algumas das organizações que integram a AMNB foram aqui apresentadas de maneira sucinta⁸⁵ para elucidar que as articulações locais assim com as ações de formação política e intervenção prática, como por exemplo na arrecadação e distribuição de alimentos e kits de higiene que se intensificaram no período de isolamento social, constituem o cerne da atuação política das organizações.

Concebemos que a Marcha representou a consolidação de um empenho e de intensas mobilizações dos movimentos sociais de mulheres negras e que a Carta produzida e divulgada representa um horizonte a ser trilhado. Longe de ser uma utopia a compreensão de que os obstáculos existem e são reais é o ponto de partida para a transformação radical, pois, *nós não iremos sucumbir*⁸⁶.

⁸⁵ Compreendemos que as atividades, ações e projetos executadas pelos movimentos sociais são múltiplas e diversas. Todavia, devido aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa, não será possível discorrer sobre todas os projetos citados, mas enaltecemos e reconhecemos a importância desses e de tantos outros projetos que transformam vidas.

⁸⁶ Em alusão a música “Libertação” de Elza Soares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a investigação proposta procuramos evidenciar nesta quadra histórica como a Marcha das Mulheres Negras tem se configurado enquanto um espaço e instrumento de luta e resistência no processo de autorganização da classe trabalhadora na sua relação dialética entre raça e gênero frente ao neoconservadorismo e aprofundamento da crise do capital. Sabemos que a lutas das mulheres, em especial das mulheres negras não é recente e possui uma longa trajetória marcada por resistência, rebeldias e castigos desde a dura escravização colonial dos povos africanos. Estas marcas, persistem em diásporas travestidas de falsos processos de libertação com a promessa de quebra de grilhões envolvidos em ilusões temporárias de reprodução de silenciamentos e negações. Falar destas vozes insurgentes do nosso tempo foi nosso principal desafio.

Assim, buscou-se fundamentar com base numa leitura crítica dialética como se constituíram as relações raciais na formação social brasileira. E, para tal, o caminho percorrido considerou como a influência das teorias racialistas do continente europeu foram absorvidas e interpretadas pela intelectualidade ascendente no país com vistas a se afirmar como independente. Nesse caso, tanto os institutos históricos e geográficos quanto as faculdades de direito e medicina no país serviram, concomitantemente, ao propósito de dotar o Brasil de um pensamento científico próprio ao mesmo passo em que elaboraram uma singular e particular visão racialista.

Dessa deturpação surge uma originalidade marcante no pensamento social brasileiro, a miscigenação. Defendida como a salvação da nação brasileira e fomentada pelo Estado, a política do embranquecimento se propaga assim como o incentivo à imigração de brancos europeus, pois, o pensamento racial pregava que a superioridade da raça branca se sobressairia em detrimento da inferioridade racial da população negra e dos povos indígenas.

A esse pensamento racialista articulou-se também a noção de patriarcado com base na pesquisa da historiadora Gerda Lerner, como que ao longo de milênios se materializou e se concretizou os símbolos que preconizam a concepção de subalternidade feminina. Tomado os devidos cuidados metodológicos para que não incorrêssemos em anacronismos, observamos a conservação e adaptação de tais perspectivas e como as mesmas são instrumentalizadas e utilizadas a sociedade capitalista.

Por conseguinte, abordamos a mulher negra atravessada pelas concepções racistas e misóginas, apresentando também como elas foram exploradas sexualmente no período da escravização e, ao mesmo tempo, enaltecendo o papel de influente que realizou na construção de uma cultura propriamente brasileira ao desempenha o papel de mãe preta dos filhos dos senhorios. Também

demarcamos que a luta e a resistência constituem a essência dos movimentos de mulheres negras, afinal, a sobrevivência diária no sistema patriarcal-racista-capitalista que insiste num sistemático genocídio da população negra seja por meio da ausência de políticas sociais e públicas, ou por intervenção, diga-se, chacina, militar do Estado nas comunidades.

Logo, ao apresentar a conformação dos encontros nacionais de mulheres negras, buscamos enfatizar a organização autônoma e independente das mulheres negras que não se viam representadas em toda a sua complexidade, particularidade e singularidade nos movimentos negros e nos movimentos feministas. Desse modo, as mulheres negras na política brasileira emergem enquanto vozes que buscam atentar para a ausência de um entendimento do ser mulher negra na sociedade brasileira. E, por isso, no capítulo 2 apontamos como um dos caminhos construídos por esse movimento, articulado aos demais voltados ao desenvolvimento de forças populares (sem desconsiderar todas as contradições e interesses do processo), levaram à criação da SPM e da SEPPIR enquanto avanços possíveis diante das reivindicações dos movimentos de mulheres e dos movimentos negros, compreendendo que ações e políticas de atenção deveriam ser formuladas e efetivadas em prol dessa população.

Observamos, que as pautas progressistas durante os governos petistas ocuparam uma certa significância, contudo, tal relação é permeada de contradições e conflitos e, encontra nos marcos do capitalismo um limite de possibilidades a serem alcançadas, visto que, ao tratar do golpe de 2016 assim como o avanço do neoconservadorismo, constatamos que quem tida as regras na sociedade do capital, é a própria valorização do capital. Assim, delineamos como a SPM e a SEPPIR passaram de importantes articuladoras e provocadoras de um debate caro a sociedade brasileira a uma imagem figurativa dentro do atual governo de Jair Bolsonaro.

Acrescentam-se a tais considerações, as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa em obter acesso aos dados, relatórios, sites oficiais, e outros, no atual cenário de crise pandêmica que tornou inviável a realização de uma pesquisa com sujeitos que pudesse agregar em contribuições riquíssimas a investigação aqui proposta.

Por isso, ao adentrarmos no capítulo 3, onde buscamos responder sobre as reivindicações propostas pela Marcha das Mulheres Negras frente ao avanço do neoconservadorismo no Brasil tendo em vista a contradição face aos limites e possibilidades das conquistas alcançadas institucionalmente, enfatizamos o caráter revolucionário da marcha que tem como parâmetro a construção rumo a efetivação de uma nova forma de sociabilidade rompendo com as limitações inerentes do modo de produção capitalista e buscando alcançar a verdadeira emancipação humana.

Enfatizamos que a Marcha das Mulheres Negras trilha caminhos de emancipação ao organizar e instrumentalizar mulheres negras em ações territoriais no cotidiano. Constatamos que o cenário de pandemia alterou a maneira com a qual nos organizamos e nos alinhamos, contudo, notamos que os movimentos sociais seguem em várias frentes buscando oferecer apoio e suporte a milhares de famílias que se encontram em situações extremamente precárias como uma forma de garantir a sobrevivência. No entanto, sabemos que não são ações focalizadas que radicalizarão o mundo, mas também entendemos que sanar a fome é uma necessidade básica imediata.

Todavia, as intervenções continuadas com relação a tantas outras questões para além das urgências da atual questão sanitária seguem em andamento e articulação, conforme podemos observar por meio das postagens de organizações que compõem a AMNB. Com isso, entendemos que as intervenções não são e nem devem ser tidas como questões separadas, muito pelo contrário, a correlação entre a pandemia e as manifestações da questão social, sejam elas referentes à emprego e renda, saúde, educação e violência estão inteiramente interligadas quando nos atentamos aos primeiros dados que surgem com relação à questão da covid no Brasil que enfatizam os impactos devastadores na população pobre brasileira, majoritariamente negra e mulher.

Por isso, o resgate do debate acerca da emancipação política e da emancipação humana se perfazem imprescindíveis para que possamos endossar a discussão numa perspectiva que vise superar a atual sociabilidade do capital em prol de uma verdadeira emancipação para além dos frágeis limites da expansão de direitos na sociedade capitalista com base em políticas públicas e sociais. No entanto, compreendemos sua importância e relevância para o cotidiano e sobrevivência da classe trabalhadora, porém, pautamos que este não seja o fim, afinal, há de se resistir para construir um futuro diferente onde todas e todos sejam realmente livres.

De antemão, não desejamos esgotar o tema em questão visto que se debruçar futuramente sobre os desdobramentos das reivindicações da marcha no atual cenário de retrocessos do governo federal endossado pelas adversidades marcadas pelo período pandêmico ainda em vigor, resultarão em discussões e desdobramentos que ainda são incipientes para o atual momento desta pesquisa. De toda forma, identificamos que este pode ser um entre outros ganchos futuros de continuação desta pesquisa, assim como, indagações acerca dos relatórios, documentos e produções da SPM e da SEPPIR que não se encontram mais disponíveis para acesso, afinal, tais produções são de interesse público e refletem anos de trabalhos e pesquisas.

Contudo, concluímos que as mulheres negras sempre estiveram em marcha, em luta e em resistência. E a marcha foi uma consequência concreta das organizações de mulheres negras que pautaram suas reivindicações demarcando as impossibilidades de se alcançar uma verdadeira emancipação nos marcos da sociabilidade atual. A realidade social que se apresenta é repleta de contradições, porém a carta apresenta algumas diretrizes para que possam orientar suas ações e perspectivas. Não podemos e nem temos a presunção de prever as direções futuras, contudo, o caminho está sendo trilhado, as sementes estão sendo plantadas e a colheita virá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, María del Pilar Tobar. **Construções discursivas de reexistência**: um estudo em análise de discurso crítica sobre marchas de mulheres no Brasil. 2018. 408 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

ALVAREZ, Sonia ET alli. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. In: ALVAREZ, Sônia, FARIAS, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs) **Dossiê Feminismos e Fórum Social Mundial**. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis: Ed. UFSC, vol. 11, n. 2, 2003, ps. 541-575.

AMARAL, Maísa Maria Baptista Prates do. **Questão de Gênero e MST**: os Coletivos de Auto-organização das Mulheres no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2018.

ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS. **Quem somos**, 2021. Disponível em: <<https://amnb.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 14 de set. de 2021

_____. **AMNB – 21 anos de Primaveras Negras!**, 2021. Disponível em: <<https://amnb.org.br/amnb-21-anos-de-primaveras-negras/>>. Acesso em 14 de set. de 2021.

_____. **E-book**: Marcha das Mulheres Negras, 2016.

_____. **Manifesto de cinco anos da Marcha das Mulheres Negras**: pela ocupação, tomada de posse, destruição das estruturas racistas e sexistas e pelo Bem Viver!, 2020. Disponível em: <<https://amnb.org.br/manifesto-de-cinco-anos-da-marcha-das-mulheres-negras-pela-ocupacao-tomada-de-posse-destruicao-das-estruturas-racistas-e-sexistas-e-pelo-bem-viver/>>. Acesso em 14 de set. de 2022.

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. Contra o Racismo, Sexismo e pelo Bem-Viver! Mulheres contra hegemônicas pensando uma nova forma de ser e existir. **Albuquerque: revista de história**, vol. 13, Nº. 26, 2021. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/593831>>. Acesso em 15 de nov. de 2021.

ASSUNÇÃO, Diana; D'ATRI, Andrea. **Feminismo e marxismo**. – São Paulo: Edições Iskra, 2017.

AVILA, Manuela Pinto Vieira D. **Mulheres Implementam Mais Políticas Públicas Para Mulheres? O efeito da presença de mulheres no comando do Poder Executivo Municipal para a implementação de políticas públicas com recorte de gênero nos municípios brasileiros**. Mestrado em POLÍTICAS PÚBLICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: SABi UFRGS.

AZEVEDO, Simone Lima. **Quando Pretos Pintam na Ufes, a Universidade Se Pinta de Preto? Reflexões Sobre Racismos e Antirracismos Institucionalizados**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2019.

BADARÓ, Marcelo. **Bolsonaro electo presidente de Brasil**: ¿Cómo llegamos hasta acá? ¿Para dónde vamos? Algunas observaciones preliminares, teniendo Antonio Gramsci como referência. Disponível em: <https://www.academia.edu/38129411/Bolsonaro_electo_presidente_de_Brasil_Herramienta_WEB_pdf>. Acesso em 18 de maio de 2021.

BARROCO, Maria Lúcia da S. **Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo**. In: Serviço Social & Sociedade, n. 143, p. 21-12, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.268>>. Acessado em 14 de janeiro.

_____. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, dez. 2015.

BOLETIM INFORMATIVO. **I Encontro Nacional de Mulheres Negras**. Set, 1988, Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro, 1988.

BOLETIM INFORMATIVO. **Marcha Das Mulheres Negras**. Nº 1, agosto, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Assistência integral à saúde da mulher**: bases da ação programática Ministério da Saúde. Brasília, 1984. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf> Acesso em 20 de abr. 2021.

_____. **Medida Provisória Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D79275D00DC9AD7797A9F76BAE1AF0DF.proposicoesWebExterno2?codteor=119991&filename=LegislacaoCitada+-PL+375/2003#:~:text=Da%20Estrutura-,Art.,pelo%20Gabinete%20de%20Seguran%C3%A7a%20Institucional.

_____. **SEPPPIR: promovendo a igualdade para um Brasil Sem Racismo**, 2016.

CARNEIRO, S. **Mulheres Negras e Violência Doméstica**: decodificando os números. 1 ed. São Paulo: Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%A7ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>. Acesso em 09 de janeiro de 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gclid=Cj0KCQjw6ZOIBhDdARIsAMf8YyF8DqtlM2wCj1KWxgcBGPNFipfHQZINDOek9sLbvqwOzFRa6GnBTelaAjdSEALw_wcB> Acesso em 1 jul. 2021.

_____. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados [online]. V. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLINS, Patricia. **Interseccionalidade**. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTACURTA, Mayara Spinace. **Participação Política das mulheres: do âmbito partidário ao comportamento legislativo**. Mestrado em CIENCIA POLITICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos Biblioteca.

COUTINHO, Arthur Lemos. **Afirmção política e política afirmativa** - cotas para negros na Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2018.

CRENSHAW, Kimberle W. A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. In: **Estudos Feministas**, V.10. UFSC. 2002-1, p.171- 188.

CRUZ, Suellen Silva da. **Movimento negro e as políticas de promoção da igualdade racial no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2019.

CURTY, Gabriel Salazar; MACHADO, Amanda Castro. **Jair Bolsonaro no tribunal penal**. Direito internacional I, CONPEDI Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, Santa Catarina – Brasil, 2021.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. 1ª ed – São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed – São Paulo: Boitempo, 2016.

DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO. Marcha das Mulheres Negras. Brasília, 2015.

EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia**: elementos para uma teoria marxista do direito. 1976.

ELPIDIO, Maria Helena. O lugar da negritude nas políticas do estado brasileiro: faces persistentes de uma presente ausência. **Revista Vértices**, v. 22, n. Especial, p. 834-850, 31 dez. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da ‘raça branca’ – 3ª ed. – São Paulo: Ática, 1980.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo, Cortez Autores Associados - Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 33, 1989.

FERNANDES, Sabrina. Ecosocialismo a partir das margens, **Jacobin Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/07/ecossocialismo-a-partir-das-margens/>>.

FERREIRA, Natalia Pacheco Junior de Araújo. **Representação, Participação E Presença: as conferências de políticas para mulheres e sua efetividade**. Doutorado em CIÊNCIA POLÍTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: IESP.

FIGUEIREDO SANTOS, José A. **Covid-19, causas fundamentais, classe social e território**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.18, n.3, 2020. Disponível em: <Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00280>>. Epub 29 Maio 2020. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00280>>. Acesso em 16 de ago. de 2021.

FIGUEIREDO, Ângela. **Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira**. Revista Direito e Práxis [online]. 2018, v. 09, n. 02.

FIGUEIREDO, Eurídice. Os discursos da mestiçagem: interseções com outros discursos, críticas, ressematizações. Niterói: **Gragoatá**, v. 12, n. 22, p. 63-84, 1. sem., 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica: Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 3 ed, 2021.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Lutas sociais**, v. 28, p. 87-104, 2012.

FOSTER, John Bellamy. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 81-97, 2015.

GELEDÉS. **Declaração de Itapeccerica da Serra das mulheres negras brasileiras**. São Paulo, 1993.

GELEDÉS. **Missão Institucional**. 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>>. Acesso em 01 de julho de 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas** [online]. V. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>>. Acesso em 1 de jun. de 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, mai-ago, 2011.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis** [online], v. 21, n. 03, p. 514-522, 2018a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>>. Acesso em 8 de jan. de 2022.

_____. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.22 n.40, p.9-22, jan./jun. 2018b.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. 1988. In. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Org.) RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Org.) RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. 1979. In. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Org.) RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. 1982. In. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. (Org.) RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A mulher negra no Brasil. 1995. In. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** (Org.) RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento. 1985. In. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** (Org.) RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. 1983. In. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** (Org.) RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRACAS, Suzielen Taiane Das. **Resistência: Ativismo e Articulação de Mulheres Negras Através de Redes Sociais.** Mestrado em INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA - ICAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, Foz do Iguaçu Biblioteca.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje.** – São Paulo: Veneta, 2019.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo soc. [online]. 2014, vol.26, n.1, p. 61-73.

IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil.** 1ª ed., Brasília: Brasiliense, 1982.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007, 176p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor e raça no Brasil.** 2019. Informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs). **Atlas da Violência 2021.** São Paulo: FBSP, 2021.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** Novos estud. - CEBRAP [online]. 2010, n.86, p.93-103.

KREUZ, Leticia Regina Camargo. **Constitucionalismo nos tempos do cólera: neoconservadorismo e desnaturação constitucional** [meio eletrônico]. Curitiba, 2020.

LACERDA, João Batista. **Sur les métis au Brésil.** Paris: Imprimerie Devouge, 1991.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, privativa e neoliberal na Câmara dos deputados,** 2018. 207f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LARA, Juliane Rocha. **Degenerou: a secretaria nacional de políticas para as mulheres/ Juliane Rocha Lara** – 2018. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em ciências sociais, 2018.

LEMONS, Carolyne Santos. **A prisão no capitalismo dependente: encarceramento massivo de negros no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2018.

LERNER Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos CEBRAP**, n. 87, p. 77-95, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>>. Acessado em: 19 de janeiro de 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LIRA, Priscila Lemos. **Movimento de mulheres negras e o Serviço Social**. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael; LONGO-DIAS, Maria Cristina. Fontes e Recursos do ecossocialismo. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 26, n. 51, p. 405-408, out. 2019.

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 526-547. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2784>. Acessado em: 19 de janeiro de 2022.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Corporificação e visões de mundo da política feminista e de mulheres na contemporaneidade**: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012 – 2017). 2018. 276 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. (Org.) MINAYO, Maria Cecília de Souza. – 21ª ed. – Petrópolis, 2002.

MOLYNEUX, John. Ecossocialismo e estratégia política. **Global Ecosocialist Network**, 2021.

MOURA, Clóvis. **A dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2020.

_____. **O negro, de bom escravo a mau cidadão**. 2ª ed., São Paulo: Dandara Editora, 2021.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática.1988.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude** – usos e sentidos. 3ª edição – Autêntica, 2015.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. – 3ª ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NERY, Jônatas C; FALEIROS, Rogério N. Teorias raciais, luta de classes e implementação de políticas para reparação: percurso do movimento negro no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 26-44, jan./jun. 2019.

NERY, Jônatas Corrêa. **A integração do negro no Brasil: raça ou classe?:** uma busca teórica e histórica a partir de Florestan Fernandes. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo. 2011.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. **A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19:** considerações a partir de Heleieth Saffioti. Caderno C R H, Salvador, v. 33, p. 1-9, e020029, 2020.

OLIVEIRA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento** – Plataforma de Cairo. Cairo, 1994.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social Rio de Janeiro 2016**. Doutorado em CIÊNCIA POLÍTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: IESP.

PEREIRA, Celia Barbosa da Silva. **A relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008-2017**. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2019.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social:** uma relação necessária. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

QUEIROZ, João Pedro Pereira de. **As implicações da nova direita nos estigmas da política social**. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RELATÓRIO FINAL. **II Encontro Nacional de Mulheres Negras**. Salvador, 1991.

RIBEIRO, Daniella Borges. **Os impactos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência do município de Serra**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2008a.

RIBEIRO, Matilde. **Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e estratégias – 1986 a 2010**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

RICIO, Paula Gabrielle Nascimento. **O partejar em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista:** uma violência a desvendar. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2020.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. **Movimento de mulheres negras**: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 445-456, Dec. 2010.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3ª ed. – São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938.

_____. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **O que são os movimentos antissistêmicos?**. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 7 n. 13 – UFGD – Dourados, jan/jun – 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAITO, Kohei. **Por que o ecossocialismo precisa de Marx**. *Monthly Review*, 2016. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2016/11/01/why-ecosocialism-needs-marx/>.

SANTOS, Ana Cristina Conceição. **Mulheres negras, negras mulheres**: ativismo na capital baiana – 1980-1991. 2015. 185f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. **Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ quebrando o aquário e mudando os horizontes**: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES – 2006-2012. 2014. 390 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. 1991.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Museu Nacional, UFRJ. Anuário Antropológico/93 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. **As ciências sociais no Brasil e a questão racial**. In: SILVA, Jaime da; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina (Org). *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, p. 11-31, 1989.

_____. **Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**. In: **Raça, ciência e sociedade** [online]. MAIO, M.C., SANTOS, R.V., orgs. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, pp. 41-58, 1996.

SILVA, Eliane. **Tecendo o fio, aparando as arestas**: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feministas, 2003. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br/gt6-003.html>>. Acesso em 12 de abr. 2021.

SILVA, Humberto Rafael De Andrade. **Atuação das lideranças do Movimento Negro Unificado no processo de aprovação da lei 10.639/2003 e sua implicação na mudança dos livros didáticos de história**. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFRPE, 2019.

SILVA, Meyrieli de Carvalho. A questão racial e suas implicações para o serviço social no sistema único da assistência social (SUAS). **Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2020.**

SILVIO. Romero. **História da literatura brasileira.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 2001.

SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

SOUZA, Ana Carolina Coelho de. **NÃO ANDAMOS SÓS: um olhar situado sobre corpos, mobilidade e ativismo das mulheres nas cidades brasileiras.** Mestrado em Políticas Públicas Em Direitos Humanos Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Rio De Janeiro, 2017.

SOUZA, Marina Nascimento de. **Articulação de políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil: atuação da SEPPIR entre 2003 e 2016.** 2019. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

TENORIO, Emily Marques. **Entre a polícia e as políticas: análise crítico-feminista da lei maria da penha e das medidas de proteção de urgência judiciais.** Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2017.

VIANA, Nildo. Estado e movimentos sociais: efeitos colaterais e dinâmica relacional. **Revista Café com Sociologia**, v. 6, n. 3, p. 19-39. jul./dez. 2017.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1 – mar-jun, 2010.

ANEXO A – Reuniões preparatórias para o I ENMN

QUAIS FORAM OS ESTADOS QUE PARTICIPARAM DAS REUNIÕES?

Salvador, 9 e 10 de janeiro
Bahia, Sergipe, Maranhão, Distrito Federal, São Paulo

São Paulo, 19 a 20 de março
Acre, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Pará, Goiás, Sergipe, Distrito Federal.

Brasília, 30 de abril e 1 de maio
Mato Grosso do Sul, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, São Paulo.

MAIS INFORMAÇÕES:
COMISSÃO EXECUTIVA DO I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 39 S. 713
CENTRO
20021 – RIO DE JANEIRO – RJ
TELEFONE: 220-5128

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS

Wânia de Jesus Sant'Anna – Presidente – militante do movimento feminista membro do Freempres

Sandra Helena Torres Ballo – Vice-presidente – militante do Movimento de Mulheres Negras do Centro de Mulheres de Favela e Periferia.

Jurema Gomes – 1ª Secretária – integrante do N'zinga Coletivo de Mulheres Negras

Hildézia Alves de Medeiros – 2ª Secretária – militante do movimento dos professores

Helena Maria de Souza – 1ª Tesoureira – integrante do N'zinga Coletivo das Mulheres Negras

Maria Lúcia de Carvalho – 2ª Tesoureira – movimento de Mulheres Negras de Jacarepaguá

Maria José Lopes da Silva – Diretora Cultural – movimento de Mulheres Negras de Jacarepaguá

Neli Adelaide Gonçalves – Diretora de Relações Públicas – militante do movimento de Mulheres Negras e integrante do CEMFP (Centro de Mulheres de Favelas e Periferia)

Maria Helena Fuzer – integrante do movimento de Mulheres Negras e Presidente do Sindicato dos Publicitários

Neuza das Doras Pereira – Diretora Social – militante do movimento de Mulheres Negras – Presidente do Comitê de Negros de Jacarepaguá

Agnes Consula Joseph Rodrigues – Diretora de Divulgação – militante do movimento de mulheres Negras e da Comissão Estadual de Mulheres Negras

Jurema dos Santos Batista – Suplente – militante do movimento de Favelas e Presidente da Associação do Morro do Andaraí

Judith dos Santos Rosário – Diretora de Patrimônio – Militante do movimento de Mulheres Negras.

Joselina da Silva – Suplente – militante do movimento de Mulheres Negras da Comissão de Mulheres Negras da Baixada

A Comissão Executiva foi eleita através do voto direto e secreto em reunião no dia 22 de maio do corrente, logo após a 3ª Reunião Preparatória realizada em 30 de abril e 1ª de maio passado em Brasília-DF



ACONTECEU ... ACONTECENDO ...

- No dia 27 de agosto, aconteceu a festa "MULHER NEGRA FAZ A FESTA", promovida pela Comissão Executiva do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Sindicato dos Metalúrgicos em São Cristóvão, no Rio de Janeiro.
- O concurso "O ENCONTRO É NACIONAL E O CONCURSO TAMBÉM", promovido pela Comissão Executiva, para a escolha da identidade visual do Encontro Nacional, já está em fase final de seleção. A comissão julgadora, formada por profissionais da área de desenho e artes plásticas, está analisando os diversos trabalhos enviados. A divulgação do resultado final deverá ser até o dia 30 de setembro de 1988.

Maiores informações com Agnes pelo telefone (021) 220-5128.

- Entre os eventos que marcaram os 70 anos do líder sul-africano Nelson Mandela, em prisão perpétua há 26 anos por combater o apartheid, aconteceu o debate "MULHER NEGRA E O APARTHEID" no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. A promoção foi da Comissão Organizadora do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras.
- O Centro de Cultura Negra do Espírito Santo realiza entre os dias 21 e 22 de outubro a Mostra da Música de Origem Africana. Informações e Inscrições: Caixa Postal 2363 CEP 29.000 Vitória-ES

ANEXO B – Decisões que antecederam o I ENMN

DISSERAM QUE ELE NÃO VINHA ...

1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, nasceu da necessidade constante de nossa ORGANIZAÇÃO.

Fomos "trazidas" da Terra Africana em condições de indignidade e desrespeito, hoje 100 anos de "Abolição" a Escravidão, a situação da Mulher Negra permanece quase a mesma. Ainda se encontra nas cozinhas, nos campos, nas casas de "Mulatas".

Não poderíamos deixar de falar da maciça campanha de esterilização da Mulher de baixa renda deste país, contingente no qual estamos em maior número. Não temos dúvidas de que a Política de extermínio da população negra neste país possui várias faces:

NEGAÇÃO À CULTURA – Somos apresentadas como não tendo família, não sendo casadas, como avós adotivas de crianças brancas, é comum sentirmo-nos incomodadas com o aspecto crespo de nossos cabelos e "optarmos" por alisarlos na tentativa desesperada de transformar o que a sociedade classifica como "feio", sujo e anti-estético.

NEGAÇÃO À VIDA – A campanha de esterilização em massa, não divulgando os contraceptivos menos prejudiciais à saúde da Mulher e a falta de informações sobre seu próprio corpo.

Contudo, nós Mulheres Negras estamos nos organizando, pois entendemos que além de Mulheres Negras somos cidadãs, crianças e trabalhadoras e estamos tendo nossos direitos usurpados por este Modelo Econômico que só produz os poucos que já têm muito e exclui todos aqueles que realmente produzem a riqueza deste país, alugando nossa força de trabalho em troca de um salário que nos nega os direitos Básicos de cidadãs.

Todas nós Mulheres Negras devemos entender que somos fundamentais neste processo de transformação reivindicando uma sociedade justa e igualitária onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas.

Foi com esta clareza que um Grupo de Mulheres Negras presentes ao IX Encontro Nacional Feminista, na Cidade de Garanhuns (PE) em setembro de 1987, amadureceu a necessidade da realização do 1º ENCONTRO NACIONAL. A semente germinou e estamos aí "firme e forte" em mais uma caminhada para que nossas questões sejam compreendidas e absorvidas pelo conjunto do Movimento, principalmente aqueles que desejam uma sociedade nova, no sentido mais amplo do termo.

O QUE ACONTECEU DEPOIS DE GARANHUNS?

Depois de Garanhuns foram realizadas três reuniões preparatórias de caráter nacional (Salvador, São Paulo, Brasília). Essas reuniões tiveram por objetivo discutir o caráter do Encontro, além de definir as linhas mestras de sua realização. Assim, as decisões expostas a seguir são frutos aprovados nessas reuniões.

QUAIS FORAM AS DECISÕES?

1) O I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS (IENMN) será realizado entre os dias 2 e 4 de dezembro de 1988 ou entre os dias 25 e 27 de novembro, cabendo ao Estado organizador, no caso o Rio de Janeiro, a definição entre uma ou outra. Todas as mulheres presentes à reunião organizada em São Paulo concordaram com a realização do Encontro após as eleições municipais de novembro.

2) Os objetivos gerais do IENMN são: Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras tem em relação ao seu futuro; fazer emergir as diversas formas locais

de luta e auto-determinação face as formas de discriminação existentes; elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres presentes ao Encontro; estabelecer grupos de trabalho para registro e posterior retorno às participantes; realizar um diagnóstico da mulher negra; discutir as formas de organização das mulheres negras; elaborar propostas políticas que façam avançar a organização de mulheres negras colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitária e diferentes vertentes políticas.

3) O IENMN contará com duas Comissões Organizadoras: Comissão Organizadora e Comissão Executiva. A Comissão Organizadora é composta de todas as mulheres presentes às reuniões preparatórias realizadas até Brasília (30 de abril e 1 de maio passado). A Comissão Executiva será composta de mulheres (11) residentes no Estado do Rio de Janeiro e terá a responsabilidade de viabilizar o Encontro e convocar uma reunião da Comissão Organizadora antes da realização do I ENMN, caso seja necessário.

4) A participação das mulheres no Encontro se fará por delegação porém não ficou definida o número de delegadas por Estado. As delegadas deverão ser escolhidas nos Encontros Estaduais, onde houver condições de realização do mesmo, ou através de Seminários, em cada Estado. As delegadas deverão pertencer a entidades organizadas do movimento negro, movimento de mulheres, associação de moradores, sindicatos, etc.

5) Os Encontros Estaduais e Seminários deverão ter como base de discussão o temário proposto para o IENMN.

6) Quanto a busca de financiamento para a realização do IENMN, foi decidido o aceite de recursos daqueles organismos ou instituições que não interfiram no conteúdo a ser discutido e que compreendam a necessidade de se manter a autonomia política do movimento. Em resumo foi aprovada a proposta de "autonomia política com financiamento".

7) Quanto aos critérios de participação no IENMN, recomenda-se a Comissão Executiva do I ENMN: que dimensionando a capacidade do local a ser realizado o Encontro, estabelecerá o número de participantes; estabelecerá o prazo limite de inscrição. As atas de reunião em que se definam as delegadas deverão ser anexadas à carta de credenciamento enviado a Comissão Executiva.

8) Quanto a metodologia do Encontro, este será composto de oficinas, grupos de trabalho e palestras (em menor número).

9) Quanto aos temas a serem desenvolvidos no Encontro, foram estabelecidos: mito da democracia racial, família, organizações da sociedade civil (movimento feminista, movimento negro, sindicatos, associações, igrejas, partidos políticos, entre outras), trabalho, educação, ideologia do embranquecimento, meios de comunicação, sexualidade, arte e cultura, saúde, maternidade, política de controle da natalidade, violência, estética, esteriótipo das mulatas, sexismo, história das mulheres na África. Como abordagem, todos os temas devem ter a mulher negra como eixo. Assim os temas devem ser lidos da seguinte maneira: As mulheres negras e o mito da democracia racial ... As mulheres negras e a família ... As mulheres negras e as organizações da sociedade civil ...

ENCARTE

Fonte: Acervo pessoal

ANEXO C – Critérios de participação no I ENMN



**CRITÉRIOS
DE PARTICIPAÇÃO
NO 1º ENMN**

A Comissão Organizadora Nacional reunida em São Paulo nos dias 19 e 20 de março de 1988, deliberou que a participação no Encontro se dará por Entidades, através de suas delegações, prioritariamente, e que as pessoas independentes, ou seja, não ligadas a nenhuma entidade, poderão participar mas não terão direito a voz e voto.

As delegadas serão escolhidas, em seus Estados, através de foruns amplos, tais como: Encontros Estaduais, Seminários, etc., mediante votação na plenária. Os foruns serão escolhidos de acordo com as possibilidades de cada Estado.

Naquela reunião de São Paulo ficou decidido ainda que o Encontro destinar-se-á, apenas a mulheres, sendo vedado, sob qualquer pretexto, a participação de companheiros do sexo masculino. Os Estados presentes naquela reunião foram os seguintes: Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.

A Comissão Executiva lamenta profundamente o fato de, alguns Estados, terem que enviar um número menor de participantes do que supunham. No entanto, vale salientar a enorme dificuldade que nós tivemos para conseguir um espaço que pudesse nos alojar, tendo em vista ser um período de alta temporada.

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS DO 1º E.N.M.N.

ESTADO	P. NEGRA	PER. (%)	QUANT
1 – ACRE	317.996	0,6	2
2 – ALAGOAS	1.439.077	2,5	10
3 – AMAPÁ	138.649	0,2	1
4 – AMAZONAS	1.158.139	2,0	8
5 – BAHIA	7.310.246	13,5	54
6 – CEARÁ	3.784.481	7,0	28
7 – DIST. FEDERAL	545.101	1,0	4
8 – ESP. SANTO	920.380	1,5	6
9 – GOIÁS	1.933.069	3,5	14
10 – MARANHÃO	3.091.966	6,0	24
11 – MATO GROSSO	676.644	1,0	4
12 – MATO G. DO S	601.216	1,0	4
13 – MINAS GERAIS	5.668.797	10,5	42
14 – PARÁ	2.763.220	5,0	20
15 – PARAÍBA	1.797.099	3,0	12
16 – PARANÁ	1.644.211	3,0	12
17 – PERNAMBUCO	4.040.939	7,5	30
18 – PIAUÍ	1.800.751	3,0	12
19 – R. G. DO NORTE	1.356.566	2,5	10
20 – R. G. DO SUL	960.489	1,5	6
21 – RIO DE JANEIRO	4.375.707	11,2	44
22 – RONDONIA	317.966	0,6	2
23 – RORAIMA	58.382	0,1	1
24 – SANTA CATARINA	294.918	0,5	2
25 – SÃO PAULO	5.765.977	10,5	42
26 – SERGIPE	834.343	1,5	6

OBS.: Fonte IBGE (Censo de 1980)

Conclusão da página 3

oral e escrita, música, dança, culinária, cinema, teatro, artes plásticas, etc.).

IX – “As Mulheres Negras e a sua História na África e no Brasil”: o matriarcado como base da organização social tanto no Egito antigo como no restante da África Negra. Mecanismos específicos de dominação que negaram a condição humana à escrava negra, transformando-a em objeto de uso e abuso sexual na sociedade brasileira.

XI – “As Mulheres Negras e as Políticas de Controle da Natalidade”: a mulher negra como principal alvo destas políticas.

XII – “As Mulheres Negras e a Maternidade”: a questão da mãe solteira. O serviço pres-

tado à mulher negra pelo Estado. Relação médico X paciente. O aleitamento.

XIII – “As Mulheres Negras e a Saúde”: uso de plantas e ervas caseiras para doenças ginecológicas. Auto-exame de seios e do colo do útero. Respiração, relaxamento e massagem. Saúde mental (distúrbios emocionais e neuroses). Incidência de: alcoolismo, subnutrição, leucopenia, anemia, miomas, doenças cardiovasculares e infecto-contagiosas (tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis). Definição de uma política de saúde que atende às mulheres negras enquanto cidadãs e não apenas como mães.

XIV – “As Mulheres Negras e a Violência”: violência na família, violência sexual e policial, violência institucionalizada. O estupro. A questão da menor.

XV – “As Mulheres Negras e a Estética”: a mulher negra enquanto consumidora “invisível”. O conceito de beleza. O direito ao uso do “bom” e do “belo”.

XVI – “As Mulheres Negras e o Sexismo”: para que serve o racismo e o machismo – o racismo e o machismo como ideologia de dominação que legitimam as estruturas de opressão e exploração vigentes na sociedade. A construção histórica do sistema sexo/gênero de dominação masculina.

ANEXO D – Reuniões preparatórias II ENMN

II ENMN

REUNIÕES PREPARATÓRIAS

DATA 02.02.90 – LOCAL: RIO DE JANEIRO
Estados presentes: SP-Goiás-ES-DF-RJ-PR-MG-RG SUL
Pauta: Avaliação do processo organizativo do Movimento de Mulheres Negras nos Estados – Avaliação do I ENMN.
Definições:

- Definição de pontos para discussão: caráter, temário e critérios para o II ENMN, sugestão do Estado-Sede, data do Encontro e fontes de financiamento;
- 2ª Reunião preparatória do II ENMN em S. Paulo, em 21.04.90.

DATA 21/22.04.90 – LOCAL: CAMPINAS (SP)
Estados presentes: SP-RJ-MG-DF-BA
Definições:

- Comissão organizadora composta por 10 Estados representados por 2 titulares e 1 suplência, escolhidas a partir de um Fórum de representação de âmbito estadual;
- Realização do II ENMN num dos Estados da Região Norte-Nordeste. Sugestão da Bahia;
- Intensificar a mobilização dos demais estados, através das representantes dos estados presentes nesta reunião;
- 13 de maio: fazer uma manifestação nos estados, contra todas as formas de exploração, discriminação, em defesa de uma sociedade mais humana, mais solidária, mais feminina e mais negra;

DATA 11/12.08.90 – LOCAL: BRASÍLIA
Estados presentes: SP-RJ-DF
Definições:

- Solicitar do Nzinga informações do relatório ou registro do I ENMN;
- Apresentar na próxima reunião slogan do II ENMN;
- Elaboração do boletim informativo do II ENMN tão logo seja constituída a comissão organizadora;
- Nas próximas reuniões deverá se discutir questões emergentes atuais, priorizando a situação da mulher negra.



DATA 02/04.11.90 – LOCAL: BRASÍLIA
Estados presentes: DF-BA-PR-RJ-MG
Definições:

As representantes dos estados presentes nesta reunião compõem o Fórum para formação e deliberação da Comissão Nacional de Mulheres Negras.

DATA 12/13.01.91 – LOCAL: BAHIA
Estados presentes: BA-DF-RJ-PE-SE-SP-RG DO NORTE-MG-SC
Definições:

- Data limite para a constituição definitiva da Comissão Nacional de Mulheres Negras 29 e 30.03.91, reunião em Recife;
- Estado Sede do II ENMN: Bahia;
- Período: outubro 91;
- Reunião extraordinária nos dias 23 e 24.02.91 em MG para elaboração da proposta do Estatuto, elaboração do projeto para captação de recursos e

5

II ENMN

verificação de fontes de financiamentos;

- Encaminhar a discussão nos estados acerca da Campanha da Pedagogia Multirracal e apresentar propostas na próxima reunião;
- Lançamento a nível nacional no dia 8 de março 91 da Campanha contra a esterilização em massa;
- Criação de uma Comissão para elaborar uma carta aos Parlamentares pleiteando a derrubada da lei 5692/70 por considerá-la racista;
- Enviar uma carta-repúdio à Coordenação do Congresso da Cultura Negra das Américas, contendo os seguintes pontos:
 - Forma acadêmica do Congresso;
 - Congresso das Américas realizado na Europa. Por que?
 - Repúdio à celebração dos 500 anos de colonização das Américas;
 - Encontro ou choque dos dois mundos?
 - Ausência das Mulheres Negras nos objetivos;
 - Existência e representatividade das entidades envolvidas;
 - Temática sob ótica do opressor;
 - Genocídio da América.

DATA 23/24.02.91 – LOCAL: MINAS GERAIS
Estados presentes: DF-RJ-MG
Definições:

- Elaborado o estatuto para apreciação das demais componentes da comissão;
- Proposta da estrutura da Comissão Nacional de Mulheres Negras;
- Elaborada a carta-projeto.

DATA 29/30/31.03.91 – LOCAL: RECIFE
Estados presentes: PE-BA-MA-SC-RJ
Definições:

- Discussão e aprovação do Estatuto;
- Estrutura da Comissão Nacional:
 - Comissão de secretaria, cultura, divulgação, infra-estrutura, finanças, eventos e patrimônio;
- Registro do Estatuto no Estado sede do Encontro – Bahia;
- Promover 3 reuniões da comissão Nacional em Salvador, até a realização do II ENMN e em qualquer eventualidade convocar uma extraordinária;
- Encaminhar a Campanha de Pedagogia Multirracal;
- Encaminhar o Fórum Nacional contra a esterilização;
- Aprofundar a discussão acerca da nossa participação no I Encontro latino-americano e do Caribe de Mulheres Negras.

DATA 01/02/03.06.91 – LOCAL: BAHIA
Estados presentes: RJ-BA-AL-SP-MG-DF-PA-SC-PE
Definições:

- Temário;
- Logomarca;

Obs.: nesta reunião recebemos a visita dos embaixadores de Senegal, Nigéria e Camarões.

DATA 30.08 A 01.09.91 – LOCAL: RIO DE JANEIRO
Estados presentes: BA-RJ-RG. DO SUL-PE-MG-MA-SP
Definições:

- Data limite para respostas das Fontes Financiadoras: 10.09.91;
- Lançamento a nível nacional do II ENMN 11.10.91.
- Taxa de inscrição para II ENMN CR\$10.000,00

6

ANEXO E – Programação do II ENMN

II ENMN

PROGRAMAÇÃO

TEMA CENTRAL: MULHER NEGRA, ORGANIZAÇÃO, ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DAS PASTAS DE TRABALHO
DIA 01.11 (SEXTA-FEIRA) A PARTIR DAS 14:00 HORAS

ABERTURA DO ENCONTRO
Dia 01.11 (sexta-feira) às 20:00 horas

*** Apresentação das Comissões Nacional e Estadual**

*** Atração Cultural:**

- Banda Mirim Olodum/BA
- Elisa Lucinda/RJ
- Grupo Folclórico do SESC/BA
- Nega Dançarina UNEGRO/BA
- Coquetel

REGIMENTO INTERNO – APROVAÇÃO
dia 02.11 (sábado) das 08:00 às 09:00 horas

*** Apresentação e Aprovação do Regimento**

PAINEL DE ABERTURA
Dia 02.11 (sábado) das 09:00 às 12:00 horas

*** Histórico e avaliação do Movimento de Mulheres Negras – Palestrantes:**

- Kátia de Melo e Silva (Militante do Movimento Negro/BA)
- Geni de Mattos (CEAP/RJ)
- Edna Roland – Geledés-SP

MESA 01 – MULHER NEGRA E PODER PODE
Dia 02.11 (sábado) das 14:00 às 18:00 horas

*** Palestrantes:**

- Benedita da Silva (Deputada Federal/RJ)
- Jurema Batista (Militante Movimento Favelados/RJ)
- Maria Lúcia Dutra (Grupo de Mulheres Mãe Andreza/MA)
- Vanda Maria Ferreira (Secretária de Defesa e Promoção das Populações Negras – Gov. Estado RJ)

MESA 02 – MULHER NEGRA: PROCREAÇÃO, EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS
Dia 03.11 (domingo) 08:00 horas

*** Palestrantes:**

- Ana Reis (REDEH/BA)
- Mary G. Castro (Socióloga, Professora e Pesquisadora/UFBA)
- Jurema Werneck (CEAP/RJ)
- Lúcia Xavier (Movimento Nac. Meninos e Meninas de Rua/RJ)
- Edna Roland (GELEDES/SP)
- Maria Alice (RJ)

INTERVALO PARA O ALMOÇO: Das 12:00 às 14:00

MESA 03 – POR QUE MULHER NEGRA?
Dia 03.11 (domingo) das 14:30 às 17:00 horas

*** Palestrantes:**

- Jussara Santana (UNEGRO/BA)
- Maria José L. Silva (RJ)

OBS.: As Coordenadoras serão indicadas pela Comissão Nacional e as Reladoras eleitas pelos Grupos de Trabalhos correspondentes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ENCONTRO
Dia 04.11 (segunda-feira) das 09:00 às 12:00 horas

PLENÁRIA FINAL
Dia 04.11 (Segunda-feira) 14:00 horas

ENCERRAMENTO DO ENCONTRO
Dia 04.11 (segunda-feira) 18:00 horas

11

Fonte: Acervo pessoal

ANEXO F – Avaliação do II ENMN

II ENMN

AVALIAÇÃO DO ENCONTRO

Rio Grande do Sul

Aspectos Positivos:

- Tomada de consciência das Mulheres em assumir o desafio do II ENMN, considerando os problemas surgidos;
- Presença de companheiras de vários estados, na tentativa de reconstrução de nossa história e a realidade em que estamos submetidas;
- O comprometimento das painelistas nas possíveis trocas de experiências e encaminhamento de propostas;
- Verificamos o trabalho que muitas companheiras estão desenvolvendo com menores e a violência que estão sofrendo, sendo que os órgãos competentes não se comprometem a contento, precisando as corajosas líderes utilizar os recursos disponíveis;
- Acompanhamento de pesquisa e relatos de experiências de vida contra o grande extermínio de crianças e a esterilização de mulheres. Um trabalho enfocado com veemência dos fatos;
- O compromisso assumido por companheiras de vários segmentos da sociedade em refletir em seu estado com as demais mulheres negras, os objetivos proposto durante a caminhada conjunta, cabendo-nos a começar a refletir, partilhar, desabrochar os valores de nossa capacidade para que o III ENMN aconteça com mais axé.

Sugestões de Melhoramentos

- Colher sugestões para o III ENMN, envian-

do correspondências para os estados que tiverem suas representantes;

- Poderiam ter aproveitado algumas companheiras para a organização e simplificação das tarefas como na parte de recepção, distribuição de pastas e na tomada de decisões. O que dificultou a culminância do encontro, causando transtornos para algumas companheiras, devido a falta de informações;
- A falta de tempo disponível. Não dando para encaixar as oficinas e os encaminhamentos de propostas dos centros de interesses;
- Buscar a participação das companheiras de outros segmentos e instituições para o entrosamento e fortalecimento da caminhada;
- Procurar alguns critérios para o bom andamento do III ENMN, onde através de correspondência, as companheiras fiquem cientes antes da realização do encontro.

São Paulo – Núcleo de Mulheres Negras/Soweto

Pontos Negativos:

- Pouco espaço de aprofundamento das discussões;
- Questões apontadas nas mesas redondas, em grupos não foram remetidas para a plenária final, o que poderia reverter em maior organização;
- Acirramento entre pessoas e grupos prejudicando o andamento do encontro;

Pontos Positivos

- Espaço de troca de experiências e conhecimento da realidade dos estados;
- Possibilidade de construir mais coletivamente nossa luta.

Propostas

- Realização de um seminário nacional, precedido de seminários regionais ou estaduais, onde se discuta os rumos da organização de mulheres negras e dos encontros nacional.

Rio de Janeiro/Comissão do Movimento Negro do Sindsprev.

- Um encontro débil, onde na discussão política não teve avaliação da conjuntura nacional/internacional, para que pudéssemos ter uma visão da situação da população negra e trabalhadora. A discussão política se deu com sectarismo, falta de democracia e corporativismo.

Proposta:

Que no próximo encontro aprove que o movimento de mulheres negras seja específico sim, mas aberto a todas as raças, classes e religiões.

Pernambuco/Coletivo de Mulheres Negras de Pernambuco

O encontro aconteceu. Isto foi muito importante, apesar das dificuldades que a Comissão Estadual da Bahia vivenciou.

Talvez a secretaria não ter ficado em Salva-

17

II ENMN

dor, tenha também prejudicado. Uma assessoria de alguma organização experiente, possivelmente teria facilitado o desempenho de encaminhamentos de projetos e consequentes apoios financeiros.

O local foi agradável, mas o nº de inscritas prejudicou o bom desempenho das acomodações, isto deve ser revisto com os estados, que inscreveram participantes mais do que o possível.

Queremos parabenizar as companheiras de Salvador, que assumiram o II ENMN, apesar de tantos entraves.

Axé, Axé, isto nos levanta!

Santa Catarina/Grupo Cor de Nação

É difícil pensar num encontro onde se consegue reunir em torno de 400 mulheres, de diferentes regiões do país, sem perceber os avanços que ocorreram: sim, houve avanço na medida em que mesmo de forma desorganizada e manipulada se conseguiu vencer a barreira de fator econômico, fator este que constitui maior dificuldade hoje do Movimento Negro e de todos os movimentos sociais que tem como prioridade a sua autonomia política.

Porém, apesar de se ter vencido esta dificuldade, é necessário que se faça algumas perguntas como:

Quais os limites e compromissos da Comissão Nacional? Como os estados se prepararam? Que tipo e grau de compromisso e consciência tinham as mulheres participantes? Devemos nos utilizar dos discursos de nossos partidos políticos? A forma que encaminhamos nossa organização, estruturação e atribuições foram corretas? Decidimos então que para continuar esta avaliação, precisamos dar um salto de qualidade e aprofundar a discussão do caráter e funcionamento da própria

comissão.

Encaminhamentos Que seja discutido com seriedade a decisão tirada no II ENMN da não participação de homens e mulheres não negras, pois não concordamos e não compactuamos com esta decisão, além disso não pretendemos gerar mais conflitos sociais, que provavelmente gerarão uma queificação e consequentemente o aumento da violência e discriminação de todas as mulheres;

- Que sejam revistos os critérios de participação, resgatando no mínimo a garantia da integridade física de todas as participantes.

Objetivos A abrangência do tema central nos proporcionava alterações que visassem atingir e considerar todas as diferenças e diversidades étnicas, culturais, econômicas e sociais, dentro destes termos nos foi possível traçar organização de estratégias e perspectivas.

Sendo que neste "momento" devemos considerar o avanço significativo do II ENMN Porque? A não obrigatoriedade do pensamento uniforme proporciona a criatividade.

Nota de Repúdio

Santa Catarina quer deixar registrado que não votou na última plenária, que previa a não participação de homens e mulheres não negras, pois seu direito a voz e voto foi ceifado pela mesa a qual consideramos a mais manipuladora do encontro.

Santos-SP/Conselho Municipal de Participação e desenvolvimento da Comunidade Negra

Nossa participação no II ENMN esteve revestida de grande expectativa, pelo que se inseria na programação e no regimento interno, sinalizando

uma trajetória de excelente trabalho de ponta a ponta.

Todavia, a representação deste conselho não pôde deixar de registrar ligeira frustração relacionada ao comportamento de determinados grupos e pessoas isoladamente, que, a rigor, por suas atitudes contrariavam claramente a finalidade e objetivos do encontro (Cap. I e II do regimento).

Entendemos que muitas lições poderão ser tiradas desse encontro, para que a perspectivas de futuros eventos do mesmo nível, seja correspondida cabalmente através do bom procedimento de todos, numa demonstração de aprofundamento sério de reflexão no tocante às reivindicações da nossa raça.

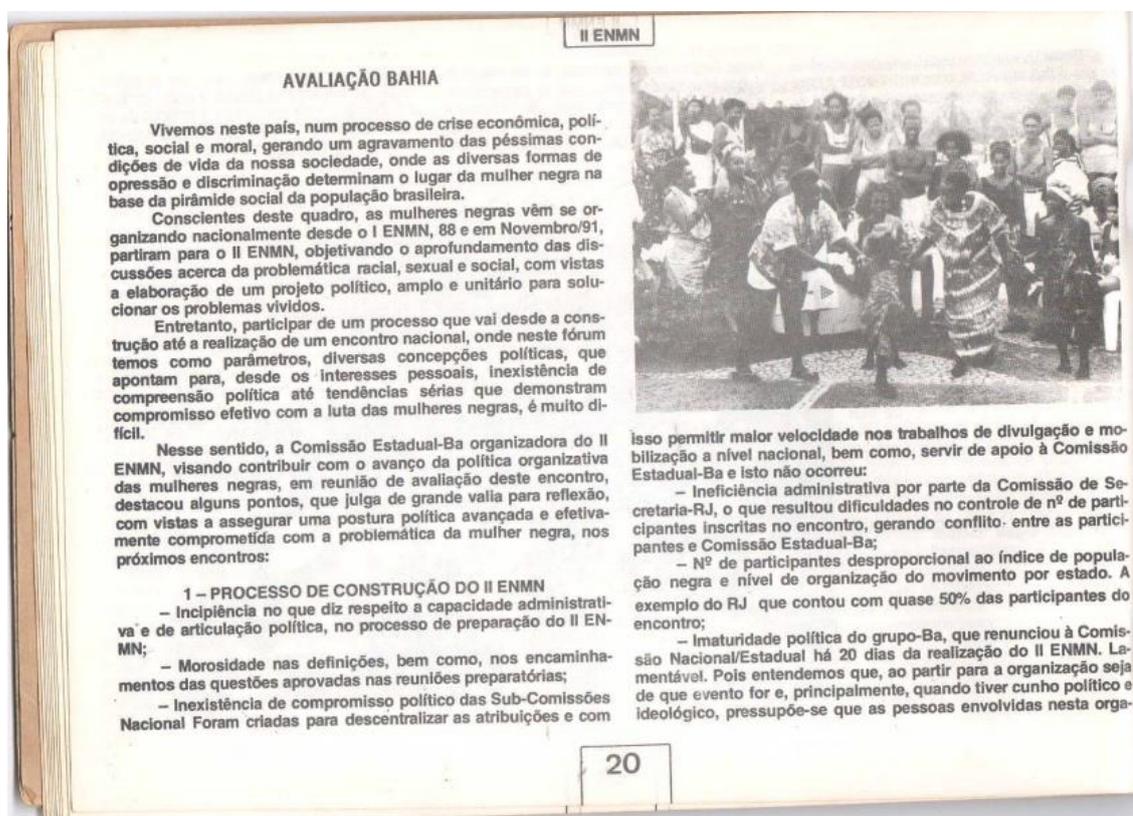
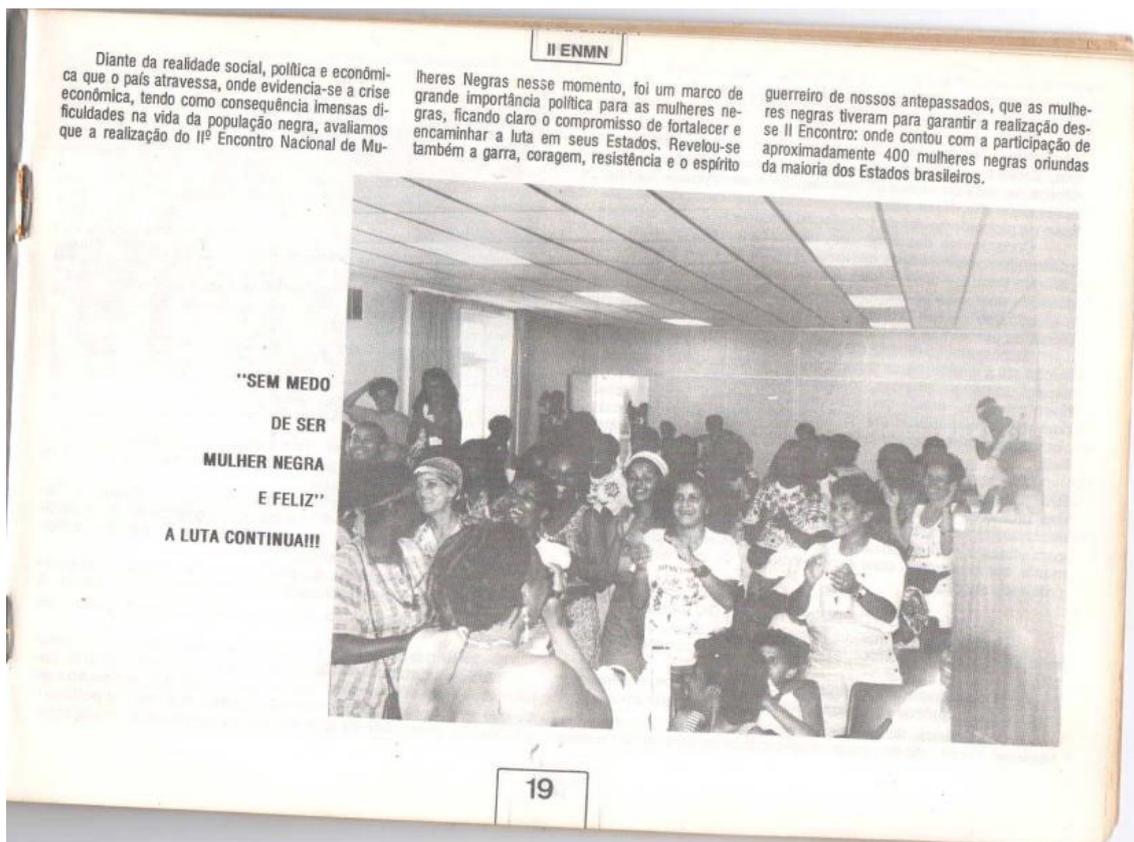
Que o III ENMN encha de orgulho e esperança, fortalecendo nossa busca à uma sólida formação de consciência racial.

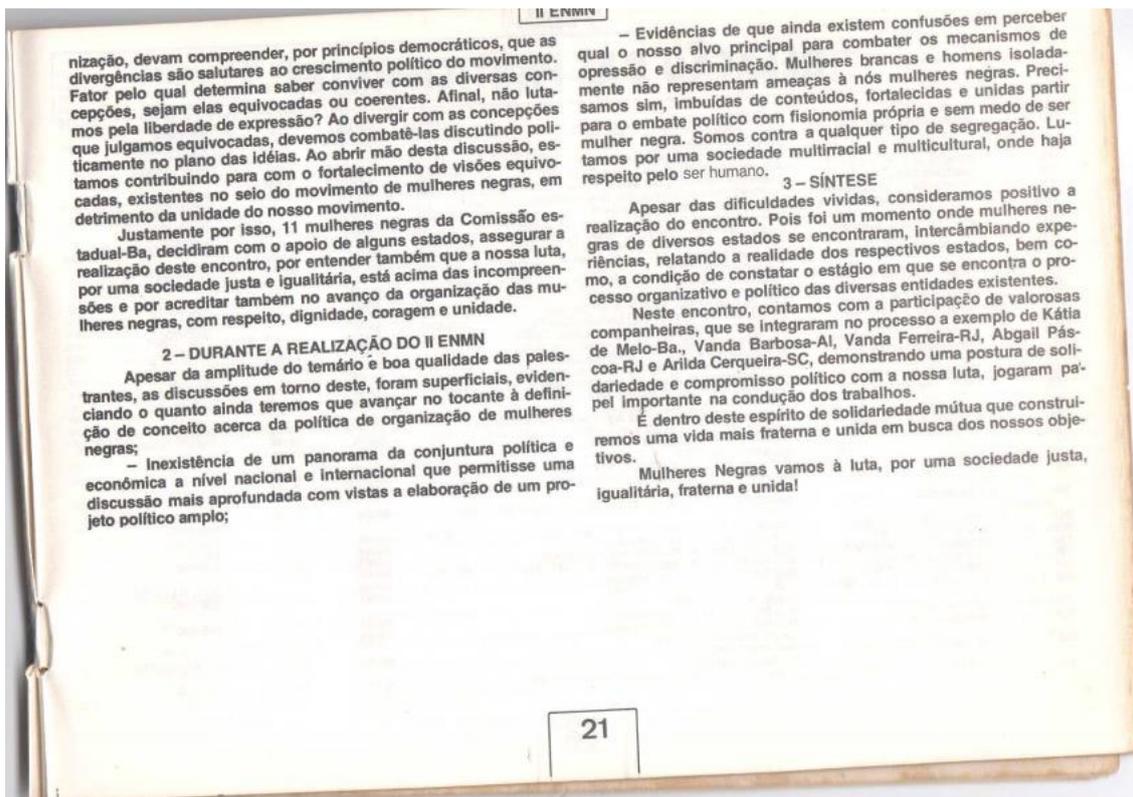
Maranhão

Nesta última década do século XX, coloca-se para nós mulheres negras, oprimidas e exploradas pelo poder dominante, a necessidade urgente de organização. Portanto no período de 01 a 04 de novembro de 1991, realizou-se em Salvador-Ba, o IIº Encontro Nacional de Mulheres Negras, tendo como tema central: **Mulher Negra-Organização, Estratégias e Perspectivas.**

Durante sua realização, aconteceram momentos importantes de reflexões e discussões políticas sobre a problemática da mulher negra; aconteceram também momentos onde foram manifestadas divergências, confusões, polémicas e alguns equívocos no encaminhamento do Encontro. Entendemos no entanto que através desses processos encontraremos saídas e perspectivas de mudanças para os problemas que nos atingem.

18





Fonte: Acervo pessoal